



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DANIELLE COELHO ALVES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO
DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**

FORTALEZA

2018

DANIELLE COELHO ALVES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO
DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira. Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Antonia Rozimar Machado e Rocha.

FORTALEZA

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A478p Alves, Danielle Coelho.
POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO
DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE / Danielle Coelho Alves. – 2018.
179 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2018.
Orientação: Profa. Dra. Antonia Rozimar Machado e Rocha .
1. Política de Educação Superior no Ceará. 2. Universidade Estadual. 3. Movimento Docente. I. Título.
CDD 370
-

DANIELLE COELHO ALVES

**POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NO CEARÁ E A RESISTÊNCIA DO
MOVIMENTO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira. Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação

Aprovada em: 27/ 07/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Antonia Rozimar Machado e Rocha (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^a. Dr^a. Maria José Albuquerque da Silva
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Eptácio Macário Moura
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Aos que defendem a educação pública de
qualidade. Em especial, aquelas (es) que lutam
Em Defesa da UECE.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Lúcia e Antonio, por terem me colocado neste mundo insano e me ensinado os valores iniciais da vida. Ao meu irmão, Dênis, com quem divido as melhores lembranças de uma infância feliz, e que era meu aluno preferido nas nossas brincadeiras de escolinha. E, aos meus mais fieis companheiros, Pingo e Luke, que me proporcionam os melhores momentos de lazer e companheirismo entre espécies.

À professora Rozimar Machado, a querida Rose, mais que uma orientadora, uma verdadeira companheira na construção deste trabalho. Sou grata a vida por ter colocado você como minha orientadora, tenho muito a te agradecer neste processo de mestrado, as excelentes orientações, a paciência, as cobranças tão doces quanto você. Obrigada por ser realmente, uma grande orientadora.

Aos professores participantes da banca examinadora Maria e Macário pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões. A Maria, este ser iluminado que trazia tanto conhecimento nas nossas aulas de Teorias da Educação, muita admiração por você. E Mac, meu “personal banca”, que acompanha meus trabalhos acadêmicos desde a graduação, é sempre um prazer partilhar estes momentos com você.

Aos colegas da turma de mestrado na linha Trabalho e Educação, meus queridos Sobreviventes: Jânio, Neri, Daniel, Samara, Heitor (nosso mascotinho), Hermenegildo (Gildo), Iziane, grandes companheiros nesta vida dura da pós-graduação. E, minha eterna dupla, Aurilene (Auri), pessoa mais que especial neste período, em que divide momentos de alegrias, as incertezas da vida, as grandes dúvidas teóricas que nos trouxeram momentos bem engraçados em seminários, obrigada por tudo minha amiga.

Aos professores da linha Trabalho e Educação, Clarice e Justino, pelos momentos de aprendizagem e troca de saberes promovidas por vocês no decurso deste mestrado.

À Sinduece, onde foi possível vivenciar as lutas cotidianas da universidade, pela disposição em me ajudar a construir esta pesquisa, possibilitando total acesso aos arquivos do sindicato.

Aos meus amigos docentes e defensores da Uece: Erlênia, minha grande amiga que sempre esteve disposta a me ouvir sobre as dúvidas desta pesquisa, as durezas da conjuntura e que sempre acredita mais em mim do que eu mesma. Sâmbara, minha querida amiga, que dividiu comigo na produção do documentário da Sinduece, tantos momentos de sua história de lutas. A Elda (Eldinha), obrigada pelo apoio neste período da minha vida,

sempre trazendo mensagens de que dará tudo certo. Célio Coutinho, exemplo de militante, e de determinação na defesa da Uece. Alex, pelo apoio neste período.

Às minhas amigas Lohana, Raquel e Sarah que cada uma à sua maneira, sempre estiveram presentes em minha vida, colaborando, ajudando em tudo que preciso.

Ao meu amigo Ivanildo, pessoa que mais sofreu neste período, com meus relatos agoniados e que sempre se mostrou disposto a ajudar e colaborar com as minhas incertezas. Obrigada por sua paciência e companheirismo neste período.

Aos meus amigos Natan, Léo Santos e Sijone. Natan e Léo, companheiros que partilhei os sofrimentos da vida de mestrandia. Sijone, meu querido amigo, obrigada pela ajuda na pesquisa dos arquivos do sindicato.

Minhas amigas Camila e Cristiane, pessoas que mesmo não sendo desta área, liam e contribuía com este trabalho.

Ao querido Anderson Albuquerque, que permitiu que eu utilizasse novamente parte de sua rica pesquisa sobre o financiamento das estaduais.

Ao Nivagner, que me ajudou em tantos momentos fazendo as impressões e copiando pilhas de documentos para mim.

E, a minha amiga Gerlane, companheira de tantas vivências e que sempre me apoiou em todos os meus projetos.

À CAPES, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

“A greve
Atividade política, símbolo de luta
Contra a tirania, o jugo e a opressão.
Inimiga da vilania, coletiva organização
Daqueles que vivem na dura labuta.
Pulsar intenso de “sagrada” resistência
Pelas tuas trilhas a vitória se alcança.
O trabalhador ao apropriar-se de ti avança,
Exercitando o embate com persistência.
Ao emergir para o patrão, logo o faz tremer,
Desde que seja com vigor e consistência,
Mas, no afã e tua relapsa ausência,
Ai! O operário se faz forçosamente gemer,
Ao ausentar-se, dor e sofrimento aparecem,
A exploração no mundo do trabalho cresce,
Os corpos de quem a sofre amolecem,
Quando a ânsia e gana do capital apetezem.
Greve...! Jamais pode ser esquecida.
A conquista dos direitos trabalhistas,
Nunca teu horizonte, deve perder de vista,
Por garantir condições dignas de vida.

José Alex Soares Santos- 2014”

RESUMO

O presente trabalho objetivou problematizar as contradições da política de educação superior implementada no Estado do Ceará nos governos de Lúcio Alcântara (2003-2007) e Cid Gomes (2007 – 2015) e as formas de resistência do movimento docente vivenciadas na Universidade Estadual do Ceará- Uece, com foco nas greves e mobilizações da categoria. É importante identificar, inicialmente, que tanto os processos de precarização, expressos pela lógica da política educacional, quanto os avanços na condição infraestrutural, na carreira docente e assistência estudantil da Universidade Estadual, coincidem com os períodos de resistência do movimento docente. Neste sentido, há terreno histórico para se arguir em termos de pesquisa como se deram estes processos e quais mediações foram encontradas na relação entre a política educacional destinada ao ensino superior dos referidos governos e a atuação do movimento docente. A metodologia parte de uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de coleta de dados quantitativos da Uece, bem como coleta dos registros dos processos de resistência do movimento docente. A pesquisa bibliográfica se apóia nos estudos de Marx (2010; 2013), Marx & Engels (2008), Mészáros (2008; 2011), Antunes (2002; 2011), Alves (1999; 2000; 2007; 2013) para tratar das questões relacionadas ao trabalho e às transformações produtivas. Além disso, no estudo de Hayek (2010), Friedman (1982) e Bianchetti (2005) para tratar das questões relacionadas ao Neoliberalismo. No âmbito da política educacional e contrarreforma destacamos autores como Behring (2008), Leher (2010), Lima (2007), Frigotto (1995), Morais (2000). Para discutir ensino superior, os estudos de Minto (2006; 2014), Neves (2002; 2004), Chauí (2001). Estes e outros autores subsidiam os estudos das categorias política de ensino superior, movimento docente, universidade estadual, utilizando para a análise o materialismo histórico dialético. Neste sentido, examinamos a política de educação superior implementada no Estado do Ceará, nos governos de Lúcio Alcântara (Janeiro de 2003- Janeiro de 2007) e Cid Gomes (Janeiro de 2007 – Janeiro de 2015), e as formas de resistência protagonizadas pelo movimento docente no contexto de sobrevivência da Universidade Estadual do Ceará; expomos as atuais mudanças no mundo do trabalho e suas repercussões na organização dos trabalhadores; analisamos os elementos políticos e econômicos do neoliberalismo e da contrarreforma do Estado brasileiro e os impactos sobre a educação superior; realizamos levantamento de dados da Universidade Estadual do Ceará, por meio do jornais, *sites* e estudos econômicos de 2003 a 2014; e, por fim, analisamos as principais formas de resistência e conquistas, mobilizadas pela (Sinduece), no período de 2003 – 2014, com foco nas greves da categoria docente, expondo o seu significado para a política de educação superior do Estado.

Palavras-chave: Política de Educação Superior no Ceará. Universidade Estadual. Movimento Docente.

RESUMEN

El presente trabajo objetivó problematizar las contradicciones de la política de educación superior implementada en el Estado de Ceará en los gobiernos de Lucio Alcántara (2003-2007) y Cid Gomes (2007 - 2015) y las formas de resistencia del movimiento docente vivenciadas en la Universidad Estatal de Ceará- Uece, con foco en las huelgas y movilizaciones de la categoría. Es importante identificar, inicialmente, que tanto los procesos de precarización, expresados por la lógica de la política educativa, como los avances en la condición infraestructural, en la carrera docente y asistencia estudiantil de la Universidad Estatal, coinciden con los períodos de resistencia del movimiento docente. En este sentido, hay terreno histórico para argumentar en términos de investigación cómo se dieron estos procesos y qué mediaciones fueron encontradas en la relación entre la política educativa destinada a la educación superior de los referidos gobiernos y la actuación del movimiento docente. La metodología parte de una investigación bibliográfica y documental por medio de la colecta de datos cuantitativos de Uece, así como la colecta de los registros de los procesos de resistencia del movimiento docente. La investigación bibliográfica se apoya en los estudios de Marx (2010, 2013), Marx & Engels (2008), Mészáros (2008; 2011), Antunes (2002; 2011), Alves (1999; 2000; 2007; 2013) para tratar las cuestiones relacionadas con el trabajo y las transformaciones productivas. Además, en el estudio de Hayek (2010), Friedman (1982) y Bianchetti (2005) para tratar las cuestiones relacionadas con el neoliberalismo. En el ámbito de la política educativa y contrarreforma destacamos autores como Behring (2008), Leher (2010), Lima (2007), Frigotto (1995), Morais (2000). Para discutir la educación superior, los estudios de Minto (2006; 2014), Neves (2002; 2004), Chauí (2001). Estos y otros autores subsidian los estudios de las categorías política de enseñanza superior, movimiento docente, universidad estatal, utilizando para el análisis el materialismo histórico dialéctico. En este sentido, examinamos la política de educación superior implementada en el Estado de Ceará, en los gobiernos de Lúcio Alcántara (enero de 2003 - enero de 2007) y Cid Gomes (enero de 2007 - enero de 2015), y las formas de resistencia protagonizadas por el movimiento docente en el contexto de supervivencia de la Universidad Estatal de Ceará; exponemos los cambios actuales en el mundo del trabajo y sus repercusiones en la organización de los trabajadores; analizamos los elementos políticos y económicos del neoliberalismo y de la contrarreforma del Estado brasileño y los impactos sobre la educación superior; realizamos levantamiento de datos de la Universidad Estatal de Ceará, por medio de los periódicos, sitios y estudios económicos de 2003 a 2014; y, finalmente, analizamos las principales formas de resistencia y conquistas, movilizadas por (Sinduece), en el período 2003 - 2014, con foco en las huelgas de la categoría docente, exponiendo su significado para la política de educación superior del Estado.

Palabras- clave: Política de Educación Superior en Ceará. Universidad Estatal. Movimiento Docente.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Assembleia de criação Sinduece.....	118
Figura 2-	Posse da gestão provisória.....	119
Figura 3-	Assembleia de greve.....	126
Figura 4-	Ocupação da reitoria da Uece.....	127
Figura 5-	Desocupação da reitoria em 21 de junho de 2005.....	128
Figura 6-	Desocupação da reitoria em 21 de junho de 2005.....	128
Figura 7-	Notícia de fim da greve.....	130
Figura 8-	Assembleia deflagração greve/ 2006.....	132
Figura 9-	Atividade de greve na Praça do Ferreira.....	132
Figura 10-	Encontro com o governador.....	133
Figura 11-	Reprodução do manifesto em defesa da educação pública no Ceará.....	134
Figura 12-	Manifestação contra convocação da reitoria.....	135
Figura 13-	Convocação.....	136
Figura 14-	Assembleia de manutenção da greve.....	136
Figura 15-	Assembleia de suspensão da greve.....	137
Figura 16-	Nota do governo.....	141
Figura 17-	Ocupação Alce.....	141
Figura 18-	Audiência com o governador.....	142
Figura 19-	Bandeira da campanha.....	145
Figura 20-	8 de abril de 2011 - caminhada Palácio.....	145
Figura 21-	30 de maio de 2011: ato na assembleia legislativa.....	146
Figura 22-	15 de junho de 2011: ato na reitoria da Uece.....	146
Figura 23-	06 de julho de 2011 - audiência pública na Assembleia Legislativa.....	146
Figura 24-	20 de junho de 2012 - ato na Secitece e Avenida Treze de Maio..	147
Figura 25-	20 de junho de 2012 - ato na Secitece e Avenida Treze de Maio..	147
Figura 26-	27 de setembro de 2012 - ato na Secopa – Castelão.....	147
Figura 27-	27 de setembro de 2012 - ato na Secopa – Castelão.....	148
Figura 28-	08 de novembro de 2012 - a academia vai ao palácio.....	148
Figura 29-	Momento em que estudantes ocuparam prédio do IFCE.....	149

Figura 30-	Assembleia deflagração da greve em 29 de outubro de 2013.....	150
Figura 31-	Repressão policial ao ato.....	151
Figura 32-	Momento do anuncio da ocupação da Alce.....	152
Figura 33-	Carta publicada nos jornais do estado.....	152
Figura 34-	Caminhada do silêncio.....	153
Figura 35-	Assembleia de suspensão da greve.....	153
Figura 36-	Assembleia de deflagração da greve.....	156
Figura 37-	Ato na Beira-mar.....	157
Figura 38-	Ato conjunto com o MTST em outubro.....	157
Figura 39-	Assembleia suspensão da greve em 09 e janeiro de 2015.....	158
Figura 40-	Conquistas das greves.....	161

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa- Brasil 1991-2015.....	75
Tabela 2-	Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado- no Brasil, Nordeste e Ceará- 1995-2015.....	77
Tabela 3-	Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa- Ceará 2013-2014.....	93
Tabela 4-	Vagas efetivos x substitutos (2000-2014).....	98
Tabela 5-	Gasto do elemento de despesa- Resumido Funece (2007-2010)....	99
Tabela 6-	Gasto do elemento de despesa- Resumido Funece (2007-2012)....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância 2015.....	79
Quadro 2-	Demonstrativo de limites financeiros liberados para custeio (R\$).....	106
Quadro 3-	Bolsas Prae e Proex de 2008 a 2016.....	108
Quadro 4-	Evolução da pós-graduação Uece.....	110
Quadro 5-	Premiações a professores e estudantes da Uece.....	111
Quadro 6-	Bolsas de iniciação científica na Uece de 2008 a 2016.....	113
Quadro 7-	Pesquisas de destaque da Uece.....	114
Quadro 8-	Notícias da excelência da Uece na mídia.....	115
Quadro 9-	Histórico de lutas da Sinduece.....	123
Quadro 10-	Notícias de mobilizações/ greves 2005.....	130
Quadro 11-	Notícias de mobilizações/ greves 2006.....	137
Quadro 12-	Notícias de mobilizações/ greves 2007 e 2008.....	143
Quadro 13-	Notícias de mobilizações/ greves 2013.....	154
Quadro 14-	Notícias de mobilizações/ greves 2014.....	159
Quadro 15-	Links de vídeos sobre a Uece.....	160

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	Associação das Mantenedoras do Ensino Superior
ADUFPA	Associação de Docentes da Ufpa
ALCE	Assembleia Legislativa
ANDES-SN	Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
BANERJ	Banco do Estado do Rio de Janeiro
BANESPA	Banco do Estado de São Paulo
BANESTADO	Banco do Estado do Paraná
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECITEC	Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns
CONED	Congressos Nacionais de Educação
CONSU	Conselho Universitário
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
DOE	Diário Oficial do Estado
EAD	Educação a distância
EMBRATEL	Empresa Brasileira de Telecomunicações
FACEDI	Faculdade de Educação de Itapipoca
FAEC	Faculdade de Educação de Crateús
FAFIDAM	Faculdade Dom Aureliano Matos
FECLI	Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FPE	Fundo de Participação do Estado
FUNCAP	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico
FUNECE	Fundação Universidade Estadual do Ceará
FUNEDUCE	Fundação Educacional do Estado do Ceará

GABGOV	Gabinete do Governador
GT	Grupo de trabalho
IA/UECE	Programa de Iniciação Artística
IC/UECE	Programa de Iniciação Científica
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
ICT/FUNCAP	Programa de Iniciação Científica e Tecnológica
IEPRO	Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará
IES	Instituições de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal de Educação do Ceará
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LC	Lei Complementar
MAPP	Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Governo do Estado
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAD	Plano de atividade docente
PCC	Plano de Cargos e Carreira
PCCS	Plano de Cargos Carreira e Salários
PCCV	Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Júnior
EM/CNPQ	
PIBIC/CNPQ	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICAF/CNPQ	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - ações alternativas
PIBITI/CNPQ	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PNE	Plano Nacional de Educação
PROEX	Pró- Reitoria de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROPLAN	Pró- Reitoria de Planejamento
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PROVIC/UECE	Programa Voluntário de Iniciação Científica
PT	Partido dos Trabalhadores
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU	Restaurante Universitário
SATE	Sistema Estadual de Educação Técnica e Superior à Distância
SECITECE	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SINDESP	Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará
SINDUECE	Sindicato dos Docentes da Uece
TELEBRAS	Telecomunicações Brasileiras
TELEMIG	Telecomunicações de Minas Gerais
TELERJ	Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro
TELESP	Telecomunicações de São Paulo
UECE	Universidade Estadual do Ceará
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	19
2	AS ATUAIS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E OS IMPACTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR.....	28
2.1	O trabalho e os elementos históricos da precarização.....	28
2.2	As transformações produtivas no contexto de crise estrutural do capital.....	36
2.3	Os impactos da reestruturação do capital: a precarização do trabalho e a crise no sindicato de classe.....	46
2.4	Neoliberalismo: aportes conceituais e contextuais.....	52
2.5	A Contrarreforma do Estado pós 1990 e o Ensino Superior Brasileiro.....	66
2.5.1	<i>Os impactos da contrarreforma do Estado para o ensino superior nacional.....</i>	70
3	A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ: RESISTÊNCIA PARA GARANTIR A SUA EXISTÊNCIA.	85
3.1	Uece: um pouco de sua história e seu papel no “governo das mudanças”.....	85
3.2	Elementos da precarização da Uece.....	96
3.3	Uece: apesar do descaso, contraditoriamente vai crescendo e aparecendo.....	109
4	RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ.....	117
4.1	A questão sindical na Universidade Estadual do Ceará.....	117
4.1.1	<i>Diretoria Provisória 2002/2004 (11/12/2002 a 27/05/2004).....</i>	119
4.1.2	<i>Diretoria 2004/2006 (27/05/2004 a 18/09/2006): Autonomia e Democracia.....</i>	120
4.1.3	<i>Diretoria 2006/2008 (18/09/2006 a 31/10/2008): Sinduece Democrática e de Luta.....</i>	120
4.1.4	<i>Diretoria 2008/2010 (31/10/2008 a 22/11/2010): Sinduece</i>	

	<i>democrática e de luta sempre.....</i>	121
4.1.5	<i>Diretoria 2010/2012 (22/11/2010 a 21/11/2012): Trabalho digno, autonomia e democracia na universidade.....</i>	121
4.1.6	<i>Diretoria 2012/ 2014 (21/11/2012 a 20/11/2014): Sinduece - luta e autonomia.....</i>	121
4.1.7	<i>Diretoria 2014/2016 (20/11/2014 – 18/11/2016): Seguir na luta em defesa da educação pública.....</i>	122
4.1.8	<i>Diretoria 2016/2018 (18/11/2016 – novembro/ 2018): Resistência e luta.....</i>	122
4.2	As greves na Universidade Estadual do Ceará nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes: embates e conquistas.....	124
4.2.1	<i>Greve de 2005: marco político.....</i>	125
4.2.2	<i>Greve de 2006: salário e carreira em pauta.....</i>	131
4.2.3	<i>Greve de 2007/ 2008: PCCV e infraestrutura em foco.....</i>	139
4.2.4	<i>Campanha Pra Uece não parar, Efetivo Já: renasce o espírito de luta.....</i>	144
4.2.5	<i>Greve de 2013: unidade na luta em defesa da Uece-estudantes, professores e servidores técnico-administrativos na greve geral interior e capital.....</i>	149
4.2.6	<i>Greve de 2014: retomada da luta para garantir conquistas.....</i>	156
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
	REFERÊNCIAS.....	169

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investigou a política de Educação Superior no Ceará e a resistência do movimento docente da Universidade Estadual do Ceará- Uece, no processo cada vez mais célere de desmonte da universidade pública, gratuita e de qualidade. As conquistas adquiridas nos últimos anos na Uece e nas outras estaduais, brotaram como fruto de muita luta e, em especial, dos movimentos grevistas, tais como: em 2005, realização de concurso docente e reforma e ampliação da biblioteca do *campus* do Itaperi; em 2008, construção do complexo poliesportivo, hospital veterinário e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos- PCCV¹ dos professores das estaduais; 2012, a realização de novo concurso após meses de mobilização com a campanha “pra Uece não parar, efetivo já”; 2013, regulamentação do PCCV, política de assistência estudantil, abono salarial para os servidores; 2014-2015, pauta-se novamente o concurso para professores, ao passo que os concursos realizados foram apenas para cobrir a carência emergencial e ampliação de unidade no interior. Pontuamos, apenas, algumas conquistas, sem adentrar em suas particularidades e nuances, mas que as mesmas serão trabalhadas no decurso da pesquisa.

Os seguidos governos estaduais vêm demonstrando interesse em deixar para a União a responsabilidade pelo ensino superior e isso traz consequências para a universidade em questão, ao passo que sofre com o sucateamento de estrutura, a não realização de concursos e diminuição dos recursos destinados a educação superior. Segundo comunicado da reitoria da Uece², ainda em 2015, cerca de 20% da receita da universidade foi cortada, o que já se faz sentir na precarização cada vez mais expressiva do trabalho docente, no vilipendiamento das condições de ensino e aprendizagem e na assistência estudantil (bolsas foram cortadas e o pagamento das que permaneceram encontravam-se em atraso).

¹ O PCCV é parte integrante da Luta em Defesa das Universidades Públicas Estaduais do Ceará. Esta história tomou impulso em 2005, na luta pela contratação de professores efetivos para as universidades públicas, à época, ameaçadas de colapso por causa da carência de pessoal docente, consequência do abandono a que foram submetidas pelos governos seguidos. Continuou em 2006, quando a crise salarial nas universidades estaduais atingiu seu ápice, com perdas de aproximadamente 67% acumulados nos últimos 12 anos. Os professores das estaduais tinham o pior salário dentre as universidades do Brasil. Em 2007/2008, realizaram a terceira greve em 3 anos, focada, ainda, na conquista do PCCV, como ponto inicial da valorização profissional de nossos professores. Este plano foi conquistado e representa uma grande conquista, pois foi elaborado pelos próprios docentes. Ver mais sobre esta luta em: ANDES, SINDUECE, SINDURCA, SINDIUVA. **PCCV**: uma história de luta e de resistência. ANDES, 2008. Disponível em:

http://portal.andes.org.br/secretaria/setores/XI_ENCONTRO_DO_SETOR_DAS_IEES_IMES/Apresentacoes/Carreira%20-20Cear%3F/PCCV_2_UniversidadesEstaduaisCear%3F_SINDUECE_SINDIUVA_SINDURCA.pdf

² Ver comunicado em <http://www.uece.br/prae/index.php/noticias/14-lista-de-noticias/382-comunicado-da-reitoria-sobre-ajuste-do-custeio-da-uece-aos-cortes-efetuados-no-orcamento-estadual>

Todos esses cortes estão relacionados ao processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais, pois implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a possibilidade de universalização de direitos sociais. O ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou através da flexibilização de leis, com o fim de facilitar a abertura e a disseminação de empresas de ensino superior. É nesse contexto que a expansão do ensino superior no Brasil vem sendo protagonizada, fundamentalmente, pelo setor privado, inclusive beneficiado com financiamento público por meio de parcerias público/privado, como é o caso do Programa Universidade para Todos- Prouni e o Fundo de Financiamento Estudantil- Fies.

Sobre a expansão do ensino superior³, no Brasil, tínhamos em 1995, 210 instituições públicas, e em 2015 esse número subiu para 295, representando um crescimento da ordem de 40%; já o setor privado, saiu de 684 instituições para 2069 no mesmo período analisado, com um crescimento de 202%. No Ceará, em 1995 havia 04 (quatro) instituições públicas de ensino superior e em 2015 esse número evoluiu para 07 (sete). No setor privado havia 04 (quatro) instituições em 1995 e em 2015 esse número chega a 51, crescimento gigantesco da ordem de 1175%, reforçando a tese da mercantilização do ensino superior, como exploraremos mais à frente.

Examinando o caso da Universidade Estadual do Ceará, *locus* da nossa pesquisa, verificamos que de 2003 a 2014⁴ foram criadas apenas 194 vagas para professor efetivo nesta instituição. Enquanto que, tomando por base o mesmo período e analisando as vagas temporárias, tem-se o seguinte número: 1488, com base nos dados de editais de concurso e seleções disponíveis do Diário Oficial do Estado- DOE. Ou seja, percebe-se claramente o fortalecimento desta modalidade de contratação em detrimento da realização de concursos públicos. Tal cenário de abandono e incertezas, propiciou que ocorressem movimentos em defesa da universidade pública, como as greves de 2005, 2008, 2013 e 2014, que obtiveram algumas melhorias nas universidades e na carreira docente, abordadas na pesquisa e constituem elemento investigado.

Assim, esta pesquisa problematizou a política de educação superior implementada no Estado do Ceará e as formas de resistência do movimento docente da Universidade

³ Dados obtidos no Censo do Ensino Superior, disponíveis na página do Inep. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-da-educacao-superior>. Acesso em 28 out. 2016

⁴ Dados serão aprofundados no segundo e terceiro capítulos desta pesquisa

Estadual do Ceará⁵, com foco nas greves unificadas da categoria. É importante identificar a relação entre os avanços obtidos na universidade e as lutas que ocorreram em períodos de intensificação da resistência do movimento docente, captando, assim, o seu significado para essa política.

Analisaremos como os dois últimos governos no período de greve por nós selecionado (Lúcio Alcântara e Cid Gomes) do Ceará, trataram a Uece, como um problema para o estado, advogando que o ensino superior deve ser responsabilidade da União. Tal postura dos governantes tem levado os docentes, discentes e servidores técnico-administrativos a protagonizarem seguidas mobilizações e movimentos grevistas, cujos resultados têm sido inúmeras conquistas, na contramão dos desejos de tais governos.

Obviamente esse descaso do governo repercute na estrutura física e material das instituições. No decurso da graduação em Serviço Social, realizada na Uece, emergiram alguns desses problemas, tais como falta de financiamento para pesquisas, estrutura de sala de aula precária, falta de servidores técnico-administrativos. A problemática também se estende às outras universidades estaduais do Ceará (Universidade do Vale do Acaraú e Universidade Regional do Cariri), nas três instituições o número de subcontratados supera em número expressivo o de efetivos, pois a demanda de professores nas instituições de ensino superior em 2014 girava em torno de 600, segundo notícia⁶ publicada no site do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior- Andes-SN, em dezembro do referido ano.

O descaso por parte do governo pode ser verificado no descumprimento da prescrição constitucional quanto à destinação de um quinto dos 25% do orçamento estadual destinados à educação (isto é, 5% das verbas vinculadas à educação). Mais grave é esse quadro, ao se revelar que nos primeiros sete anos do Governo Cid Gomes, quando a arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS e o Produto Interno Bruto-PIB estadual praticamente duplicaram, o investimento médio no ensino superior ficou em apenas 2,34% do orçamento estadual. Tomado apenas o ano de 2012, o investimento no

⁵ No Ceará existem atualmente três universidades públicas estaduais, são elas: A Uece que conta com uma estrutura de dois campi na capital, e 06 (seis) unidades no interior. A Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA possui quatro campi, localizados na cidade de Sobral. A Universidade Regional do Cariri - Urca sediada na cidade de Crato, contendo outros campi nas cidades de Juazeiro do Norte, Iguatu, Barbalha, Campos Sales e Missão Velha. Nos anos 2000, nessas universidades foram criadas as três seções do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior- Andes no Ceará (Sinduece, Sindurca e Sindiuva), ambas emergiram dentro de um contexto de crise nas instituições e de luta em defesa da universidade pública.

⁶Ver notícia **Universidades Estaduais do Ceará mantêm greve em 2015** em <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=7228>

Ensino Superior⁷ não excedeu 2,44% do orçamento estadual, em flagrante descumprindo do Art. 224 da Constituição Estadual que diz:

O Governo Estadual aplicará, mensalmente, nunca menos de um quinto da parcela a que se refere o art. 212 da Constituição Federal para despesas de capital do sistema de ensino superior público do Estado do Ceará, respeitada a proporcionalidade dos recursos repassados às universidades públicas estaduais nos últimos dois anos anteriores à promulgação desta Constituição (CEARÁ, 1989, p. 61).

Contraditoriamente, a Uece vem sendo apontada como a melhor universidade estadual do norte, nordeste e centro-oeste⁸. Além de tudo, constitui-se historicamente com um papel social relevante na formação superior no estado. Entretanto, e a despeito do crescimento, o financiamento público vem diminuindo. Busca-se, assim, explorar esta tensão a fim de investigar as estratégias de sobrevivência da instituição. Neste ponto, emergem questões fundamentais deste estudo: até que ponto a mediação da organização política incide sobre esta sobrevivência? Se estivermos em um momento de recuo das lutas sociais, por que a luta nas estaduais cresceu tanto nos últimos anos?

Assim, nosso objetivo geral consistiu em analisar a política de educação superior implementada no Estado do Ceará, nos governos de Lúcio Alcântara (Janeiro de 2003- Janeiro de 2007) e Cid Gomes (Janeiro de 2007 – Janeiro de 2015), e as formas de resistência protagonizadas pelo movimento docente no contexto de sobrevivência da Universidade Estadual do Ceará. De forma mais específica pretendemos analisar as atuais mudanças no mundo do trabalho e suas repercussões na organização dos trabalhadores; examinar os elementos políticos e econômicos do neoliberalismo e da contrarreforma do Estado brasileiro e os impactos sobre a educação superior; realizar levantamento do crescimento e expansão da Universidade Estadual do Ceará; resgatar, registrar e analisar as principais formas de resistência e conquistas, mobilizadas pelo Sindicato dos Docentes da Uece- Sinduece, no período de 2003 – 2014, com foco na análise das conquistas do movimento docente e seu significado para a política de educação superior do Estado.

É dentro da conjuntura de transição do coronelismo para o início do governo das mudanças⁹ que as universidades estaduais passam por suas maiores transformações. É a

⁷ Dados disponíveis em: VENÂNCIO, Anderson Albuquerque. O Financiamento das Universidades Estaduais. Fortaleza, 2014 (mimeo).

⁸ Ver mais em: Uece mais uma vez é melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Disponível em: <http://sinduece.org.br/noticias/uece-mais-uma-vez-e-melhor-estadual-norte-nordeste-e-centro-oeste/>

⁹ Segundo Nobre (2008) A “Era Tasso” caracteriza um momento diferente da história do Ceará, pois aparece como um novo ciclo de hegemonia que se constituiu a partir de uma “transição pelo alto”, renovando dessa forma a política cearense, ao mesmo tempo em que restabeleceu diversos elementos da política tradicional. Ressalta-se ainda o pioneirismo cearense na implementação do projeto neoliberal.

transição de um modelo, para eles ultrapassado, para emergir uma universidade que atende melhor as demandas do mercado, dado que o processo de mercantilização e retirada de direitos pode ser verificada no contexto do Ceará, portanto buscava-se, então, romper com o atraso que há tempos assolava o ambiente cearense. Para compreender como se evoluiu esta transição da universidade, é pertinente traçar um breve histórico sobre a concepção de universidade e a sua construção no Brasil.

A educação superior no Brasil sempre teve um viés, majoritariamente, privatista e organizada com base em institutos isolados até os anos 1950. Com o restabelecimento da democracia no Brasil, depois do governo de Getúlio Vargas (1930-1945), e num ambiente político de intervenção estatal para desenvolvimento e reconstrução, houve um processo de transformação de instituições privadas em instituições federais e, depois, durante os anos de 1960, em universidades federais. Ou seja, tínhamos nesse contexto, o processo inverso do que ocorre na contemporaneidade, em que se valoriza o privado em detrimento do público, já que a partir dos anos 1960, o setor privado acabou recebendo incentivos para o seu crescimento.

Esse processo inverteu as relações entre público e privado no Brasil, pois para que ocorresse essa expansão pretendida, a saída encontrada foi a privatização. Mas, nesse período ela ainda não tinha sido desmantelada, pelo contrário, teve-se um crescimento da pesquisa e, futuramente, com o processo de democratização no país, teve-se a oportunidade de transformar a universidade pública em espaço de resistência e formação política.

A democratização funcionou como combustível para um ascenso dos movimentos de resistência política e ideológica por parte de docentes, estudantes e técnicos-administrativos [...] o retorno ao país de intelectuais, lideranças políticas e sindicais, que passaram a desempenhar papéis fundamentais na reorganização dessas lutas[...] (MINTO, 2014, p. 269).

Ainda utilizando o pensamento de Minto (2014), podemos afirmar que no período pós-ditadura no Brasil, emergem duas novas variáveis no âmbito da política educacional, a organização do ensino com fins lucrativos e a reorganização das lutas sociais no campo educacional, fazendo forte oposição aos projetos de reformas. Assim, reforça-se a importância das lutas em defesa da educação pública.

A atual política de ensino superior procura imprimir sobre o sistema público os mesmos parâmetros adotados nas empresas privadas, como produtividade, gestão de resultados, eficiência e eficácia. Para melhor compreender esse processo é necessário analisá-lo à luz das mudanças no próprio sistema produtivo.

A partir da crise capitalista de meados da década de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico. O ponto de partida desta conjuntura é marcado pelo processo de mundialização do capital e ratifica os seus vínculos com o ordenamento da produção e reprodução social, reafirmando-se o significado das instâncias políticas e econômicas e na perspectiva de Antunes (2005) é expansionista, destrutivo.

É a crise estrutural do capital¹⁰ que impulsiona o processo de mundialização produtiva e financeira do mesmo. Com ela o capital busca se expandir e procurar novas formas de crescimento, mas, as crises são inerentes ao sistema capitalista.

O neoliberalismo, sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política. A consequência desta ideologia é a redefinição de outro modelo de Estado, subsumido à grande burguesia transnacionalizada e suas instituições guardiãs, como, por exemplo, o Fundo Monetário Internacional- FMI e o Banco Mundial- BM. Resumindo, a tese neoliberal defende a retirada do Estado na economia, propõe, enfim, a ideia do Estado Mínimo¹¹ que acarretou consequências no âmbito das políticas sociais e de muitos direitos antes conquistados, mudanças que impactaram também no campo educacional, com o avanço da ideia da desvalorização do que é público e os frequentes cortes das verbas para o setor educacional.

O Banco Mundial passou a atuar na área educacional nos anos 1960, tendo como foco a garantia de mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado; para tanto, passou a reproduzir a noção de que o ensino superior é um gasto elevado demais para os governos e, portanto, o mesmo não deve ser gratuito, nem deve ser priorizado. Esta tendência passou a ser implementada no Brasil, com mais força após os anos 1990, trazendo grandes impactos para a educação superior, abrindo esta área para a iniciativa privada.

Acerca disso, Chauí (2003, p.6) questiona: “como foi possível passar da ideia da universidade como instituição social à sua definição como prestadora de serviços”? É isso que se observa nas universidades na atualidade, a transformação das mesmas em locais apenas de

¹⁰ Segundo Mézáros, as características modais da crise estrutural do capital que se desdobra nas últimas décadas são: caráter universal, alcance global, temporalidade extensa e modo rastejante. Pode se aprofundar este debate em: MÉSZÁROS, István. Para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2011. MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

¹¹ Segundo Batista (2012, p.178), a concepção de Estado Mínimo é atrelada ao Estado Liberal, ou seja, o Estado não intervencionista. No setor econômico, o foco era a liberdade individual sem interferência estatal, cabendo aos indivíduos determinar seus próprios interesses. Dessa forma, temos um Estado mínimo para os interesses sociais e máximo para as necessidades do mercado.

formação profissional rápida e que atenda às necessidades do mercado. Para a supracitada autora:

a localização da educação no setor de serviços significou: a) que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; b) que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado (CHAUÍ, 2003, p. 6).

Trazendo o debate para os anos 1990, verificamos que uma das formas como se expressa a precarização da educação no cenário contemporâneo se reflete no campo docente, seja por meio do sucateamento e desvalorização da carreira, ou por meio da flexibilização das formas de contrato, como é o caso das universidades estaduais com a troca de professores efetivos por substitutos. Neste viés, Iamamoto resume esses rebatimentos:

A subordinação da educação à acumulação de capital compromete a qualidade do ensino superior e a sua função pública, gera o desfinanciamento do ensino público superior, desvaloriza e desqualifica a docência universitária antes as cumulativas perdas salariais e elimina a pesquisa e a extensão de suas funções precípuas da universidade (IAMAMOTO, 2011, pp. 436-437).

Segundo Morais (2000), as universidades estaduais teriam o papel fundamental na esfera da educação, podendo contribuir como indutoras de capacitação dos professores da rede oficial de ensino. Essas instituições deveriam também atender as necessidades do Estado quanto ao aperfeiçoamento dos técnicos das várias áreas e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo.

É importante pontuar algumas informações acerca da Uece, constituída em forma de Fundação com personalidade Jurídica de Direito Público, criada pelo Decreto nº 11.233 de 10 de março de 1975, completando, assim, em 2018, 43 anos de existência. A Uece conta com uma estrutura de dois *campi* na capital, e 06 (seis) unidades no interior do estado, que atendem a uma demanda de cerca de dezoito mil estudantes. Contava em 2017, 78 cursos de graduação, 392 de especialização, 33 de Mestrado e 12 de Doutorado.

A metodologia adotada para a realização desta pesquisa se apóia no materialismo histórico dialético, compreendendo o específico a partir da análise da totalidade¹² social.

Foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, pois se entende que não existe dicotomia entre essas perspectivas. Como afirma Martinelli (1999, p.27), a “relação

¹² Lukács (2007, p.59), define a totalidade como: “[...] é uma unidade concreta de forças opostas em uma luta recíproca; isto significa que, sem causalidade, nenhuma totalidade viva é possível e que, ademais, cada totalidade é relativa; significa que, quer em face de um nível mais alto, quer em face de um nível mais baixo, ela resulta de totalidades subordinadas e, por seu turno, é função de uma totalidade e de uma ordem superiores; segue-se, pois, que esta função é igualmente relativa. Enfim, cada totalidade é relativa e mutável, mesmo historicamente: ela pode esgotar-se e destruir-se- seu caráter de totalidade subsiste apenas no marco de circunstâncias históricas determinadas e concretas”.

entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e articulação”. Para esta investigação justifica-se seu caráter quantitativo por ser considerada mais adequada para trazer dados numéricos, essenciais para expor as condições objetivas referentes ao financiamento e crescimento na Universidade Estadual do Ceará.

A pesquisa bibliográfica se apoiou no estudo de Marx (2010; 2013), Marx e Engels (2008), Mészáros (2008), Antunes (2002; 2011), Alves (1999; 2000; 2007; 2013) para tratar das questões relacionadas ao trabalho e às transformações produtivas. Hayek (2010), Friedman (1982) e Bianchetti (2005) para tratar das questões relacionadas ao Neoliberalismo. No âmbito da política educacional e contrarreforma, os seguintes autores: Behring (2008), Leher (2010), Lima (2007), Frigotto (1995), Morais (2000). Para discutir ensino superior, os estudos de: Minto (2006; 2014), Chauí (2001), além do estudo da revista *Universidade e Sociedade* produzida pelo Andes-SN semestralmente. Estes e outros autores foram utilizados para aprofundar os estudos das categorias: política de ensino superior, movimento docente, universidades estaduais.

A pesquisa documental se apoiou em dados oficiais na esfera estadual e federal, através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- Inep, com as sinopses estatísticas, nas quais é possível verificar números de matrículas, número de instituições, no Brasil e Ceará, nas esferas pública e privada. Foram coletados dados no *site* da universidade, com o intuito de expor seu crescimento, financiamento, números mais gerais para sua caracterização. Além disso, utilizamos a pesquisa sobre o financiamento das estaduais, abrangendo o período de 2000 a 2012.

Como citamos, fora realizada pesquisa nos jornais de circulação do estado (O Povo, Diário do Nordeste e O Estado), buscando os relatos dos movimentos ocorridos no período estudado e as bandeiras de luta do movimento docente na época.

Além disso, buscamos na seção sindical do Andes-Sn- Sinduece¹³ documentos que subsidiaram a pesquisa, tais como jornais, boletins, informativos, atas de assembleia, notas, fotos e documentários que ajudaram a reconstruir a história de lutas do sindicato e a relevância dos movimentos paredistas para a política de ensino superior local. Ressaltamos aqui, que uma das dificuldades da pesquisa, consistiu na pouca documentação registrada no sindicato.

¹³ A Sinduece foi criada em 11 de dezembro de 2002 mediante realização de assembleia da categoria, com o intuito de combater os graves problemas estruturais que a universidade foi relegada pelos sucessivos governos cearenses.

A partir da apropriação bibliográfica e documental, bem como dos dados e informações da pesquisa com o movimento docente, foi constituída uma análise da política de ensino superior no Ceará e a importância do movimento docente nas conquistas da Uece.

A pesquisa encontra-se estruturada em quatro capítulos, sendo o primeiro a Introdução deste trabalho como já fora exposto, apontando a sua estrutura. O segundo, intitulado *As Atuais Mudanças no Mundo do Trabalho, Neoliberalismo, Contrarreforma do Estado Brasileiro e os Impactos na Política Educacional de Ensino Superior* problematiza o trabalho e os elementos históricos da precarização, as transformações produtivas no contexto de crise estrutural do capital e a organização da classe trabalhadora diante desta conjuntura adversa. Traz, ainda, o Neoliberalismo e os elementos de seus aportes conceituais e contextuais; um estudo sobre a contrarreforma do Estado pós 1990 e o ensino superior brasileiro, neste caso abordando mercantilização da educação superior e os principais programas implementados dentro da política educacional nacional de educação superior.

O terceiro capítulo *A Universidade Estadual do Ceará: Resistência para Garantir a sua Existência*: traz um pouco de sua história, caracterização geral, aponta os números do seu crescimento apesar do constante descaso dos governos, apresenta os projetos de governo para o ensino superior e os elementos históricos de precarização da instituição.

O quarto capítulo, com o título *Resistência do Movimento Docente na Universidade Estadual do Ceará* traz, inicialmente, uma caracterização sobre a questão sindical na Uece, a organização das lutas e o papel das greves dentro deste cenário, apontando os embates e conquistas do movimento docente.

Encerra-se esta pesquisa com as considerações finais, resgatando, desta forma, os principais resultados do referido estudo e lacunas ainda não contempladas. Expostas estas questões introdutórias, parte-se, agora, para a exposição sobre as mudanças no mundo do trabalho e os rebatimentos para a luta dos trabalhadores, a influência da política neoliberal na contrarreforma brasileira e os impactos desta para o ensino superior nacional, relacionando estas leituras ao objeto desta pesquisa.

2 AS ATUAIS MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO, NEOLIBERALISMO, CONTRARREFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E OS IMPACTOS NA POLÍTICA EDUCACIONAL DE ENSINO SUPERIOR

O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, eles têm de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de poder efetivar sua atividade (MARX 1818-1883, 2010, p. 25).

Apresentamos neste capítulo algumas das categorias que envolvem o objeto de estudo. Realizamos um estudo com os principais teóricos que analisam a categoria trabalho, a reestruturação do capital, as transformações no mundo do trabalho, e os rebatimentos dessa nova etapa do capitalismo sobre a organização da classe trabalhadora.

2.1 O trabalho e os elementos históricos da precarização

O trabalho como categoria fundante da sociabilidade humana, transforma a natureza e, ao mesmo tempo, transforma o próprio homem, constituindo as relações sociais. É por meio da transformação da natureza que ele produz a base material e social do mundo dos homens. O trabalho tem um objetivo, uma finalidade, ou seja, a matéria natural, pela ação material do sujeito, vai ser transformada. Foi através dele que a humanidade se constituiu como tal. Nas palavras de Marx é:

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio [...] (MARX, 2013, p. 255).

Marx conceitua o trabalho numa forma em que diz respeito unicamente ao homem. Para ilustrar, cita o exemplo clássico da aranha em comparação ao trabalho humano, na qual o homem tem um prévio conhecimento do que deseja produzir, diferente do processo que ocorre com a aranha. O homem dá uma finalidade a esta atividade, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa (MARX, 2013).

O trabalho possui uma dupla dimensão, visto que existe a necessidade natural do homem transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, ou seja, atividade universal,

e o trabalho é sempre atividade historicamente determinada, se realiza por meio de uma forma específica de sociedade.

O que caracteriza a sociabilidade capitalista frente aos modos de produção anteriores é a redução da força de trabalho à mercadoria e, portanto, desprezo absoluto das necessidades humanas. O resultado é o individualismo¹⁴ burguês, a redução da coletividade a mero instrumento para o enriquecimento privado dos indivíduos.

Dessa forma, Marx e Engels (2008) destacam que a história das sociedades até agora, tem sido a história das lutas de classe e dizem:

Homem livre e escravo, patricio e plebeu, barão e servo, burgueses de corporação e oficial, em suma, opressores e oprimidos, estiveram em constante oposição uns aos outros, travaram uma luta ininterrupta, ora oculta, ora aberta, uma luta que de cada vez acabou por uma reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou pelo declínio comum das classes em luta (MARX e ENGELS, 2008, p. 8).

A seguir, expomos brevemente como se deu o processo de transformação da sociedade, saindo daquelas formas de produção em que não existia o excedente para esta forma de sistema na qual o que prevalece é a geração de riqueza, através da apropriação da mais valia¹⁵.

O surgimento do excedente originou-se ainda nas comunidades primitivas quando a ação do homem sobre a natureza permitiu uma produção de bens que ultrapassava as necessidades imediatas. O escravismo foi um passo adiante na história da humanidade, introduzindo a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem, foi nesse contexto que surgiu o modo de produção asiático. Superado o escravismo, emergiu o modo de produção feudal, em que ocorreu um maior desenvolvimento do comércio por conta das novas rotas marítimas européias, e isso fez surgir uma nova classe, a burguesia, que com a crise do feudalismo se tornou protagonista dentro dessa sociedade.

¹⁴ A reposição da individualidade, no centro da trama histórica, é outra característica do pensamento renascentista. Com efeito, a evolução da história humana é resultado da ação racional dos próprios homens. São os indivíduos que, através de suas ações, transformam e controlam a natureza, criam e recriam as condições de sua existência. Agora, o indivíduo é interpelado enquanto ser ativo de cujas ações resultarão seu sucesso, sua glória ou seu fracasso. Os homens sabem-se pertencentes ao gênero humano, porém sabem-se também portadores de poderes que lhes possibilitam cuidar da sua própria vida com certo grau de independência em relação à comunidade. A busca de cada um agora é pelo gozo material e espiritual e para tanto o indivíduo é interpelado enquanto tal; não é a comunidade que realiza o homem, mas este passa a procurar-se enquanto pessoa, ávido pela posse do reino terreno e pelo gozo do enriquecimento espiritual (MACÁRIO, 2009, p. 6)

¹⁵ De forma sucinta, sem todas as mediações que a categoria exige, podemos conceituar a mais valia assim: a diferença entre o que o trabalhador recebe de salário e o valor total das mercadorias que ele produz tem o nome de mais valia. É o tempo de trabalho excedente que não é pago. Primeiro: a extração de mais valia absoluta, que é obtida através do aumento da jornada de trabalho e segundo é a extração de mais valia relativa que se obtém por meio do crescimento da produtividade (NETTO & BRAZ, 2012; ANTUNES, 2004).

O antigo regime foi superado dando espaço para o Estado burguês, originando o modo de produção capitalista. A acumulação e a alternativa de explorar o trabalho se tornam efetivas. No século XVIII, a produção mercantil simples foi substituída pela produção mercantil capitalista, a qual emerge a exploração da força de trabalho através de sua venda, por meio do salário¹⁶, constituindo elemento importante para a acumulação capitalista, além, é claro, do fortalecimento da propriedade privada, entendido por Marx como elemento fundamental para a economia nacional.

[...] A partir da própria economia nacional [...] constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e a mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potencia (Match) e à grandeza (Grosse) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos [...], no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (MARX, 2010, p. 79).

Destarte, pode-se verificar as condições necessárias para a luta de classes, ou seja, a minoria com a posse da terra e dos meios de produção e a maioria com a força de trabalho, transformada em mercadoria:

A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer. A natureza dessas necessidades – se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação – não altera em nada a questão. Tampouco se trata aqui de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência [*Lebensmittel*], isto é, como objeto de fruição, ou indiretamente, como meio de produção (MARX, 2013, p. 113).

O valor de uma mercadoria é a quantidade de trabalho média exigida para sua produção. As mercadorias podem ter valor de uso e valor de troca, sendo que o valor de uso de uma mercadoria se expressa pela sua utilidade, função, tem valor qualitativo, vai depender bastante das suas qualidades físicas. O valor de uso é produzido pelo trabalho concreto, já o valor de troca se expressa mais por valores quantitativos, está diretamente ligado ao trabalho abstrato. Nas palavras de Marx, temos as seguintes conceituações:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso [...] Na consideração do valor de uso será sempre pressuposta sua determinidade [*Bestimmtheit*] quantitativa, como uma dúzia de relógios, 1 braça de linho, 1 tonelada de ferro etc. Os valores de uso das mercadorias fornecem o material para uma disciplina específica, a merceologia. O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo. Os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade que iremos analisar, eles constituem, ao mesmo tempo, os suportes

¹⁶ Marx (2010, p. 23) assinala que o salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador.

materiais [*stoffliche Träger*] do valor de troca. [...] O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço. Por isso, o valor de troca parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria (*valeur intrinsèque*); portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos] (MARX, 2013, p. 114).

Tomando como referenciais Netto e Braz (2012); Antunes (2004); Manzano (2013), compreende-se que a mais valia tão desejada pelo capitalista pode ser obtida de duas formas. A primeira é através da mais valia absoluta que consiste no aumento da jornada de trabalho sem aumento da remuneração. A outra maneira é através da mais valia relativa, ou seja, a jornada continua a mesma, mas, no entanto, é exigida uma maior produtividade, que é conseguida através dos avanços tecnológicos. Em ambos os casos sempre ocorrerá a exploração da força de trabalho. A mais valia só se torna capital a partir do momento em que o capitalista realiza a acumulação do capital, através da reprodução ampliada.

Dentro desse contexto, outra categoria importante para ser destacada é o processo de trabalho, na qual estão inseridos os meios de trabalho, que são os instrumentos, ferramentas. Os objetos de trabalho são a matéria natural bruta e a força de trabalho, que é a energia humana empregada no processo de trabalho e que sem ela a mercadoria não consegue obter valor, posto que o homem realiza o trabalho vivo nesse processo. Sobre processo de trabalho destaca-se:

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza, se sob o açoite brutal do feitor de escravos ou sob o olhar ansioso do capitalista, se como produto das poucas *jugera* de terra cultivadas por Cincinnatus ou da ação do selvagem que abate uma fera com uma pedra (MARX, 2013, p. 261).

Vale ressaltar, também, duas categorias, o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Iamamoto faz as seguintes ponderações:

o trabalho que cria valor é uma forma social específica(histórica) de trabalho útil, que produz um valor de uso determinado, tendo por suporte um trabalho técnico-material concreto dirigido por produtores individuais mercantis e não pela sociedade. Abstraído-se do caráter concreto da atividade produtiva, e, portanto, da utilidade desse trabalho, resta-lhe o caráter de ser gasto da força de trabalho (gasto

produtivo dos cérebros, das mãos, dos nervos etc. do homem): trabalho humano indiferenciado ou formas distintas de aplicar o trabalho humano. Nessa condição é trabalho abstrato, trabalho humano em geral, trabalho socialmente igual (e não fisiologicamente igual), cuja unidade de medida é o trabalho simples médio-historicamente determinado- em que cada hora de trabalho corresponde a igual parcela do trabalho total da sociedade (IAMAMOTO, 2011, p. 61).

O trabalho abstrato iguala diferentes tipos de trabalho, diferentemente do trabalho concreto, no qual cada um tem a sua especificidade. É por meio do trabalho abstrato que se realizam as trocas de mercadorias. É a atuação do homem por meio do trabalho que agrega um valor à mercadoria, pois esse valor será medido pela quantidade de trabalho abstrato utilizado para produzir tal mercadoria.

O processo de valorização não é nada mais que um processo de formação de valor prolongado, além de certo ponto, posto que esse processo somente perdure até a obtenção de um novo produto, isso consistirá apenas numa valorização simples desse processo e, se extrapolar essa fase, teremos sim, a efetivação do processo de valorização.

Inferimos que o processo de produção do capital, além de contraditório, assim como é próprio do sistema capitalista, está enraizado em pilares alienantes, que individualizam as necessidades humanas, além de criar novas necessidades para que haja o escoamento de sua produção. Quando o capitalista resolve agir por meio da sua fórmula do dinheiro, produzir mercadoria que conseqüentemente produziria mais dinheiro, adentramos em uma teia de relações mercantis que extrapolam as necessidades reais da sociedade, entrando num processo feroz de alienação de sujeitos. É o debate sobre a alienação¹⁷ que virá a seguir.

Marx, em sua obra intitulada “Manuscritos Econômico- Filosóficos” (2010), traz a discussão acerca da alienação. Nas palavras dele, o produto do trabalho humano é incorporado em um objeto e convertido em coisa física, tal produto é uma objetificação do trabalho. A execução do trabalho aparece na esfera da economia política como uma perversão do trabalhador, a objetificação como uma perda e uma servidão ante o objeto, e a apropriação

¹⁷ Compreende-se a diferença existente entre os conceitos de Alienação e Estranhamento, e para este trabalho optou-se pela utilização de alienação, com base nesse trecho da apresentação dos Manuscritos de 1844: [...] É muito comum compreender-se por alienação um estado marcado pela negatividade, situação essa que só poderia ser corrigida pela oposição de um estado determinado pela positividade emancipadora, cuja dimensão seria, por sua vez, completamente compreendida a partir do estágio alienado, esse sim aglutinador tanto de *Entausserung* quanto de *Entfremdung*. No capitalismo, os dois conceitos estariam identificados com formas de apropriação do excedente de trabalho e, conseqüentemente, com a desigualdade social, que aparece também nas manifestações tanto materiais quanto espirituais da vida do ser humano. Assim, a categoria alienação cumpriria satisfatoriamente o papel de categoria universal que serve de instrumento para a crítica de conjunto do sistema capitalista (MARX, 2010, p.15).

como alienação, a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz, menos pode possuir e mais ele ficará dominado pelo seu produto, o capital.

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se transforma em objeto, assumindo dessa forma uma existência externa, mas pressupõe ainda que o mesmo existe independentemente, fora de si, e que com ele se defronta como uma força autônoma (MARX, 2010).

Ainda nas palavras de Marx (2010), o trabalhador se transforma em escravo do objeto: primeiro, por receber um objeto de trabalho, isto é, receber trabalho, e em segundo lugar por receber meios de subsistência. Assim, o objeto o habilita a existir, primeiro como trabalhador e depois como sujeito físico.

A alienação do trabalhador em seu objeto é postulada da seguinte forma por Marx (2010, p. 82):

quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

O trabalho alienado interfere na natureza do homem e aliena o homem de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital, assim também o aliena de sua espécie metamorfoseando-a em uma forma de vida individual (MARX, 2010).

Dentro desta perspectiva, destacam-se as implicações da alienação dentro do mundo do trabalho e os rebatimentos desse processo para a luta de classes, ao passo que os sujeitos não mais se vêem na condição de classe, como pode ser verificado nas palavras de Konder:

A divisão da sociedade em classes repercute em cada indivíduo. Já não é mais razoável esperar que cada indivíduo veja realmente no próximo um seu semelhante, isto é, um indivíduo potencialmente igual a ele, porque, com a diferenciação das condições sociais e a pertinência a diferentes classes, a semelhança entre os indivíduos sofre um esvaziamento de sentido. Como é que um aristocrata proprietário de escravos, desfrutando o ócio que lhe proporciona o trabalho alheio, poderia ver com clareza e concretamente no escravo que lhe está subjugado um seu igual? (2009, pp.84-85).

Ainda relacionando a alienação e o capitalismo, Macário (2009) destaca que o modo de produção capitalista deu gênese a uma forma nova e universal de alienação substanciada em quatro fatores que causaram uma mudança no próprio sentido de liberdade para os homens, transformando-se em algo meramente individual, tendo que ser conquistado

mediante interesses egoístas em detrimento de qualquer compromisso com a sociedade. Os quatro fatores elencados por Macário são:

em primeiro lugar, o trabalho social é capaz de produzir muito além das necessidades de reprodução imediata da sociedade, porém os excedentes econômicos produzidos acumulam-se sob a forma de propriedade privada [...]. Em segundo lugar, a atividade consciente, finalista, criativa, transformadora do homem (a práxis produtiva) é posta a serviço do acúmulo de riqueza sob a forma de capital e é exercida como meio de sobrevivência. O trabalhador é controlado de fora no exercício de sua atividade vital, tornando-se um elemento manipulável dentro das empresas e organizações capitalistas. Em terceiro lugar, os indivíduos se inserem nas malhas da divisão social do trabalho, perdendo de vista o fato de que as riquezas materiais e intelectuais são fruto da cooperação dos indivíduos. [...]. Em quarto lugar, o indivíduo só se sente livre na sua vida privada, no âmbito dos atos que dependem diretamente de sua vontade (2009, p. 32).

Portanto, inferimos, a partir do exposto, que o processo de alienação implicou em uma perda histórica do trabalho em seu sentido genérico, como autodesenvolvimento humano, ao passo que os trabalhadores inseridos dentro desse contexto alienado acabaram por perder a sua identidade e os valores como classe, predominando o individual em detrimento do coletivo. Perde-se o sentido de classe em si e para si¹⁸.

É incoerente falar sobre capitalismo, sem mencionar algumas análises sobre a luta de classes¹⁹.

Uma classe oprimida é a condição vital de toda sociedade fundada no antagonismo de classes. A libertação da classe oprimida implica, pois, necessariamente, a criação de uma sociedade nova. Para que a classe oprimida possa libertar-se é preciso, é preciso que os poderes produtivos já adquiridos e as relações sociais existentes não possam mais existir lado a lado. De todos os instrumentos de produção, o maior poder produtivo é a classe revolucionária (MARX, 2017, p. 146).

Percebemos a importância da exploração de uma classe pela outra e o quanto isso é o pilar de manutenção desta sociedade antagônica. Neste sentido, destaca-se a importância da luta de classes dentro desse processo de disputa entre burguesia e proletariado.

[...] a classe laboriosa substituirá a antiga sociedade civil por uma associação que excluirá as classes e seu antagonismo, e não haverá mais poder político propriamente dito, já que o poder político é, justamente o resumo oficial do antagonismo na sociedade civil. Entretanto, o antagonismo entre o proletariado e a burguesia é uma luta e uma classe contra a outra, uma luta que, levada à sua mais alta expressão, é uma revolução total [...] (MARX, 2017, p. 147).

¹⁸ Uma classe é “em si” pelo simples fato de existir. Uma classe é “para si” quando toma consciência do que a distingue de outras classes, ou seja, quando adquire “consciência de classe”.

¹⁹ Este objeto de estudo encontra-se enredado no jogo de forças da luta de classes. O movimento docente é uma clara manifestação de como nesse processo histórico de uma classe contra a outra, há sinais de resistência e de contraposição aos impositivos dominantes. Por isso, a discussão sobre luta de classes ganha um sentido valoroso para a análise do objeto.

Diante do exposto, reforça-se a importância da consciência de classe. Fernandes (2009), sobre os antagonismos de classes e o papel do proletário neste processo, pontua:

A luta de classes vista do pólo proletário e revolucionário não só transforma o presente: ela incorpora em si mesma os elementos do futuro que estão incubados, pelo menos parcialmente (em termos estruturais e dinâmicos), na existência das classes, de seus antagonismos sociais e no movimento social comunista, ou seja, nas impulsões dos trabalhadores no sentido de alternar a sociedade existente e de criar uma sociedade nova. Por isso, a prática política revolucionária exigia um conhecimento teórico específico capaz de aprender a história com totalidade; que revelasse a luta de classes em suas múltiplas determinações e em suas vastas consequências no plano cotidiano e imediato e em seu sentido histórico geral (FERNANDES, 2009, pp. 41-42).

Ressalta-se, assim, a importância da organização da classe trabalhadora para o processo de superação da sociabilidade capitalista, somente através da luta coletiva que poderemos derrotar as crueldades impostas por este sistema tão desigual e cruel.

Vivenciou-se no ano de 2017, sob a presidência de Michel Temer, grandes ataques à classe trabalhadora, num processo de retirada de direitos e ampliação de sua precarização. Conjuntura esta que, também, evidenciou a importância da luta de classes, ao passo que, somente reverteremos estes ataques mediante a organização dos trabalhadores. Tais ataques foram possíveis porque enfrentamos no Brasil um momento de enfraquecimento da esquerda e das organizações políticas após anos de governo petistas.

Destacados estes elementos iniciais sobre a categoria trabalho e sobre o processo de alienação, faz-se necessário pontuar algumas considerações sobre o objeto de estudo, ao passo que, a resistência encontrada no movimento docente da Uece, dentro de um contexto de luta em defesa da universidade e de conflito de interesses entre governo e comunidade ueceana, está permeada de limitações impostas pela própria sociabilidade que vivenciamos, pois estamos cercados de valores que não corroboram para a superação desta forma de sociedade vigente, como individualismo, egoísmo, mas que não impedem a possibilidade de rompermos com essa lógica, mediante a luta coletiva e organizada. Estas questões serão aprofundadas no decurso da pesquisa.

No tópico seguinte serão elencados os elementos de como o capital se organiza na contemporaneidade e os rebatimentos das mudanças no mundo do trabalho no contexto de crise estrutural do capital.

2.2 As transformações produtivas no contexto de crise estrutural do capital

O patamar histórico da luta de classes é o termômetro das condições de trabalho; assim é que a mediação da capacidade organizativa da classe operária também definirá as estratégias de desapropriação do saber e condicionantes laborativos. Esta análise só é possível evidenciando a dinâmica histórica que demarca os diferentes momentos da relação capital e trabalho.

Neste tópico são apontados elementos acerca das mudanças no mundo do trabalho pós anos 1970, com a chamada reestruturação produtiva e os principais elementos que a permeia, com o intuito de evidenciar seus impactos para a organização da classe trabalhadora, a ser abordado no ponto seguinte.

Diversos autores²⁰ analisam as transformações que ocorreram no sistema capitalista no final do século XX e o conjunto de relações que estavam imbricadas nesse processo. Para este estudo, optamos por utilizar as abordagens de Harvey (1992), Alves (1999, 2013), Antunes (2011), Mészáros (2011) e Behring (2008). Harvey (1992) explicita que este sistema é nitidamente baseado na exploração, em que prevalece a ideia da obtenção do lucro. Discute, ainda, sobre a relação entre acumulação e modo de reprodução e destaca a necessidade de regras e outras formas de moldar comportamento, que ele denominou modo de regulamentação.

Antes de iniciar a explanação acerca das transformações após a crise dos anos 1970, faz-se necessário uma exposição sobre o período antecessor chamado por Netto & Braz (2012) como os “anos dourados” do capital, que se estende da passagem da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, período que compreende o auge do fordismo e também, as políticas de Bem-Estar Social.

Na era fordista, como em outros modelos de produção, as mudanças não se limitavam à fábrica, mas tinham alterações na própria vida do trabalhador. Henry Ford queria intervir na vida pessoal do trabalhador, com objetivo que ele se tornasse cada vez mais disciplinado para atuar melhor na linha de produção e também interferia na família gerenciando o modo que estas deveriam gastar seu dinheiro com o intuito de consumir os produtos que eram produzidos por ele (HARVEY, 1992).

²⁰ Estão expostos aqui apenas alguns dos autores que subsidiam esta pesquisa, para efeitos de esclarecer o leitor a respeito da perspectiva seguida pela pesquisadora e também o foco no debate mais geral acerca da temática em questão.

Acerca das dificuldades de implementação do fordismo no período entre guerras, Harvey (1992) destaca duas grandes barreiras. A primeira que se referia as relações de classe no mundo capitalista que não era propício à aceitação de um sistema de produção que se apoiava tanto na familiarização do trabalhador a longas jornadas de trabalho rotinizado, exigindo pouca habilidade manual do mesmo. A segunda barreira destacada por Harvey (1992), diz respeito aos modos e mecanismos de intervenção estatal. Seria necessário conceber um novo modo de regulamentação para atender aos requisitos da produção fordista. Após a Segunda Guerra Mundial acontece o auge do fordismo, que passou a ser implantado nos principais países industrializados tendo o desejado protecionismo do Estado como aparato de um consumo que fomentava a produção em massa.

É importante pontuar que para que ocorressem todas essas transformações firmaram-se alguns acordos entre os diferentes setores que formam a sociedade.

[...] o crescimento fenomenal da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos (keynesianos) papéis e construir novos poderes institucionais; o capital corporativo teve e ajustar as velas em certos aspectos para seguir com mais suavidade a trilha da lucratividade segura; e o trabalho organizado teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. O equilíbrio de poder, tenso, mas mesmo assim firme, que prevalecia entre o trabalho organizado, o grande capital corporativo e a nação Estado, e que formou a base de poder da expansão de pós-guerra, não foi alcançado por acaso- resultou de anos de luta (HARVEY, 1992, p. 125).

Foram os anos em que o capitalismo nos países centrais vivenciaram uma fase única, com taxas de crescimento e lucros sempre crescentes, enfrentaram crises, mas essas crises foram contornadas pela intervenção estatal baseada nas ideias do economista britânico John Keynes²¹ que defendia que o Estado agisse como um regulador dos investimentos privados, resultando na promoção do Estado de Bem-Estar Social, o *Welfare State*²², assegurando direitos trabalhistas e sociais à classe trabalhadora, tais como previdência social, seguridade social, renda mínima, educação. Essa garantia de direitos e de serviços públicos de proteção, deu-se, sobretudo, em países da Europa após a Segunda Guerra Mundial.

²¹ Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado.

²² A definição do *Welfare State* pode ser compreendida como um conjunto de serviços e benefícios sociais de alcance universal promovidos pelo Estado com a finalidade de garantir uma certa “harmonia” entre os avanços das forças de mercado e uma relativa estabilidade social, suprimindo a sociedade de benefícios sociais que significam segurança aos indivíduos para manterem um mínimo de base material e níveis de padrão de vida, que possam enfrentar os efeitos deletérios de uma estrutura de produção capitalista desenvolvida e excludente (GOMES, 2006, p. 203).

O papel do Estado foi importante para controlar os ciclos econômicos e as sucessivas crises, também atuou através de políticas fiscais e monetárias, e através de investimentos em transporte, equipamentos públicos, salário social, seguridade social, assistência médica, educação, habitação, garantindo acordos salariais e direitos dos trabalhadores. Esta intervenção ficou conhecida como Estado de Bem-Estar Social, com a sociedade do pleno emprego e de muitas conquistas no campo social que foram e continuam a ser atacadas no cenário contemporâneo.

Neste ponto, cabe fazer um adendo situando as particularidades²³ do caso brasileiro, ao ponto que aqui não foi vivenciado o *Welfare State* tal como nos países centrais e sofremos um processo de industrialização tardio, com um capitalismo dependente e traços de precarização do trabalho que sempre fizeram parte de nossa história.

[...] no caso brasileiro é preciso mediatizar essa análise, já que a “flexibilização/precariedade” do trabalho entre nós não pode ser creditada à crise recente do capitalismo. Muito embora estejam mais visivelmente presentes no atual contexto da acumulação flexível, essas características fazem parte da nossa “modalidade imperante” de exploração do trabalho há bastante tempo: afirmam-se, de modo proeminente, no período em que nos países capitalistas desenvolvidos havia estabilidade, pleno emprego e *Welfare State*. [...] a flexibilidade/precariedade é erigida, no Brasil, como princípio estruturante dos postos de trabalho antes e durante o período fordista do capitalismo brasileiro (SANTOS, 2012, p. 434).

Santos (2012) enfatiza que aspectos da precarização tais como a ausência de regulação do trabalho, subemprego, informalidade estão presentes no cenário brasileiro desde a formação do seu mercado de trabalho. Sobre esse processo de organização podemos destacar:

A primeira reorganização do capitalismo industrial ocorreu na década de 1930 sob o governo Vargas; com a industrialização pesada e o desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil nas décadas de 1950/1960, ocorre a segunda reorganização capitalista no país, quando se constituíram os pilares de nossa modernidade salarial. A terceira reorganização do capitalismo industrial no Brasil emerge com o ajuste neoliberal e a reestruturação produtiva na década de 1990. Ocorre um processo de precarização do trabalho e a constituição, na década de 2000, de uma nova precariedade salarial, que incorpora os traços do capitalismo flexível (ALVES, 2013, p. 134).

Ainda debatendo as particularidades no Brasil destaca-se a seguinte situação: a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais que historicamente foram mantidas sob controle do Estado e das classes dominantes. Sobre o assunto, Santos assinala:

²³ Sobre o processo de formação do Brasil temos importantes contribuições teóricas que buscaram apreender o modo particular de constituição da sociedade burguesa. Autores como Sergio Buarque de Hollanda, Caio Prado Junior, Florestan Fernandes, por exemplo, deram importantes interpretações do Brasil, buscando apreender a particularidade da nossa formação nacional.

[...] Por meio de sua atuação e, conseqüentemente de sua “captura” pelos setores dominantes, foram facilitados os inúmeros dispositivos que instituíram a superexploração do trabalho e a passivização das lutas sociais no Brasil. É por isso que a análise genérica da crise capitalista atual não pode ser efetuada sem contextualizar que a flexibilidade/desregulamentação significam, no panorama brasileiro, algo inteiramente diverso do que significam no contexto de países capitalistas desenvolvidos. No nosso caso se implementam de modo muito mais grave e encontram menos resistência aos retrocessos civilizatórios implicados na ausência de proteção ao trabalho (2012, p. 438).

Por esta razão é que Santos (2012) situa que uma das principais particularidades do caso brasileiro é que aqui já existiam processos de flexibilidade e precariedade ao contrário da estabilidade dos países centrais de fordismo clássico, nos Estados Unidos e Europa.

O capitalismo, marcado por crises na sua história, experimenta mais uma que, entre outros fatores, acarretou o esgotamento do fordismo em decorrência da crise de superprodução das mercadorias.

Sobre a crise capitalista desencadeada nos anos 1970, traçam-se algumas considerações de Mézáros (2011) ao que ele conceitua como crise estrutural do capital. Interessa argumentar que tal crise é caracterizada como estrutural, não se tratando apenas de mais uma crise cíclica. Ao tecer comentários acerca das três dimensões fundamentais do capital, que são: produção, consumo e circulação/distribuição/realização, destaca que uma crise cíclica que pode ter duração prolongada, como a crise do final da década de 1920, “afeta diretamente uma das três dimensões e indiretamente, até que o obstáculo seja removido, o sistema como um todo, sem, porém, colocar em questão os limites últimos da estrutura global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 798).

As crises estruturais advêm das três dimensões internas, afetando “a totalidade de um complexo social em todas as relações com as suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (MÉSZÁROS, 2011, p. 796). Dessa forma a principal diferença entre a crise estrutural e as crises cíclicas, é que a primeira atinge a totalidade do complexo social e não pode ser solucionada dentro dos parâmetros sistêmicos, enquanto a segunda atinge apenas alguns aspectos do complexo social, tendo condições de ser solucionada dentro dos padrões do sistema.

Podemos caracterizar a crise estrutural em quatro aspectos: 1) seu caráter universal; 2) seu alcance global, não se restringindo a um conjunto de países; 3) sua escala e tempo é contínua ou “permanente” não se restringe a um tempo limitado e/ou cíclico; 4) não apresenta apenas grandes colapsos, mas se desenvolve de forma gradual, o que não exclui momentos de “explosões”, podendo ser caracterizada como rastejante (MÉSZÁROS, 2011).

Outro fator importante é que a crise estrutural não está relacionada aos limites absolutos do capital. Mas trata-se de que as três dimensões fundamentais de autoexpansão do capital evidenciam abalos cada vez maiores, rompendo o processo de crescimento e apresentando uma falha no processo de deslocamento das contradições acumuladas no sistema capitalista e seus interesses deixam de coincidir. Além disso, não se restringe a esfera socioeconômica, mas apresenta-se também na crise da “sociedade civil”, que “reverbera ruidosamente em todo o aspecto das instituições políticas [...]. Realmente a crise estrutural do capital se revela como uma verdadeira *crise de dominação* em geral (MÉSZÁROS, 2011, p. 800).

A partir da crise capitalista de meados da década de 1970, a primeira recessão generalizada da economia mundial após 1945, o sistema mundial do capital acelerou seu processo de reestruturação orgânica. Constitui-se uma nova etapa do capitalismo histórico: o capitalismo global que na perspectiva de Alves (2013, p.39):

é o capitalismo da mundialização do capital e do complexo de reestruturação produtiva, com a nova divisão internacional do trabalho e o poder global das corporações transnacionais. O capitalismo global é o novo capitalismo flexível, em que se dissemina o espírito do toyotismo como nova ideologia orgânica da produção de mercadorias. Difunde-se o novo e precário mundo do trabalho

Behring (2008) destaca que os anos 1980 foram marcados por uma revolução tecnológica e organizacional do modo de produção e que isso veio a ser denominado na literatura como reestruturação produtiva, que vem a alterar a rigidez do fordismo, com sua linha de produção hierarquizada e princípios de produção e consumo em massa.

É a crise estrutural do capital que impulsiona o seu processo de mundialização produtiva e financeira. O capital tende a se expandir e procurar novas formas de crescimento. O período da mundialização do capital é caracterizado por um novo regime de acumulação predominantemente financeira (CHESNAIS, 1994²⁴). Sobre as características de tal período, Alves destaca:

1 É constituída pelo poder crescente do capital-dinheiro altamente concentrado. 2 Observa-se mais o predomínio do investimento e da produção em relação a troca. 3 Acirra-se o processo de centralização financeira e de concentração industrial do capital, tanto no plano nacional quanto no plano internacional. 4 Ocorre uma maior interpenetração entre os capitais de vários países, assim como cria-se, mediante o investimento internacional cruzado e as fusões-aquisições interfronteiras, de

²⁴ Referência a 1994 por ser o ano da publicação em francês do livro a “Mundialização do Capital” do referido autor.

estruturas oligopolísticas transnacionais num número crescente de ramos da indústria ou de serviços (ALVES, 1999, pp. 62-63).

Chesnais afirma que estamos diante de um novo regime mundial de acumulação do capital, que alterou o funcionamento do capitalismo. Ele chama essa nova etapa do capitalismo mundial de “regime de acumulação predominantemente financeira”, que caracteriza a “mundialização do capital”. Para o autor, ela é “algo mais – ou mesmo outra coisa – do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital iniciado há mais de um século” (CHESNAIS, 1998).

Alves (1999) destaca os traços marcantes da macroeconomia do capitalismo mundial na década de 1990, que segundo Chesnais, caracterizam o novo regime de acumulação predominantemente financeira, denominado de mundialização do capital:

1. Taxas de crescimento do PIB muito baixas, inclusive em países (como o Japão) que desempenharam tradicionalmente o papel de “locomotiva” junto ao resto da economia mundial.
2. Deflação rastejante.
3. Conjuntura mundial extremamente instável, marcada por constantes sobressaltos monetários e financeiros.
4. Alto nível de desemprego estrutural
5. Marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas
6. Concorrência internacional cada vez mais intensa, geradora de sérios conflitos comerciais entre as grandes potências da “Triade” (Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão) (ALVES, 1999, p. 55).

Desenvolveu-se, assim, a mundialização do capital, que impulsionou o complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que buscava constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala global e que debilitou o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser da classe dos trabalhadores (ALVES, 1999).

Alves (1999) argumenta que o marco histórico da mundialização do capital é a recessão de 1974 - 1975, o início desta “longa crise rastejante”, após a crise do petróleo de 1973. Como já fora mencionado, após essa crise, o fordismo e o keynesianismo mostraram as suas fragilidades, como expressão maior da incapacidade de conter as contradições capitalistas, inerentes ao próprio sistema. Esse modelo de acumulação sofre críticas, principalmente no que se refere à intervenção do Estado na economia. Desgastava-se, então, esse modo de acumulação e o capital já buscava alternativas para se reestruturar. Portanto, as décadas de 1970 e 1980 se caracterizaram como um período de reestruturação econômica e reajustamento social e político em diversos países do mundo.

O ponto de partida desta conjuntura é marcado pelo processo de mundialização do capital e ratifica os seus vínculos com o ordenamento da produção e reprodução social, reafirmando-se o significado das instâncias políticas e econômicas que na perspectiva de Antunes (2005, p. 120) é:

[...] Expansionista, destrutivo e, no limite, incontrolável, o capital assume cada vez mais a forma de uma crise endêmica, como um *depressed continuum*, como uma crise cumulativa, crônica e permanente, com a perspectiva de uma “crise estrutural cada vez mais profunda”, ao contrário da sua conformação anterior, cíclica, que alternava fases de desenvolvimento produtivo com momentos de “tempestade”.

Com a mundialização do capital, cristaliza-se o modelo de acumulação flexível, na qual Harvey assinala:

Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (1992, p. 140).

Esse novo tipo de acumulação capitalista que se impõe, cada vez mais, às corporações transnacionais, é o capitalismo globalizado, no qual o ponto característico, segundo Chesnais:

[...] não é o lugar que nele ocupam os grandes grupos industriais, mas muito mais os das enormes instituições financeiras bancárias e também não-bancárias. As organizações capitalistas mais poderosas voltaram a ser, como no período entre as duas guerras, as que exercem uma ‘preferência pela liquidez’ na valorização de seus capitais, ou seja, que o valorizam conservando sua forma de capital-dinheiro (1997, pp. 31-32).

Percebe-se, assim, a importância que as instituições financeiras alcançaram no cenário mundial pós anos 1980. Pode-se destacar algumas de grande relevância e poder, como os:

(1) grandes fundos de pensão por capitalização e fundos de aposentadoria anglo-saxões e japoneses (2) os grandes fundos de aplicação coletiva privados e de gestão de carteiras de títulos (os Fundos Mútuos de Investimento) (3) os grupos de seguros, especialmente os engajados na “indústria” de pensões privadas e de aposentadorias complementares (4) os enormes bancos multinacionais, embora sua posição tenha baixado na hierarquia mundial do capital (ALVES, 1999, p. 67).

A partir do desenvolvimento do capital financeiro surge uma camada da burguesia de caráter essencialmente rentista, no sentido econômico preciso, de que os ganhos de que desfrutam resultam de transferências a partir da esfera da produção e da troca. Sobre as

origens do processo de financeirização, destacam-se, além das próprias determinantes decorrente da crise de superprodução já mencionada, a própria queda das taxas de lucros das indústrias e claro, um processo político que muito ajudou para o avanço do capital.

As transferências ocorridas a partir do serviço da dívida externa do Terceiro Mundo em meados dos anos 70 permitiram às instituições financeiras, tais como FMI e Banco Mundial, aumentar a pressão em prol de uma política monetária favorável aos interesses dos credores e voltada para uma liberalização e uma desregulamentação financeira cada vez maiores. O seu ponto de inflexão sócio-histórico é a “revolução conservadora” de Margaret Thatcher, no Reino Unido e Ronald Reagan, nos EUA, que teve um papel fundamental para impulsionar a mundialização do capital concebido como um novo regime de acumulação mundial predominantemente financeira (ALVES, 1999, p. 71).

Instaura-se a partir dos anos 1970, um sistema financeiro global altamente integrado, coordenado pelas telecomunicações instantâneas, que consolida um mercado de ações global, um mercado futuro de mercadorias (e até de dívidas) globais.

De acordo com Iamamoto (2011), o capital financeiro assume o comando do modelo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, marcando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais.

A mundialização do capital, sob a hegemonia das finanças, tem ampla e profunda repercussão na órbita das políticas públicas, com suas conhecidas diretrizes de focalização, descentralização, desfinanciamento e regressão do legado dos direitos do trabalho assalariado conquistados [...] Revitalizam-se formas de extração da mais-valia absoluta e relativa, integrando subsunção real e formal do trabalho ao capital, expressas tanto na contenção do emprego formal e no crescimento de formas de trabalho temporárias, clandestinas [...]. Verifica-se, em síntese, uma regressão das conquistas acumuladas na órbita da economia política do trabalho e dos direitos conquistados no seu âmbito [...] (IAMAMOTO, 2011, pp. 433-434).

Ainda sobre a acumulação flexível e o novo complexo de reestruturação produtiva, faz-se necessário traçar algumas considerações sobre o toyotismo e assim, entender porque Alves o denomina como “momento predominante” desse processo.

Ao surgir, portanto, como o “momento predominante” do complexo de reestruturação sob a mundialização do capital, o toyotismo passou a incorporar uma “nova significação”, para além das particularidades de sua gênese sócio-histórico (e cultural), vinculado com o capitalismo japonês. Deste modo, ao utilizarmos o conceito de toyotismo, queremos dar-lhe uma significação particular, delimitando alguns de seus aspectos essenciais. São tais aspectos essenciais do toyotismo - seus protocolos organizacionais (e institucionais), voltados para realizar uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital – que possuem um valor heurístico, capaz de esclarecer seu verdadeiro significado nas novas condições da mundialização do capital (ALVES, 1999, p. 94).

Portanto, pode-se afirmar que o toyotismo almejava, assim, a formação de uma nova subjetividade operária, capaz de promover uma nova via de racionalização do trabalho. Ou seja, constituiu-se numa experiência de organização social da produção de mercadorias. Articulava a continuidade da racionalização do trabalho, intrínseca ao taylorismo e fordismo, com as novas necessidades da acumulação capitalista ou, como define Alves (1999), uma “ruptura” no interior de uma continuidade plena.

Apesar de o toyotismo pertencer à mesma lógica de racionalização do trabalho do taylorismo/fordismo, o que implica considerá-lo uma continuidade com respeito a ambos, ele tenderia, em contrapartida, a surgir como um controle do elemento subjetivo da produção capitalista que estaria posto no interior de uma nova subsunção real do trabalho ao capital – o que seria uma descontinuidade com relação ao taylorismo/fordismo (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 346).

A partir do toyotismo ocorre uma nova orientação na constituição da racionalização do trabalho²⁵ que, conforme já fora mencionado, exige a captura integral da subjetividade operária, e também da sua adaptação às novas tecnologias.

Os anos 80 podem ser considerados a “década das inovações capitalistas”, da flexibilização da produção, da “especialização flexível”, da desconcentração industrial, dos novos padrões de gestão da força de trabalho, tais como just-in-time / Kan-ban, CCQ’s e Programas de Qualidade Total, da racionalização da produção, de uma nova divisão internacional do trabalho e de uma nova etapa da internacionalização do capital, ou seja, de um novo patamar de concentração e centralização do capital em escala planetária (ALVES, 1999, p. 81).

Mais do que nunca, buscava-se alcançar o consentimento do trabalhador, isso através, por exemplo, das ditas parcerias, mediante “pseudo” processos participativos nos projetos de produtos e de processos de produção, através do incentivo às suas sugestões. Assim, começa a surgir a figura conhecida nos dias atuais como o colaborador da empresa.

Os trabalhos em equipes, os círculos de controle, as sugestões oriundas do chão da fábrica, são recolhidos e apropriados pelo capital nessa fase de reestruturação produtiva. Suas idéias são absorvidas pelas empresas, após uma análise e comprovação de sua exequibilidade e vantagem (lucrativa) para o capital (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 347).

²⁵ Segundo Alves (1999) e Antunes (2004), os protocolos de racionalização do trabalho são: autonomia/auto-ativação, *just-in-time/kanban* e a polivalência operária. O toyotismo restringe o nexa da hegemonia do capital à produção, recompondo, a partir daí a articulação entre consentimento operário e controle do trabalho. É por isso que, mais do que nunca, salienta-se a centralidade estratégica de seus protocolos organizacionais e institucionais. É apenas sobre eles que se articula a hegemonia do capital na produção.

Percebemos, das exposições acima acerca da mundialização do capital, que com o complexo de reestruturação produtiva, emergiu uma nova reconstituição do trabalhador, adequando-o à nova etapa do capital e nível de concorrência capitalista mundial. Salientamos que isso somente foi possível por este ser um momento de enfraquecimento no movimento operário.

O resultado histórico desse processo sobre o mercado de trabalho é impressionante: instaurou-se um novo patamar de desemprego estrutural e proliferação do trabalho precário nos principais países capitalistas.

Com a desestruturação crescente do Welfare State nos países do Norte e com a ampliação do desemprego estrutural, os capitais transnacionais implementam alternativas de trabalho crescentemente desregulamentadas, “informais”, de que são exemplo as distintas formas de terceirização (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 337).

O Estado passa a atuar com mais veemência na desregulamentação e regulamentação, com flexibilidade²⁶, com negociações locais ou por empresas, com privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, com crescentes tensões geopolíticas, descentralização e aumento da competição entre os povos.

o complexo de reestruturação produtiva e, principalmente, as políticas neoliberais, que se desenvolvem a partir dos anos 80, possuíam como objetivo claro destruir as organizações sindicais, ou melhor, todas as instituições e relações sociais que colocavam obstáculos à lógica da valorização do capital (ALVES, 1999, p. 59).

A reestruturação produtiva conduzida em combinação com o ajuste neoliberal²⁷ implicou a desregulamentação de direitos, no corte de gastos sociais, deixou milhões de pessoas à sua própria sorte e ao individualismo (traço marcante da pós-modernidade). Assinala-se, então, que o caráter da organização do trabalho na revolução tecnológica em curso é desagregador da solidariedade de classe e regressivo (BEHRING, 2008).

O complexo de reestruturação produtiva sob a mundialização do capital tende a impulsionar, em sua dimensão objetiva, as metamorfoses do trabalho industrial e a fragmentação da classe dos trabalhadores assalariados. É este novo cenário que exige novas estratégias políticas e organizacionais de sindicatos, incluindo-se, aqui, os sindicatos dos

²⁶ Boyer concentra-se apenas na flexibilidade do trabalho, enumerando-a em cinco dimensões – a flexibilidade inerente à organização da produção, à mobilidade interna dos trabalhadores, aos contratos de trabalho, à relação salarial e à regulamentação trabalhista (Boyer, 1986, citado por Alves, 1999)

²⁷ O debate sobre o neoliberalismo será feito na quarta seção deste capítulo, para fins metodológicos, optou-se por não expor as questões aqui também, apesar da relação de ambos.

trabalhadores docentes. Traçadas estas considerações acerca das transformações no cenário do capital, parte-se para os impactos para os trabalhadores e as novas facetas da precarização.

2.3 Os impactos da reestruturação do capital: a precarização do trabalho e a crise no sindicato de classe

Os estudos no campo crítico apontam que os processos de precarização do trabalho, em geral, são frutos da luta entre capital e trabalho, em outras palavras, o patamar histórico da luta de classes é o termômetro das condições de trabalho. Dessa forma, a mediação da capacidade organizativa da classe operária também definirá as estratégias de desapropriação do saber, e condicionantes laborativos. Encontram-se expostos aqui alguns elementos acerca das mudanças na organização da classe trabalhadora após o processo de reestruturação produtiva do capital.

A classe trabalhadora no século XXI, em plena era de capitalismo globalizado, é fragmentada, mais heterogênea e ainda mais diversificada. Pode-se constatar, neste processo, uma perda significativa de direitos e de sentidos, em sintonia com o caráter destrutivo do capital vigente. A esse respeito, Antunes e Alves consideram:

É este, portanto, o desenho compósito, diverso e heterogêneo que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora, a classe que vive do trabalho: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc., temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital (2004, p. 342).

É possível salientar que o movimento dos trabalhadores assalariados, sob uma perspectiva ontológica, originou-se como um complexo sócio-histórico reativo à posição do capital em processo, que tende a revolucionar constantemente as condições sociais (vale dizer que, o próprio movimento do capital, possui como componente intrínseco, a luta de classes). Podemos afirmar que uma das conseqüências do toyotismo vem a ser a crise do sindicalismo de classe, um dos instrumentos clássicos de resistência do trabalho assalariado (ALVES, 1999). Como conseqüência temos o aumento do desemprego nos países desenvolvidos, desemprego estrutural ocasionado pelo avanço tecnológico.

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os padrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical

e da grande quantidade de mão de obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis [...] (HARVEY, 1992, p.143).

A crise de produção, o aumento do desemprego, as novas condições de trabalho em geral reduziram a condição de negociação da classe trabalhadora, tanto porque aumentou o exército industrial de reserva quanto à intensificação da mais valia relativa trazendo maior cooptação para autoexploração.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais (ANTUNES e ALVES, 2004, p. 336).

A utilização do termo precarização do trabalho é recente, e surgiu por volta dos anos 1980, exatamente quando as relações de trabalho (sociais e econômicas) sofreram modificações com o avanço de políticas econômicas que retiravam conquistas trabalhistas e, conseqüentemente, tinha-se a tendência a elaborar contratos que em nada favoreciam os trabalhadores.

A década de 1980 presenciou, nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser (ANTUNES, 2011, p. 23).

Com o fim dos seus anos de ouro e com o processo de flexibilização das relações de trabalho, foram criadas novas condições para se ampliar a exploração da força de trabalho, com a intenção de reverter a crise iniciada pós anos 1970. Para Netto e Braz (2012, p. 219):

o grosso dos outros trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes está vinculado a outras empresas (mediante a terceirização de atividades e serviços) e submetido a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo- alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes.

Retomando as mudanças proveniente destas transformações no mundo do trabalho, Antunes faz as seguintes considerações:

O mais brutal resultado destas transformações é a expansão, sem precedentes na era moderna, do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. Pode-se

dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora (ANTUNES, 2011, p. 47).

Alves (2013), sobre as formas de precarização do trabalho na vigência do capitalismo flexível, destaca algumas de suas características, dentre as quais se enfatiza: o surgimento de novas modalidades de contratação salarial, desregulação da jornada de trabalho e instauração de novos modos da remuneração flexível.

[...] a precarização do trabalho que ocorre hoje, sob o capitalismo global, seria não apenas a “precarização do trabalho” no sentido de precarização da mera força de trabalho como mercadoria; mas seria também “precarização do homem que trabalha” no sentido de desefetivação do homem como ser genérico (ALVES, 2013, p. 86).

Ainda neste debate dos impactos da precarização não apenas da força de trabalho, Alves (2013) diz que este processo implica a abertura de uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, crise de sociabilidade e crise de autorreferência pessoal. Crises essas ocasionadas em decorrência das mudanças no mundo do trabalho.

Sob a era da mundialização do capital, a partir da Quarta Revolução Tecnológica [...] e com a ofensiva neoliberal que caracterizou as últimas décadas do século XX, a categoria da “flexibilidade” se desdobrou e adquiriu múltiplas determinações no interior do processo de trabalho capitalista, assumindo, desse modo, novas percepções, intensidade e amplitude (ALVES, 2013, p. 88).

Todas as mudanças decorrentes deste período impactaram bastante a vida dos trabalhadores, como diz Alves (2013): tempo de vida é subsumido a tempo de trabalho. Ou seja, a cada dia é exigida uma maior produtividade destes sujeitos, aumentando o nível de mais valia extraída dos indivíduos.

a luta social deve ser conduzida contra a voracidade do capital que tenta transformar o tempo de vida em tempo de trabalho, algo que contribuiria tão-somente para a degradação humana. É o que está ocorrendo, hoje, na principal economia capitalista do mundo – vive-se para ser explorado pelo capital (ALVES, 1999, p. 164).

Como fora citado no início desse capítulo, a precarização no Brasil sofre algumas particularidades, dadas as condições de formação do capitalismo brasileiro que assumiu uma objetivação capitalista de cariz autocrático-burguês e dependente aos interesses dos centros financeiros internacionais, tudo isso moldou o mundo do trabalho no Brasil com uma peculiar

precariedade estrutural de longa data, seja no plano objetivo, seja no plano da subjetividade (e consciência) de classe (ALVES, 2007).

Dando prosseguimento ao debate sobre a realidade brasileira, destaca-se que as medidas de flexibilização das relações de trabalho na década de 1990 levaram à criação do contrato de trabalho por tempo determinado, contrato de trabalho por tempo parcial, além da terceirização, colocando um leque de opções flexíveis para a exploração destes sujeitos.

Por conta da flexibilização das relações de trabalho, amplia-se a presença do “trabalhador precário” nos coletivos laborais no Brasil, uma experiência de precariedade que não diz respeito tão somente ao vínculo empregatício (trabalho-emprego), mas também as relações de sociabilidade (trabalho-vida)[...] no tocante as alterações da forma de remuneração e jornada de trabalho [...]... Portanto, podemos caracterizar a nova morfologia social do trabalho por dinâmicas psicossociais que implicam a dessubjetivação de classe, “captura” da subjetividade do trabalhador assalariado e redução do trabalho vivo a força de trabalho como mercadoria (ALVES, 2013, pp. 95-96).

A década de 1990 no Brasil é caracterizada por alguns autores como a década da precarização do trabalho em sua forma extrema, vincula-se ao impulso que o projeto neoliberal teve nesse período.

No Brasil, a partir do governo Collor, nos anos 90, a política neoliberal impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. É a partir desse momento que presenciamos um salto qualitativo no processo de reestruturação produtiva, que atinge os principais pólos industriais do país, onde se localizam os núcleos do sindicalismo de classe. Na verdade, o desdobramento de uma crise do mundo do trabalho no Brasil, sob a era neoliberal, sobrepõe-se à precariedade histórica- e estrutural- do estatuto salarial em nosso país e atinge os núcleos “modernos” da sociabilidade do trabalho, instaurando novas polarizações (e fraturas) internas às ilhas de modernidade, constituídas sob a época da industrialização substitutiva (ALVES, 2000, p. 10).

A liberalização comercial é um dos principais aspectos da política neoliberal no Brasil. Ela surge como umas das principais armas do capital mundial, que utiliza as agências multilaterais como o Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio- OMC, para pressionar as economias nacionais a facilitarem os fluxos de capitais, contribuindo, assim, para a instauração de novos canais de valorização para as corporações transnacionais (ALVES, 2000).

Vale destacar que o país vinha de um crescimento econômico irrisório na década de 1990, e esta situação colaborou para que as medidas neoliberais atingissem formas mais agressivas para a classe trabalhadora. Na década de 2000, delineou-se o que Alves (2013, p.

141) intitula: [...] a “nova precariedade salarial”, isto é, as novas condições de exploração da força de trabalho que emergem nas empresas reestruturadas.

Embora a nova precariedade seja mais visível nos estratos do setor informal, ela aparece, sob múltiplas formas, nos estratos formais do mercado de trabalho, seja através das perdas de direitos e benefícios trabalhistas, muitos deles por conta das novas formas de flexibilização do estatuto salarial; ou ainda da intensificação e extensão da jornada de trabalho, com as horas-extras não-pagas; seja através da insegurança no emprego e da carreira, como demonstram as reedições constantes dos Programas de Demissão Voluntária ou insegurança da representação sindical, abatida pela queda do poder de barganha da categoria assalariada, etc (ALVES, 2007, p. 258).

A precarização do trabalho caracterizou-se, assim, pela demissão incentivada, no caso dos planos de demissão voluntária²⁸, o avanço dos processos de terceirização, e degradação das condições de trabalho, salário e redução de benefícios e direitos trabalhistas. Ou seja, tem-se uma conjuntura de muitas dificuldades para os trabalhadores.

Essa nova precariedade salarial no Brasil é marcada pela presença, nos locais de trabalho reestruturados das grandes empresas e também dos órgãos públicos, “tanto de trabalhadores assalariados “estáveis”, quanto de trabalhadores assalariados “precários”. (ALVES, 2013, p. 149). Realidade esta vivenciada na Uece, através do amplo contingente de professores substitutos, estimados em torno de 300, em 2017.

Tal como na situação mencionada acima, Harvey (1992) também debateu essa tendência dos mercados de trabalho de reduzir o número de trabalhadores “centrais” e empregar cada vez mais uma força de trabalho que ingressa facilmente e é demitida sem custos, quando as coisas não saem como eles querem. Exemplo disso é a política de terceirização vigente no Brasil.

Como já foi destacado, este cenário precarizado atinge também aos professores, efetivos e substitutos, cada um a sua forma, mas ambos com seus desgastes seja ele econômico, físico ou mental. Sobre o adoecimento docente, conforme afirma o pesquisador Jadir Campos (2014), em entrevista concedida a Associação de Docentes da Ufpa- Adufpa, uma das síndromes que mais afetam esta categoria é a de Burnout²⁹.

²⁸ Podemos citar os planos de demissão voluntários dos bancários nos anos de 1990. E de outras categorias do funcionalismo público. Na atualidade, este mecanismo voltou a ser utilizado pelo governo, incentivando a demissão de funcionários dos Correios.

²⁹ Termo quer dizer combustão completa, caracterizada pelo esgotamento emocional, despersonalização e baixa realização pessoal.

Sobre os impactos na vida dos professores da Uece, destacamos alguns elementos de pesquisa de Alves (2014)³⁰ que elencava que havia na universidade estudada uma cisão entre professores efetivos e substitutos, rompendo assim com a sua unidade de classe. Pontua-se também a negativa de alguns docentes em participar das lutas em defesa da Uece, argumentando que estas lutas não diziam respeito a eles, no caso dos efetivos, e no caso dos temporários, argumentavam que tal luta não era prioridade em suas carreiras. Sobre a sindicalização à Sinduece, na época nenhum dos pesquisados era filiado ao sindicato e no quadro geral, menos de 10% dos temporários tinha vinculação sindical.

Nesta linha de pensamento, Bosi (2006) argumenta que a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações, principalmente, de natureza social, cultural e política. Ele acredita que todos esses fatores terão impacto na forma como os trabalhadores irão se organizar como classe, tese comprovada por diversos autores do decurso dessa pesquisa.

Cabe à classe trabalhadora a tarefa de emancipação humana da civilização do capital, da revolução social. Para isso, é necessária sua organização sindical e política.

A tarefa da esquerda revolucionária é, antes de tudo, organizá-los, política e culturalmente. É neles que reside a concepção clássica, matriz das utopias socialistas revolucionárias do século passado, de pensar a revolução social a partir daqueles que são objeto da exploração capitalista e não daqueles que vivem à margem da “sociedade salarial” (os homens e mulheres desempregadas podem, é claro, engrossar - e reforçar - a luta revolucionária, mas, por outro lado, como a história tem demonstrado, podem servir como massa de manobra para movimentos neofascistas) (ALVES, 1999, pp. 166-167).

A saída para reverter este contexto adverso para os trabalhadores é a luta. A organização da categoria docente se constitui, assim, uma estratégia indispensável para o enfrentamento da precarização e pelas lutas referentes a salário, carreira e formação.

É importante salientar que a vida cotidiana não se mostra meramente como o espaço por excelência da vida alienada, mas, ao contrário, é lócus de disputa entre a alienação e a desalienação. Ocupar todos os espaços faz-se necessário na luta contra o capital e na defesa da classe trabalhadora.

Traçadas estas pontuações acerca da categoria trabalho, em seguida as mudanças no mundo do trabalho no contexto de crise estrutural do capital e por último, as implicações e rebatimentos para a organização da classe trabalhadora após estas mudanças, podemos

³⁰ Dados extraídos do trabalho de conclusão de curso: ALVES, Danielle Coelho. Expressões do Trabalho Docente Precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da Uece, realizado em 2014.

concluir que estes são elementos intimamente ligados e a sua compreensão é necessária para entender a conjuntura de contrarreforma vivenciada nas universidades brasileiras. No próximo tópico estão expostos os debates acerca do neoliberalismo e como ele está relacionado ao processo de retirada de direitos e os impactos da política neoliberal para o que chamamos de contrarreforma do ensino superior.

2.4 Neoliberalismo: aportes conceituais e contextuais

Nas seções anteriores citamos algumas vezes a influência das ideias neoliberais na retirada de direitos e conquistas dos trabalhadores, portanto, é importante destacar a importância do projeto neoliberal para a efetivação dessa nova etapa do capital. Neste tópico nos propomos a apresentar como essa concepção surgiu, através de alguns de seus maiores pilares intelectuais: Friedrich Hayek³¹, Milton Friedman³² e Ludwig Von Mises³³, defensores do Liberalismo.

Desenvolvido no final do século XVIII e início do século XIX, o liberalismo defendia a liberdade e o indivíduo como a entidade principal da sociedade. O movimento apoiou o *laissez-faire* (de modo simplificado, “deixe fazer”) como uma forma de reduzir o papel do Estado no plano econômico. Acreditavam no mercado livre como um modo de unir as nações do mundo pacífica e democraticamente.

O liberalismo clássico defende a liberdade individual, a propriedade privada, o livre comércio. No entanto, ocorreram mudanças na utilização do termo liberalismo³⁴ e nas suas concepções, sobre isso Friedman (1985, p.14) destaca:

³¹ Friedrich August von Hayek foi um economista e filósofo austríaco. É considerado um dos maiores representantes da Escola Austríaca de pensamento econômico. Foi defensor do liberalismo clássico e procurou sistematizar o pensamento liberal clássico para o século XX. Ver mais sobre o pensamento de Hayek acerca da temática em: HAYEK, F.A. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010.

³² Milton Friedman foi um economista norte-americano, um dos maiores representantes do liberalismo na economia e da defesa do mercado. Ver mais sobre o pensamento de Friedman em: FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

³³ Ludwig Von Mises foi economista teórico de nacionalidade austríaca e, posteriormente, americana, que foi membro da Escola Austríaca de pensamento econômico. Influenciou os pensamentos de Hayek e outros liberais, apesar de não ser bem visto no meio acadêmico. Sobre o pensamento de Mises, acessar: <https://mises.org.br/Default.aspx>

³⁴ A mudança no significado do termo liberalismo é ainda mais impressionante em assuntos econômicos do que em políticos. O liberal do século XX, da mesma forma que o do século XIX, é partidário das instituições parlamentares, do governo representativo, dos direitos civis, e assim por diante.[...] Defensor da liberdade e, por isso mesmo, temeroso do poder centralizado, que em mãos do governo ou particulares, o liberal do século XIX era favorável à descentralização política. [...]o liberal do século XX é favorável a governos centralizados. (FRIEDMAN, 1985, p.15)

O liberal do século XIX considerava a extensão da liberdade como o meio mais efetivo de promover o bem-estar e a igualdade; o liberal do século XX considera o bem-estar e a igualdade ou como pré-requisitos ou como alternativas para a liberdade. Em nome do bem-estar e da igualdade, o liberal do século XX acabou por favorecer o renascimento das mesmas políticas de intervenção estatal e paternalismo contra as quais tinha lutado o liberalismo clássico.

Bianchetti (2005) resume a utilização do termo liberalismo em três sentidos: 1) concepção do mundo ou filosofia centrada no indivíduo; 2) teoria política que se preocupa com as origens e a natureza do poder; 3) teoria econômica sobre as leis do mercado e que fundamenta as relações de produção capitalista. Destaca ainda as tendências desenvolvidas dentro desta concepção, e que alguns autores definem como conservadoras, moderadas e democráticas.

Ganhou força, então, as correntes do pensamento econômico que preconizam a abertura do mercado mundial, sem uma intervenção forte do Estado. Destaca-se nesse contexto as ideias de Hayek, como idealizador da associação internacional³⁵ que tinha como propósito estabelecer as bases do que vem a ser o neoliberalismo hoje.

Hayek (2010) considerava a intervenção do Estado na economia prejudicial. Em seu livro o “Caminho da Servidão,” atribui a essa forma de ação do Estado a responsabilidade pelos regimes totalitários.

A doutrina liberal é a favor do emprego mais efetivo das forças da concorrência como um meio de coordenar os esforços humanos, e não deixar as coisas como estão. Baseia-se na convicção de que, onde exista a concorrência efetiva, ela sempre se revelará a melhor maneira de orientar os esforços individuais [...] o liberalismo econômico é contrário a substituição da concorrência por métodos menos eficazes de coordenação dos esforços individuais. E considera a concorrência um método superior, não somente por constituir, na maioria das circunstâncias, o melhor método que se conhece, mas, sobretudo, por ser o único método pelo qual nossas atividades podem ajustar-se umas as outras sem a intervenção coercitiva ou arbitrária da autoridade (HAYEK, 2010, p. 58).

A respeito disso, Friedman (1985) argumenta que o tipo de organização econômica que promove a liberdade econômica, entendida por ele como o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política, isso porque separa o poder econômico do poder político e, desse modo, permite que um controle o outro.

³⁵ “Hayek foi o idealizador e fundador da *Mont Pèlerin Society*, uma associação internacional, criada na Suíça, composta por notáveis com o propósito de estabelecer as bases do (hoje chamado) “neoliberalismo”, e o combate ao Estado Intervencionista.”

Para Hayek (2010), as duas únicas funções de um governo legítimo consistem em prover uma estrutura para o mercado, e prover serviços que o mercado não pode fornecer. Neste mesmo sentido, Friedman (1985, pp. 31-32) assevera:

Esses são, pois, os papéis básicos do governo numa sociedade livre - prover os meios para modificar as regras, regular as diferenças sobre seu significado, e garantir o cumprimento das regras por aqueles que, de outra forma, não se submeteriam a elas.

Das citações acima verifica-se que ambos defendem a existência de um governo para atuar na determinação das regras válidas nesse jogo e também atuar na fiscalização, ou seja, uma ação limitada do governo.

A razão pela qual o liberalismo se opõe à maior extensão da esfera de ação do governo é, precisamente, porque isso significaria, com efeito, a abolição da propriedade privada dos meios de produção. Os liberais veem, na propriedade privada, o princípio mais apropriado à organização do homem em sociedade (MISES, 2010, p. 66).

É nesse sentido que se afirma a supremacia do mercado. Na medida em que o Estado diminui seu raio de ação, avança a atuação do mercado sobre campos de domínio e exploração do Estado.

Podemos então destacar uma citação do Friedman para resumir o que de fato, um liberal espera da atuação governamental.

Um governo que mantenha a lei e a ordem; defina os direitos de propriedades; sirva de meio para a modificação dos direitos de propriedade e de outras regras do jogo econômico; julgue disputas sobre a interpretação das regras; reforce contratos; promova a competição; forneça uma estrutura monetária; envolva-se em atividades para evitar monopólio técnico e evite os efeitos laterais considerados como suficientemente importantes para justificar a intervenção do governo; suplemente a caridade privada e a família na proteção do irresponsável, quer se trate de um insano ou de uma criança; um tal governo teria, evidentemente, importantes funções a desempenhar. O liberal consistente não é um anarquista (FRIEDMAN, 1985, p. 33).

Podemos concluir da citação acima, que modelo de Estado Friedman desejava, ou seja, um Estado que defendesse os interesses dos detentores do poder e do capital financeiro. Podemos até traçar um paralelo com a situação vivenciada no Brasil após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016, na qual a justiça e o Estado brasileiro atual apenas na defesa dos privilégios da burguesia nacional. Vislumbramos dessa forma, uma grande ligação entre os preceitos defendidos pelos liberais clássicos, com as práticas políticas e econômicas vigentes no Brasil.

Hayek (2010), a respeito do mercado considera que é necessário que os agentes tenham liberdade para vender e comprar a qualquer preço que encontre um interessado na transação, e que todos sejam livres para produzir, vender e comprar qualquer coisa que possa ser produzida ou vendida. Ainda nessa perspectiva da liberdade do mercado, Hayek expõe o seguinte:

Qualquer tentativa de controlar os preços ou as quantidades desta ou daquela mercadoria impede que a concorrência promova uma efetiva coordenação dos esforços individuais, porque as alterações de preço deixarão, assim, de registrar todas as alterações importantes das condições de mercado (HAYEK, 2010, p. 59).

Neste debate sobre o mercado, o que é produzido e as individualidades, vale destacar uma citação de Marx, sobre como o vislumbra esta relação.

O consumidor não é mais livre que o produtor. Sua opinião repousa sobre seus meios e suas necessidades. Ambos são determinados por sua situação, que, por sua vez, depende de toda organização social. Sim, o operário que compra batatas e a amante que compra rendas seguem, cada um sua opinião. Mas a diversidade dessas opiniões explica-se pela diferença da posição que ocupam no mundo, a qual é produto da organização social. Todo o sistema de necessidades funda-se na opinião ou na organização global da produção? Na maioria das vezes, as necessidades nascem diretamente a produção ou de um estado de coisa baseado na produção. O comércio universal gira quase que inteiramente em torno das necessidades não do consumo individual, mas da produção (MARX, 2017, pp. 52-53).

Percebemos do exposto por Marx, como o mercado e as necessidades estão sempre a serviço do capital, de quem detém o poder e o controle dos meios de produção. Diante disso, produzem-se necessidades, inclusive de bens e serviços, antes disponíveis a todos.

É importante destacar esse quesito do que se pode ser vendido e produzido, dado que os liberais argumentam que alguns serviços prestados pelo Estado, podem ser comercializados, este é um ponto relevante dentro da política neoliberal e que Friedman destaca como áreas que podem ser comercializadas e que tal atitude, proporcionaria um Estado mais justo.

Quanto maior o âmbito de atividades cobertas pelo mercado, menor o número de questões para as quais serão requeridas decisões explicitamente políticas e, portanto, para as quais será necessário chegar a uma concordância. Como contrapartida, quanto menor o número de questões sobre as quais será necessária a concordância, tanto maior probabilidade de obter concordâncias e manter uma sociedade livre (FRIEDMAN, 1985, p. 30).

Friedman na citação defende que alguns serviços deixem ser de responsabilidade do Estado, alegando que isso seria melhor para o bem-estar coletivo, talvez dos mais ricos, pois, trazendo o debate desta citação para atualidade, podemos afirmar que a mesma é equivocada se analisarmos as políticas públicas brasileiras, na qual os serviços que hoje são comercializados, não são de acesso a toda a sociedade. Podemos utilizar como exemplo, a própria educação, na qual quem pode pagar, acaba se favorecendo de uma formação mais qualificada, causando mais diferenças com quem não pode fazer o mesmo. Estas diferenças serão abordadas mais a frente.

Ainda neste debate acerca as críticas dos autores do pensamento liberal acerca das políticas sociais e a atuação do governo com as mesmas, Mises faz as seguintes ponderações entre os benefícios dessas políticas.

As políticas sociais, com os meios de que dispõem, podem tornar os homens ricos ou pobres, mas nunca conseguirá torná-los felizes ou satisfazer seus anseios íntimos. Aqui falham todos os expedientes externos. Tudo o que as políticas sociais podem fazer é remover as causas externas da dor e do sofrimento. Podem promover um sistema que alimente o faminto, vista o nu e abrigue o sem-teto. Felicidade e contentamento não dependem do alimento, da roupa e do abrigo, mas, sobretudo, do sonho que se acalenta no íntimo (MISES, 2010, pp. 35-36).

Percebemos do discurso de Mises, uma visão bastante utópica do que vem a ser a fome, não ter um teto. É fácil falar que a felicidade não está relacionada às questões materiais quando se nasce numa classe privilegiada com acesso a tudo isso. Neste ponto, recorro a uma frase de Marx, que caracteriza bem essa diferença: "a fome é a fome, mas a fome que se satisfaz com carne cozida, comida com faca e garfo, não é a mesma fome que devora a carne crua com ajuda da mão, da unha, do dente." (MARX, 2011, p. 47).

Ainda neste debate das condições materiais e felicidade, destacamos uma pesquisa da Organização Mundial da Saúde- OMS, realizada em 2015, que traz os seguintes dados acerca da relação do número de suicídios e sua incidência em países de baixa renda: estima-se que 800 mil pessoas morram desta forma anualmente, uma a cada 40 segundos, o que equivale a 1,4% dos óbitos totais, destaca ainda que cerca de 78% ocorrem em países de renda média e baixa.

Crítica também partilhada por Friedman ao discorrer sobre a intervenção governamental em momentos de crise, atuando no subsídio a desempregados, combate a pobreza e combatendo os períodos de estagnação econômica. No caso da pobreza, Friedman considera que ações para beneficiar estas pessoas, deveria partir da caridade e voluntariado, outro traço marcante dos preceitos neoliberais.

Considerará a caridade privada destinada a ajudar os menos afortunados como um exemplo do uso apropriado da liberdade. E pode aprovar a ação estatal para mitigar a pobreza como um modo mais efetivo pelo qual o grosso da população pode realizar um objetivo comum. Dará sua aprovação, contudo, com certo desgosto, pois estará substituindo a ação voluntária pela ação compulsória (FRIEDMAN, 1985, p. 177).

Importante destacar o fato de que o voluntariado ganhou evidência aqui no Brasil, através de programas/projetos como: Amigos da Escola, Ano do Voluntariado, Mais Educação. Nos anos 1990, apareceram como forma de tirar a responsabilidade do Estado com a educação e transferindo esta função para a sociedade civil. Propagandas na mídia reforçavam a importância de cada cidadão contribuir para o bem-estar de sua comunidade, fosse pintando a escola de seu filho, oferecendo aulas de reforço etc.

Para estes autores as políticas sociais do Estado aumentam seus gastos e como consequência produzem um aumento da pressão fiscal sobre os setores possuidores do capital, que não são beneficiados diretamente com estas políticas. Considera que tal postura onera o Estado, aumentando suas áreas de atuação. Friedman passa a argumentar que o governo resolva seus próprios problemas, isto é, que adote medidas que garantam estabilidade razoável ao seu fluxo de despesas.

Retomando aqui o debate das áreas que podem ser comercializadas, dentre elas a área educacional, recorreremos novamente a Friedman (1985) e Mises (2010), dado que tais pensamentos serviram de aporte para a elaboração do projeto de reforma implementada no Brasil e outros países. Pontua-se inicialmente a crítica de Friedman ao financiamento por parte do governo à educação³⁶. Ele diz:

a educação formal é financiada e quase inteiramente administrada por entidades governamentais ou instituições sem fins lucrativos. Essa situação desenvolveu-se gradualmente e é de tal forma considerada natural que pouca atenção explícita é dirigida às razões desse tratamento especial reservado às escolas [...] O resultado foi uma extensão indiscriminada da responsabilidade do governo (FRIEDMAN, 1985, p. 83).

Mises (2010) defende que o Estado não deve preocupar-se com a escola e a educação. A criação e a instrução dos jovens devem ser inteiramente deixadas a cargo dos

³⁶ Friedman (1985, p. 83) faz uma clara distinção entre "instrução" e "educação". Nem toda instrução está relacionada com educação, e nem toda educação, com a instrução. O tema de interesse adequado é a educação. As atividades do governo estão em grande parte limitadas à instrução

pais e de instituições e associações privadas. Ele ainda complementa seu pensamento afirmando que é natural que nem todos tenham acesso à educação.

É preferível que um determinado número de meninos cresça sem educação formal do que gozar o benefício da escolarização apenas pelo risco de uma vez crescidos, serem mortos ou mutilados. Um analfabeto saudável é sempre melhor do que um aleijado alfabetizado (MISES, 2010, p. 134).

Percebe-se a naturalização da desigualdade social e também um receio que o autor demonstra no seu livro de que a escola atue como agente doutrinador. Segundo Mises (2010), a escola é um meio de opressão das individualidades (nacionalidades), o mais perigoso em sua concepção. Dessa forma, acredita que o governo não deve interferir nesta área, pois seu papel é a preservação da paz.

Friedman (1985) concorda com essa não interferência governamental à educação ao afirmar que:

Se o custo financeiro imposto pela exigência da instrução fosse compatível com a situação da grande maioria das famílias de uma comunidade, ainda poderia ser factível e desejável solicitar que os pais arcassem diretamente com a despesa. Casos extremos poderiam ser resolvidos por subsídios especiais para famílias necessitadas [...] Nessas áreas, seria muito conveniente impor diretamente os custos aos pais (1985, p. 84).

O referido autor traz ainda seu posicionamento sobre o financiamento da educação primária que ele considera mais vantajosa à sociedade, ao afirmar que esta formação aumenta o valor econômico do estudante (C.A Friedman, 1985). Tal priorização da educação primária é até os dias atuais defendida por organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI.

Ainda no debate do financiamento educacional e o papel do governo neste processo, ele reitera o desejo que esta área seja transferida para a iniciativa privada e que o Estado atue apenas como agente fiscalizador do que está sendo ministrado nas escolas.

Os serviços educacionais poderiam ser fornecidos por empresas privadas operando com fins lucrativos ou por instituições sem finalidade lucrativa. O papel do governo estaria limitado a garantir que as escolas mantivessem padrões mínimos tais como a inclusão de um conteúdo mínimo comum em seus programas (FRIEDMAN, 1985, p. 86).

Acrescenta, ainda, que a abertura desse campo seria benéfico aos pais, pois eles poderiam escolher que tipo de escola desejavam para seus filhos dentre as disponíveis no mercado e tal escolha seria possível apenas com a entrada da empresa competitiva que pode satisfazer de modo mais eficiente as exigências do consumidor (pai do aluno), do que as

empresas nacionalizadas. Expõe, assim, argumento amplamente difundido por neoliberais, que prega a ineficácia do governo e melhor qualidade das empresas privadas para garantir alguns serviços.

Friedman (1985) defende, ainda, um modelo de educação combinando escola pública e privada para o nível primário. Ele propôs que os pais que desejassem mandar os filhos para escolas privadas recebessem uma importância igual ao custo estimado de educar uma criança numa escola pública, são os conhecidos cupons educacionais.

Os governos em geral financiaram a instrução por meio do pagamento direto dos custos de manter instituições educacionais [...] O governo poderia exigir um nível mínimo de instrução financiada dando aos pais uma determinada soma máxima anual por filho, a ser utilizada em serviços educacionais "aprovados". Os pais poderiam usar essa soma e qualquer outra adicional acrescentada por eles próprios na compra de serviços educacionais numa instituição "aprovada" de sua própria escolha (FRIEDMAN, 1985, p. 86).

Resumindo as idéias de Friedman para a educação, podemos considerar a relevância que ele dá a formação primária. A sua crítica a participação do governo na manutenção de escolas públicas, defendendo, assim, a abertura desse setor a iniciativa privada, pois considera as mesmas mais eficazes. Acredita, ainda, que essa competitividade seria benéfica ao sistema educacional, proporcionando maior liberdade de escolha aos pais. Também defende que este é um gasto que poderia ser evitado ou reduzido.

Mas vale salientar que no ensino superior, a crítica à participação do governo é ainda maior. Friedman considera que esta formação não traz benefícios para a sociedade, apenas para o indivíduo, portanto, não há motivos para uma ampla participação governamental neste setor, pelo contrário considera as universidades públicas prejudiciais para as instituições privadas:

universidades estatais e municipais cobram anuidades bem menores do que as instituições privadas. Como consequência, as universidades privadas vêm enfrentando problemas financeiros sérios e têm protestado, muito justamente, contra a competição "desonesta". Elas tentam manter a independência com relação ao governo e, ao mesmo tempo, levadas por problemas financeiros, têm que pedir ajuda ao governo (FRIEDMAN, 1985, p. 94).

É o Prouni, juntamente com o Programa de Financiamento Estudantil- Fies, são a expressão da ajuda do Estado à iniciativa privada. Destaca-se nesse cenário o papel que a Associação das Mantenedoras do Ensino Superior- ABMES exerceu e exerce sobre o Estado, no sentido de concessão de investimentos públicos.

Friedman defende ainda que os investimentos, ou como ele chama subvenção, sejam feitos de forma direta aos sujeitos e não às instituições.

Qualquer subvenção deve ser passada aos indivíduos, para ser utilizada em instituições de sua própria escolha, com a única condição de que sejam do tipo e natureza convenientes. As escolas governamentais que continuarem em funcionamento deveriam cobrar anuidades que cobrissem os custos educacionais, competindo, assim, em nível de igualdade com as escolas não subvencionadas pelo governo[...] os fundos viriam provavelmente dos Estados, e não do Governo Federal (FRIEDMAN, 1985, p. 94)

Essas subvenções, em forma de cupons de escolarização, no caso brasileiro, ganharam materialidade com o Programa Universidade para Todos- Prouni³⁷. Implementado em 2004, o programa funciona por meio de bolsas de estudos. O público não estatal, apregoado por Friedman também se expressa no Prouni, já que o financiamento é privado, mas a oferta é pública.

Mais recentemente, uma nova iniciativa do governo brasileiro contra a universidade pública se expressou na defesa constante e insistente da secretária do ensino superior do governo de Michel Temer, Maria Helena Guimarães de Castro, para cobranças de mensalidades³⁸ nas instituições de ensino superior públicas.

Friedman (1985) acreditava que tal postura efetivaria a competição entre os diversos tipos de escolas, proporcionaria a melhor utilização de seus recursos. Também levaria ao crescimento das universidades em relação às estatais. Percebe-se claramente que este não é um setor prioritário de investimentos para o autor.

Friedman (1985), ainda, com relação à política educacional, vai discorrer sobre a preparação vocacional e profissional, esta como o próprio nome já diz, voltada para a formação do trabalhador ao mercado de trabalho, aumentando a produtividade econômica do sujeito. Preparação esta que envolve custos, dentre os quais ele destaca como mais importantes são as quantias antecipadas durante treinamento, os juros e as despesas especiais

³⁷ O Programa Universidade para Todos - Prouni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005 oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao Programa. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>

³⁸ Sobre isso, ver as matérias publicadas em agosto e novembro de 2017, respectivamente: Mensalidade em universidade pública divide opiniões em debate na Câmara. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/541533-MENSALIDADE-EM-UNIVERSIDADE-PUBLICA-DIVIDE-OPINIOES-EM-DEBATE-NA-CAMARA.html> e Universidades públicas deveriam cobrar mensalidade de alunos ricos?. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42090687>

para a realização do treinamento, como as anuidades e a compra de livros. Sobre os investimentos neste treinamento, ele ressalta:

Uma agência governamental poderia financiar ou ajudar a financiar o treinamento de qualquer indivíduo que pudesse satisfazer um padrão mínimo de qualidade. Ofereceria anualmente uma soma limitada durante número especificado de anos, desde que os fundos fossem utilizados em treinamento numa instituição reconhecida. Em troca, o indivíduo concordaria em pagar ao governo em cada ano futuro determinada porcentagem de sua renda superior a uma soma fixada para cada 1 000 dólares recebidos do governo (FRIEDMAN, 1985, p. 99).

Esta forma de financiamento se expressa no já mencionado Programa de Financiamento Estudantil- Fies praticado no Brasil, que concede empréstimos a estudantes para cursarem instituições privadas, com taxa de juros um pouco mais baixa que as do mercado, mas que espera o retorno deste financiamento alguns anos após a sua conclusão de curso.

Podemos então concluir a respeito da política governamental defendida por Friedman para a educação que esta advoga: ampliação da lógica do mercado na área da educação; a utilização de cupons educacionais no financiamento da educação primária e secundária; a escola pública submetendo à lei do mercado; um gigantesco apoio à iniciativa privada, considerada por ele mais eficiente; e no âmbito do ensino superior, percebe-se a relação clientelista e reitera o uso de cupons para o seu financiamento.

No viés político, mais precisamente em relação aos sindicatos, objeto de estudo deste trabalho, empreenderemos algumas análises sobre o que pensam os liberais acerca dessa forma de organização da classe trabalhadora.

Friedman (1985), no capítulo em que debate monopólios, da obra “Capitalismo e Liberdade” deixa claro seu posicionamento sobre organização sindical, que o referido autor diz reconhecer a importância dos sindicatos, principalmente no que se relaciona ao estabelecimento de salários, na qual ele mesmo afirma que seriam diferentes se estabelecidos apenas pelo mercado.

Relação esta entre mercado e sindicatos que pode ser observada na citação de Mises (2010, p. 104):

O fato de os trabalhadores formarem sindicatos, com o propósito de barganhar com os empregadores, não provoca, por si só, perturbações na operação do mercado. Mesmo o fato de que, com sucesso, se arrogam o direito de rescindir contratos, sem notificações, devidamente firmados por eles próprios, e paralisar suas ferramentas não trará qualquer perturbação a mais ao mercado de trabalho. O que, de fato, cria uma situação nova no mercado de trabalho é o elemento de coerção de greves e filiações compulsórias [...]

No Brasil, Temer pôs em andamento as suas propostas de reforma trabalhista (com mudanças nas férias, jornada de trabalho, remuneração e a prevalência de acordos negociados entre empregadores e empregados, um ataque direto aos sindicatos) e previdenciária (abordando principalmente a questão do tempo de contribuição). Novamente a população se mostrou contrária a tais medidas e se mobilizou em atos. Um deles foi o Ocupa Brasília que reuniu cerca de cem mil pessoas na capital federal, realizado em 24 de maio de 2017, que visava protestar contra as reformas defendidas por Michel Temer e seus apoiadores. Destaca-se que outra vez, Temer usou o poder de coerção e agiu com forte repressão contra os manifestantes. Apesar da resistência popular, Temer conseguiu aprovar a sua Reforma Trabalhista em julho de 2017, que ataca violentamente trabalhadores e sindicatos.

Mises (2010) ainda relaciona as greves e piquetes com o desemprego, argumentando que quando trabalhadores impedem seus companheiros de exercerem suas funções, apenas por medo da competição, forçam o empregador a elevar salários e, conseqüentemente, isso acarreta aumento dos custos de produção e disso surgiria o desemprego.

Ainda com relação aos prejuízos decorrentes da organização sindical, Friedman (1985, p. 115) destaca:

Os sindicatos, portanto, não só prejudicaram o público em geral e os trabalhadores como um todo por distorcerem a utilização de trabalho, mas também tornaram os salários da classe trabalhadora mais desiguais por reduzirem as oportunidades disponíveis aos trabalhadores menos categorizados

Enfatiza-se, portanto, uma visão muito distorcida de organização sindical e da sua importância na defesa dos direitos da classe trabalhadora. Atrela-se a luta sindical a prejuízos ao mercado e aos próprios trabalhadores. Também destaca um papel sindical apenas ligado ao estabelecimento do patamar salarial da categoria. Ressalta-se ainda o desejo dos liberais de que o governo interferisse e estabelecesse limites aos sindicatos.

A primeira e mais urgente necessidade na área da política governamental é a eliminação das medidas que apoiam diretamente o monopólio [...] e a aplicação das leis convenientes tanto às empresas quanto aos sindicatos. Ambos devem ser submetidos às leis antitruste; os dois devem ser tratados do mesmo modo com respeito às leis sobre destruição da propriedade e interferência nas atividades privadas (FRIEDMAN, 1985, pp. 121-122).

Do que fora exposto acima, verifica-se que do ponto de vista da sua fundamentação doutrinária, o neoliberalismo não difere muito do liberalismo clássico. A

prevalência do individualismo; a defesa das liberdades individuais, principalmente a econômica, a defesa da propriedade privada; aplicação da lógica da competição social, baseada numa suposta livre concorrência em um mercado livre; a visão do Estado como um “mal necessário”, atuando como árbitro; a recusa à política³⁹ e necessidade de deslegitimar o papel dos sindicatos.

É precisamente neste arco que está concentrada a essência do arsenal do neoliberalismo: uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora social elementar e insuperável e uma predisposição política que repõe o Estado Mínimo como única alternativa e forma para a democracia (NETTO, 2007).

A única intervenção do Estado que os neoliberais reconhecem como justificada é aquela que tem por objetivo impedir (paradoxalmente) a intervenção do Estado na economia ou retirá-lo das atividades que, segundo sua interpretação, não correspondam com a sua natureza (BIANCHETTI, 2005).

A característica mais importante do neoliberalismo é a ampliação do raio de ação da lógica de mercado. Enquanto nas concessões liberais-sociais se reconhece a desigualdade derivado do modo de produção capitalista e, portanto, aceita-se a intervenção do Estado para diminuir as polarizações, o neoliberalismo rechaça qualquer ação estatal que vá além da de ser um “árbitro imparcial” das disputas. A ideia do Estado Mínimo é uma consequência da utilização da lógica do mercado em todas as relações sociais, não reduzidas somente no aspecto econômico (BIANCHETTI, 2005).

Nesta perspectiva, tal projeto passa a ser agenciado pelo capital como possibilidade para as mudanças que haveriam de ser instituídas como forma de responder à crise e que colocariam o mercado como princípio-eixo de socialização, num processo que se radica na inter-relação entre diferentes agentes econômicos. Para Braga (1996, p. 220),

O neoliberalismo como doutrina e política econômica não pode ser nada muito além do que uma resposta determinada do capital em tentar conferir sentido e direção, portanto, inteligibilidade, à sua mais profunda crise. Uma resposta determinada, somada a outras, como a reestruturação produtiva em curso, que se apresenta enquanto um movimento de contra-ofensiva social e ideológica

O neoliberalismo, sendo constituído por uma visão de mundo burguês, procura imprimir a ideia de que o mercado é a única via possível para a obtenção da liberdade política,

³⁹ Sobre a relação política e liberalismo, Mises faz as seguintes colocações muito difundidas no Brasil por movimentos anti-partidos: O liberalismo nada tem a ver com tudo isso. Não tem flor alguma e cor alguma como símbolo partidário, nem canções ou ídolos, nem símbolos ou slogans. Tem a substância e os argumentos. Estes, necessariamente, o levarão à vitória (MISES, 2010, p. 201).

conforme pode ser vislumbrado na obra de Hayek (2010). A consequência desta ideologia é a redefinição de outro modelo de Estado, agora, subsumido à grande burguesia transnacionalizada e suas instituições guardiãs, como, por exemplo, o FMI e o Banco Mundial.

O neoliberalismo corresponderia ao processo de passivização no nível do aparelho e das formas estruturais da intervenção estatal, assim como a reestruturação produtiva em curso encarnaria esse mesmo movimento no âmbito do sistema das forças produtivas (BRAGA, 1996, p. 213).

Sobre a implementação das políticas neoliberais na América Latina, vale destacar que vivíamos um contexto de ditaduras civil-militares na região; sofríamos os rebatimentos da crise de 1970 e tivemos um liberalismo econômico com regime político conservador. Estes fatores serviram de argumento para a proposição de reformas estatais.

O modelo neoliberal começou a ser aplicado nos anos 1980, seguindo as idéias defendidas pelo Banco Mundial, FMI e o governo dos EUA, no chamado Consenso de Washington⁴⁰. Pregava o liberalismo econômico nestes países, mas nos países centrais, permanecia o protecionismo. Na verdade, o objetivo dessa política consistia principalmente em forçar os países latino-americanos a pagarem os juros da dívida externa e agir como controle da inflação (SOARES, 2009).

Soares (2009) vai caracterizar este ajuste neoliberal não apenas no viés econômico, mas também como parte de uma redefinição global do campo político institucional e das relações sociais. Para Soares (2009, p. 24), os objetivos do ajuste são:

a) aumentar o grau de abertura da economia para o exterior a fim de lograr um maior grau de competitividade de suas atividades produtivas; b) racionalizar a participação do Estado na economia, liberalizar os mercados, os preços e as atividades produtivas; c) estabilizar o comportamento dos preços e de outras variáveis macroeconômicas.

Atendendo às recomendações do Banco Mundial, muitos países promoveram privatizações, tentando ajustar as contas públicas, com a justificativa de que o setor público é ineficiente e ineficaz e o setor privado, é o único a possuir a racionalidade e vocação para levar ao crescimento econômico. Discurso este defendido por Friedman (1985) ao falar sobre o papel do governo em alguns setores.

⁴⁰ O referido consenso caracteriza-se por um conjunto abrangente de regras de condicionalidade aplicadas de forma cada vez mais padronizada aos diversos países e regiões do mundo, para obter apoio político e econômico dos países centrais e dos organismos internacionais. Trata-se também de políticas macroeconômicas de estabilização acompanhadas de reformas estruturais liberalizantes (SOARES, 2009, p.16).

O Estado passa a atuar na desregulamentação e regulamentação, com flexibilidade, com negociações locais ou por empresas, com privatização das necessidades coletivas e da seguridade social.

A saúde, a educação, a alimentação, o trabalho, o salário perdem sua condição de direitos e passam a ser recursos (mercadorias) regulados unicamente pelo mercado. O não acesso a eles deixa de ser um problema do Estado, tornando-se um problema a ser resolvido no âmbito privado (SOARES, 2009, p. 73).

Não se objetiva aqui delimitar com detalhes a implementação desta política na América Latina, apenas situar que nos países vizinhos, as reformas iniciaram antes e ocorreram diferenças no modo como foi executada, como exemplo, o Chile, que sofreu com uma forte ditadura de Pinochet⁴¹. Diferença também na própria organização industrial, ao passo que o Brasil, já tinha um pólo industrial mais definido.

No Brasil, a onda neoliberal chegou apenas nos anos 1990, a partir do governo Fernando Collor, esta política impulsionou maior integração do capitalismo brasileiro à mundialização do capital. A conjuntura no país era de crise, saíamos da ditadura militar (1964-1985), vivenciávamos o esgotamento do Estado desenvolvimentista. Desse modo, o ideário neoliberal no Brasil pregava o combate a inflação e a defesa da estabilidade econômica. Defendeu a abolição da regulação do Estado sobre os preços da economia em geral e sobre as relações capital- trabalho.

Era a busca de efetivar um Estado Mínimo que cumprisse apenas com funções básicas, como a educação básica, criação e manutenção de uma infraestrutura essencial ao desenvolvimento econômico, exatamente como preconizavam os idealizadores deste modelo.

Essa ideologia espalhou-se para além dos limites do setor produtivo, estendendo-se para a área social, como a saúde e a Educação, em que a superioridade do setor privado foi apregoada. Durante muitos anos a lógica privatista dominou estes setores do ponto e vista das políticas e práticas governamentais (SOARES, 2009, p. 40).

A privatização e redução do tamanho do Estado, reduziria o gasto público, eliminando o déficit, diziam os neoliberais. Só que isto, é obvio, não ocorreu, tivemos foi um cenário de aumento da precarização da situação social: desemprego, baixos salários, ampliação da terceirização e pauperização das políticas sociais.

⁴¹ Ver mais sobre este processo ditatorial no documentário a Doutrina do Choque, de Naomi Klein, lançado em 2009. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Y4p6MvwpUeo>

Presenciamos no Brasil nos anos 1990, um festival de medidas que buscavam um reajustamento da máquina estatal, dentro do cenário maior de Reforma do Estado, abordada no item seguinte.

2.5 A Contrarreforma do Estado pós 1990 e o Ensino Superior Brasileiro

Antes de adentrar no debate da contrarreforma⁴² brasileira, é necessário fazer a diferenciação acerca do que vem a ser este processo. Behring (2008) esclarece que a contrarreforma foi permeada por um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, de caráter antinacional e antidemocrática. É este o sentido que abordamos neste texto.

Bresser Pereira (1997) argumenta que em decorrência da crise econômica vivenciada no país desde os anos 1980, a grande tarefa política dos anos 1990 é a reforma ou a reconstrução do Estado.

Reconstrução do Estado que significa: recuperação da poupança pública e superação da crise fiscal; redefinição das formas de intervenção no econômico e no social através da contratação de organizações públicas não-estatais para executar os serviços de educação, saúde e cultura; e reforma da administração pública com a implantação de uma administração pública gerencial. Reforma que significa transitar de um Estado que promove diretamente o desenvolvimento econômico e social para um Estado que atue como regulador e facilitador ou financiador a fundo perdido desse desenvolvimento (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 17).

Bresser Pereira (1997) elege quatro problemas para estabelecer uma reforma: no âmbito econômico- político: a delimitação do tamanho e a redefinição do papel regulador do Estado; no econômico- administrativo: a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; por último o político: o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar.

No início dos anos 1990, no governo de Fernando Collor, a reforma do Estado foi colocada como prioridade, iniciando-se um processo de privatização de empresas públicas, com o discurso de que essas empresas demandavam gastos pesados ao Estado e também o discurso da ineficiência estatal. Houve, assim, redução de investimentos públicos. Para isso,

⁴² Conforme Granemann (2004, p. 30), a contrarreforma pode ser entendida como um conjunto de “alterações regressivas nos direitos do mundo do trabalho. As contrarreformas, em geral, alteram os marcos legais – rebaixados – já alcançados em determinado momento pela luta de classe em um dado país”.

Collor de Mello propôs a criação de uma nova moeda, mudança de leis trabalhistas, abertura do mercado nacional e a privatização de estatais. Estas medidas ficaram conhecidas como Plano Collor.

Como fora exposto no tópico anterior, agências internacionais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID tornaram os empréstimos para a reforma do Estado prioritários. Muitos países criaram ministérios encarregados desse propósito, como é o caso do Brasil, com o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado- MARE⁴³.

Apesar de iniciado no governo Collor, foi na gestão de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que foram implementadas um conjunto de reformas que defendiam:

A reforma do Estado, entretanto, só se tornou um tema central no Brasil em 1995, após a eleição e a posse de Fernando Henrique Cardoso. Nesse ano, ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma torna-se condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional, voltado para o atendimento dos cidadãos (BRESSER PEREIRA, 1996, p. 269).

Os processos básicos da reforma⁴⁴ do Estado dos anos 1990 são: a delimitação das funções do Estado; redução do grau de interferência; aumento da governança e o aumento da governabilidade. Dentro da delimitação das funções do Estado, temos a defesa da privatização, da publicização e terceirização, como forma de reduzir as despesas da máquina estatal.

Privatizações que foram uma marca do governo Cardoso, das quais podemos citar: no âmbito da telefonia: Telebras (Telecomunicações Brasileiras), Telerj (Telecomunicações do Estado do Rio de Janeiro), Telesp (Telecomunicações de São Paulo), Telemig (Telecomunicações de Minas Gerais) e Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações);

⁴³ A Reforma Gerencial de 1995 – a reforma gerencial do Estado brasileiro – foi iniciada pelo MARE (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) que existiu entre 1995 e 1998.

⁴⁴ Bresser Pereira (1997, pp. 18-19) estabelece os processos básicos da reforma do Estado dos anos 1990: (a) a delimitação das funções do Estado, reduzindo seu tamanho em termos principalmente de pessoal através de programas de privatização, terceirização e “publicização” (este último processo implicando na transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta); (b) a redução do grau de interferência do Estado ao efetivamente necessário através de programas de desregulação que aumentem o recurso aos mecanismos de controle via mercado, transformando o Estado em um promotor da capacidade de competição do país a nível internacional ao invés de protetor da economia nacional contra a competição internacional; (c) o aumento da governança do Estado, ou seja, da sua capacidade de tornar efetivas as decisões do governo, através do ajuste fiscal, que devolve autonomia financeira ao Estado, da reforma administrativa rumo a uma administração pública gerencial (ao invés de burocrática), e a separação, dentro do Estado, ao nível das atividades exclusivas de Estado, entre a formulação de políticas públicas e a sua execução; e, finalmente, (d) o aumento da governabilidade, ou seja, do poder do governo, graças à existência de instituições políticas que garantam uma melhor intermediação de interesses e tornem mais legítimos e democráticos os governos, aperfeiçoando a democracia representativa e abrindo espaço para o controle social ou democracia direta.

bancos estaduais como Banerj (Banco do Estado do Rio de Janeiro), Banestado (Banco do Estado do Paraná), Banespa (Banco do Estado de São Paulo) e empresas como Embraer, Vale do Rio Doce e Companhia Siderúrgica Nacional. Privatizações justificadas pelo governo com o argumento que estes serviços davam prejuízo ao Estado ou simplesmente, porque deveriam ser transferidos para a iniciativa privada por ser mais eficiente.

Behring (2008) considera que esta atitude de dismantlar o setor produtivo estatal lucrativo e sucateamento do setor público de interesse social provoca o avanço e crescimento de três tendências destrutivas dentro do sistema capitalista, que ela destaca: desequilíbrios potenciais no balanço de pagamentos, crise fiscal e desemprego estrutural. Este último, marca da sociedade brasileira.

Bresser Pereira (1996; 1997), tal como os teóricos neoliberais, define as funções do Estado e delimita as suas áreas de atuação, dentre as quais define as atividades exclusivas⁴⁵, as de caráter serviço social e científico, e a área destinada à produção de bens e serviços para o mercado. Nesse campo de serviço social e científico, no qual ele coloca as atividades educacionais, ele diz:

Incluem-se nesta categoria as escolas, as universidades, os centros de pesquisa científica e tecnológicas, as creches [...] Se o seu financiamento em grandes proporções é uma atividade exclusiva do Estado - seria difícil garantir educação fundamental gratuita ou saúde gratuita de forma universal contando com a caridade pública - sua execução definitivamente não o é. Pelo contrário, estas são atividades competitivas, que podem ser controladas não apenas através da administração pública gerencial, mas também e principalmente através do controle social e da constituição de quase-mercados (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 25).

O referido autor ainda delimita as áreas que podem ser terceirizadas, tais como: atividades ou serviços auxiliares: limpeza, vigilância, transporte, serviços técnicos de informática e processamento de dados, devem ser submetidos a licitação pública e contratados com terceiros. Lógica esta que ganhou muito espaço no Brasil, dada a crescente contratação de servidores temporários em detrimento de efetivos. Exemplo dessa ampliação de forma de contratação foi a aprovação em 2017, da Lei⁴⁶ das Terceirizações (Lei 13.429/2017) que ampliou as áreas que podem ser terceirizadas pelo Estado.

⁴⁵ Atividades exclusivas de Estado são, assim, atividades monopolistas, em que o poder de Estado é exercido: poder de definir as leis do país, poder de impor a justiça, poder de manter a ordem, de defender o país, de representá-lo no exterior, de policiar, de arrecadar impostos, de regulamentar as atividades econômicas, fiscalizar o cumprimento das leis. São monopolistas porque não permitem a concorrência (BRESSER PEREIRA, 1997, pp. 22-23).

⁴⁶ O principal objetivo da lei da terceirização é regulamentar a contratação de serviços terceirizados e ampliar os casos em que a modalidade de contratação é legal. Pelo texto, os serviços principais das empresas, chamados atividades fins, também poderão ter trabalhadores terceirizados. Disponível em: <http://crcgo.org.br/novo/?p=5434>.

Verifica-se, assim, a prerrogativa para a transferência de parte da responsabilidade do Estado com algumas áreas para o setor privado ou transformação em setor público não estatal, através das empresas de organização social, que são entidades públicas de direito privado que por meio de contrato de gestão são financiadas pelo Estado.

O processo de ampliação do setor público não-estatal ocorre a partir de duas origens: de um lado, a partir da sociedade, que cria continuamente entidades dessa natureza; de outro lado, a partir do Estado, que nos processos de reforma deste último quartel do século vinte, se engaja em processos de publicização de seus serviços sociais e científicos (BRESSER PEREIRA, 1997, p. 28).

Soares (2009) vai argumentar que as mudanças decorrentes do ajuste podem ser conjunturais e estruturais. Suas possibilidades de reversão são inversamente proporcionais à sua capacidade ou poder de destruição. Resultado divergente do idealizado por Bresser Pereira (1997, pp. 52-53):

O resultado dessa reforma será um Estado mais eficiente, que responda a quem de fato deve responder: o cidadão. Logo, será um Estado que estará agindo em parceria com a sociedade e de acordo com os seus anseios. Será um Estado menos voltado para a proteção e mais para a promoção da capacidade de competição. Será um Estado que não utilizará burocratas estatais para executar os serviços sociais e científicos, mas contratará competitivamente organizações públicas não-estatais. Será o que propusemos chamar de um Estado Social Liberal, em substituição ao Estado Social-Burocrático do século vinte

Resumidamente podemos caracterizar o projeto de Reforma defendido por Bresser Pereira, como um projeto que visava regular e reduzir o tamanho das funções do Estado em algumas de suas funções, abrindo, dessa forma, espaço para a inserção de alguns setores estatais para a iniciativa privada por meio da privatização, terceirização de atividades, ou através, da publicização de serviços. Também enfatizava a necessidade da participação da sociedade civil, que deveria através dos princípios de solidariedade e voluntariado ajudar o Estado em algumas funções. Exemplo dessa perspectiva difundida é o projeto vigente no Brasil nos anos 1990, Amigos da Escola⁴⁷ que transferia para a comunidade a responsabilidade por melhorias no âmbito de tudo que envolve a escola. Deste período

⁴⁷ Amigos da Escola é um projeto idealizado pela Rede Globo, que incentiva o voluntariado nas escolas, com o objetivo de melhorar as condições nas escolas públicas. Através da mobilização por meio da mídia, a comunidade se integra à escola. A idéia é que cada voluntário possa colaborar como puder. As iniciativas são divulgadas com a intenção de multiplicar as ações dos voluntários. Disponível em: <https://www.infoescola.com/educacao/amigos-da-escola/>

supracitado até os dias mais atuais, diversas ações governamentais se apóiam na lógica da *accountability*⁴⁸.

Pontuadas essas questões mais gerais acerca do processo de contrarreforma do Estado brasileiro nos anos 1990, explicitaremos agora como se efetivaram essas “reformas” no sistema de ensino superior nacional nos setores público e privado.

2.5.1 Os impactos da contrarreforma do Estado para o ensino superior nacional

Como fora exposto na introdução deste trabalho, a educação superior no Brasil teve um viés majoritariamente privatista até os anos 1950. Com o restabelecimento da democracia, e num ambiente político de intervenção estatal para desenvolvimento e reconstrução, houve um processo de transformação de instituições privadas em instituições federais, e depois, durante os anos 1960, em universidades federais realidade essa que veio a se modificar a partir dos anos 1960, onde o setor privado acabou recebendo incentivos para o seu crescimento.

Fávero (1998) traz, ainda, outros mecanismos que foram utilizados e que pautavam a reforma universitária, dentre eles: o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado através dos acordos MEC/USAID⁴⁹, em especial o Acordo de 1965 e o Convênio de 1967; o Plano Atcon (1966)⁵⁰ e o Relatório Meira Mattos (1968)⁵¹. Todos eles alinhados aos ideais de reformulação do papel da universidade e atribuindo às instituições públicas uma ideia de que eram ineficientes.

⁴⁸ O termo inglês *accountability* foi traduzido ou usado como fiscalização, responsabilização ou controle, embora o uso mais aceito e, por conseguinte, mais difundido, seja o da prestação de contas. Assim, cumpre fundamentalmente aos governantes e tomadores de decisões, ao assumirem uma responsabilidade pública, a obrigação iniludível de prestar contas da sua atuação, do manejo dos recursos públicos, ou ainda do cumprimento de programas prioritários para o conjunto ou algum setor da população (ESPINOZA, 2012, p. 16).

⁴⁹ Os convênios entre MEC e a USAID visavam à formação de recursos humanos para a consolidação do capitalismo dependente, bem como a implantação de nova estrutura acadêmica e a organização administrativa, objetivando maior eficiência e produtividade nas instituições de ensino superior (FÁVERO, 1998, p. 153).

⁵⁰ O projeto de Reforma incorpora algumas das propostas do Plano Atcon: a defesa dos princípios de autonomia e autoridade; a dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior e a ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; a ideia de Centros Universitários de Estudos Gerais; a necessidade de reformulação do regime de trabalho docente (FÁVERO, 1998, p. 154).

⁵¹ Divulgado como Relatório Meira Mattos (1968), algumas recomendações também vão ser absorvidas no projeto de Reforma Universitária: o fortalecimento do princípio de autonomia e de disciplina nas Instituições de ensino superior, a necessidade de ampliação de vagas, a implantação do vestibular unificado, a criação de cursos de curta duração, a ênfase nos aspectos técnicos e administrativos (FÁVERO, 1998, p. 154).

Crescia, assim, o discurso da necessidade de uma Reforma Universitária⁵² brasileira, que veio a se efetivar em 1968, com a criação do grupo de trabalho- GT, através do Decreto 62.937, de 02 de julho de 1968, que tinha como objetivo estudar a reforma da universidade brasileira, visando a sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do país. (FÁVERO, 1998). Ainda sobre este GT e seus objetivos, Fávero (1998, p.155) afirma:

Não se trata, pois, de formular um diagnóstico da presente crise universitária, nem mesmo de traçar delineamentos de uma reforma, e sim, propor um repertório de soluções realistas e de medidas operacionais que permitam racionalizar a organização das atividades universitárias, conferindo-lhes maior eficiência e produtividade.

Pelo exposto, percebe-se que a ditadura militar, com sua modernização conservadora criou a universidade tecnocrática, buscando adaptá-la as requisições do mercado; de força de trabalho qualificada em determinados níveis e calar a juventude que queria mais vagas na educação superior. Para que ocorresse essa expansão pretendida, a saída encontrada foi a privatização, ou conforme Minto (2014), privatismo⁵³.

[...] com a Reforma, a educação superior ganhou uma fisionomia crescentemente privada e privatista, em dois sentidos gerais: o da formação adequada à expansão da acumulação capitalista (formação de quadros e preparação da FT[força de trabalho]) e o do caráter mercantil, com a transformação progressiva do ensino em serviço/mercadoria também lucrativos, tornando-se não só funcional ao capital em geral, como capitais específicos aplicados nas atividades educacionais (MINTO, 2014, pp. 261-262).

Mas, nesse período, ela ainda não tinha sido desmantelada, pelo contrário, teve-se um crescimento da pesquisa e futuramente com o processo de democratização no país tivemos a oportunidade de transformar a universidade pública em espaço de resistência e formação política. Ainda sobre esse processo de expansão da educação superior pública no Brasil, Neves (2004, pp.14-15) destaca:

Sob a violência da ditadura empresarial- militar, a expansão do ensino superior e a estruturação da pesquisa e da pós-graduação nas universidades públicas brasileiras assumiram contornos muito distintos dos de países europeus e mesmo de países

⁵² Ver mais em: Lei da Reforma Universitária (Lei 5540/68 de 28 de novembro de 1968- Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁵³ Minto (2014, p.248) chama de privatismo ao processo pela qual a lógica do capital se hegemoniza crescentemente no campo educacional, do qual a ampliação do setor privado de ensino é uma das formas.

latino-americanos, como o México. De fato, a massificação no Brasil foi realizada por meio do fornecimento privado. No entanto, com os ventos do Norte, o Banco Mundial defendeu que também no Brasil a ideia de universidade pública e gratuita assentada no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, afinal consagrada na Constituição de 1988, teria de ser destruída.

Minto (2014) analisa a relação do fortalecimento da burguesia brasileira nos 21 anos da Ditadura, e diz que isso limitou as forças nacionalistas, socialistas, que pudessem conduzir o país no sentido de conquistas sociais mais amplas. Caracteriza essa como uma das faces da herança que a Ditadura deixou e que foram fundamentais para o processamento das reformas educacionais nos anos 1990 e 2000.

No início da década de 1990, os governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994) demarcam a entrada do país ao marco neoliberal, com todas as suas determinações de fim da intervenção estatal e retirada de direitos sociais. No governo Collor ocorreu a liberalização comercial e incentivo a privatização (LIMA, 2007). Na área educacional, objetivando reduzir os gastos públicos, o principal alvo das reformas passou a ser as universidades federais, que tinham a imagem de serem onerosas demais ao Estado.

As medidas de Collor ocasionaram um empobrecimento demasiado da população brasileira. Seu governo foi envolvido em escândalos de corrupção e acabou sofrendo um processo de *impeachment* em 1992. Toma posse o vice-presidente, Itamar Franco, que interrompeu um pouco o processo de privatizações e reformas na educação, tendo em vista que seu governo tentou aumentar as matrículas nas instituições federais através da oferta de mais vagas nos cursos já existentes, e da criação de cursos noturnos (NEVES, 2004).

Com o fim da gestão de Itamar, assume a presidência o seu ex-ministro Fernando Henrique Cardoso- FHC, governo este que perdurou de 1995 a 2002, e acabou por se caracterizar como um incentivador da mercantilização do setor educacional, que pode ser observado na citação abaixo:

O octanato de Cardoso e, particularmente, de Paulo Renato de Souza, no MEC, foi exitoso em implementar uma determinada política educacional de corte classista “pró-sistêmico” e fortemente pró- mercado, desobrigando, de forma relevante, a União do dever de assegurar as condições materiais da educação básica e superior[...] (LEHER, 2010, p. 373).

Lima (2007) afirma que o governo Cardoso marcou a segunda fase da reformulação da educação superior brasileira, alinhada ao projeto neoliberal, que defendia a educação superior como um serviço público não- estatal (como defendiam Friedman e Bresser Pereira), além é claro da redução da responsabilidade do Estado com este nível de ensino, seja

por meio do corte de verbas, e paralelamente a isso, o incentivo ao empresariamento deste campo, com o discurso de ampliação do acesso a formação superior para legitimar. Legitimação essa que também é alcançada pela utilização da mídia, aspecto que pode ser observado em Minto (2006, pp. 142-143):

[...] o setor privado, por sua vez, ampliou significativamente seus gastos com propaganda e marketing, dispendendo seus recursos para tornar seus produtos e serviços atraentes ao público- consumidor. Em grande medida, a propaganda privada torna-se ainda mais perniciososa, pois ocupa-se de uma pretensa incapacidade a que foi submetido o setor público de atender a população no nível superior de ensino.

A educação superior pública, portanto, sofre ataques de ambos os lados, do governo ao propor reformas, e da iniciativa privada ao pregar sua ineficiência. No processo de reforma da educação superior no Brasil, foram observadas as seguintes medidas:

No que tange à implementação da política de privatização de ensino superior, o Estado tomou medidas como a redução do financiamento público, a cobrança sempre mais alta de taxas escolares até a cobrança de mensalidades em cursos de pós-graduação *latu sensu* e mestrados profissionalizantes. A prestação de serviços via fundações, a não realização de concursos públicos para as vagas criadas pelos processos de aposentadoria “induzida”, a contratação precária de professores substitutos, o congelamento de salários e a introdução de mecanismos de controle da produtividade dos docentes [...] (NEVES, 2004, p. 97).

Segundo Neves (2004), a reforma da educação superior é uma política de governo absolutamente afinada com o aprofundamento das reformas estruturais indicadas pelos organismos internacionais do capital, que defendem a abertura deste setor ao segmento dos bens que podem ser comercializados. Haddad (2008, p. 27) pontua que o Banco Mundial enxerga a educação como prestação (pública ou privada) de um serviço, e não como um direito.

Ainda sobre as determinações do Banco Mundial para a educação superior na América Latina, Lima (2007) traz as estratégias sugeridas por ele para a obtenção de seus objetivos, dentre as quais ela destaca: a diversificação das instituições de ensino e dos cursos; incentivo à educação a distância- EAD, para atender aos mais pobres; diversificação das fontes de financiamento das universidades públicas e mobilização de fundos privados para o financiamento da educação.

Neste contexto, de seguir as determinações dos organismos internacionais, podemos concluir que o governo de Cardoso foi:

[...] abertamente contra a educação pública. Sua gestão foi marcada por confrontos sistemáticos com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) e com os sindicatos da educação. Seu desprezo pela educação popular o levou a confrontar o Plano Nacional de Educação (PNE), construído de forma participativa e criativa nos Congressos Nacionais de Educação (Coned). Sua opção inequívoca foi pela mercantilização da educação e pelo ajuste da educação de massa a um padrão de acumulação do capital que requer grande volume de trabalho simples [...] (LEHER, 2010, pp. 370-371).

Em 2002, ocorreram novas eleições presidenciais, que foram vencidas por Luis Inácio Lula da Silva, eleito pelo Partido dos Trabalhadores- PT, na qual muitos brasileiros ainda depositavam esperanças de rompimento com a lógica do capital. Porém, Lula optou por uma política de conciliação de classes e de manutenção de algumas medidas e práticas dos governos anteriores.

Lula, já no seu plano de governo, dava indícios de que não romperia com o neoliberalismo, portanto, seguiria com os acordos com organismos internacionais e cumprindo as reformas requisitadas pelos mesmos. Esta realidade é exposta no trecho a seguir.

Já na posse do primeiro ministro da educação do novo governo, Cristóvam Buarque, era perceptível a desenvoltura do Banco Mundial. A concepção de que a educação superior deveria ser ampliada por meio da educação a distância, a lógica do controle por meio da avaliação e a adesão à agenda da OCDE/ Unesco, da educação ao longo de toda a vida [...] (LEHER, 2010, p.377).

Percebe-se, assim, que o governo de Lula da Silva manteve e seguiu as determinantes do capital, e operacionalizou um conjunto de “reformas”, dentre as quais da educação.

[...] a possibilidade do processo de privatização da educação superior brasileira se dá exatamente pela afinidade política entre o projeto de sociedade e de educação elaborado pelos organismos internacionais para os países da periferia do capitalismo e o projeto que vem sendo implementado pelo governo Lula. Esta afinidade não se expressa apenas na política econômica em sentido restrito, mas na dimensão política mais ampla, na concepção de projeto nacional desenvolvimento. Da sintonia nas diretrizes econômicas em sentido restrito (crescimento econômico, ajuste fiscal para pagamentos das dívidas, implantação de reformas estruturais para atrair capital internacional) evidenciam-se também as sintonias com a direção das políticas sociais, como a educação e, mais especificamente a educação superior (NEVES, 2002, p. 33).

O governo petista continuou a lógica privatizante e de financiamento de estudantes em instituições privadas. Para quantificar este crescimento, elencamos uma tabela com a análise do crescimento de matrículas no ensino superior de 1991 a 2015.

Tabela 1- Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Brasil 1991-2015

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO				PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/ %
			Federal	Estadual	Municipal	Total			
1991	1.565.056	959.320	320.135	202.315	83.286	605.736	61,30	38,70	33,40
1992	1.535.788	906.126	325.884	210.133	93.645	629.662	59,00	41,00	33,37
1993	1.594.668	941.152	344.387	216.535	92.594	653.516	59,02	40,98	33,13
1994	1.661.034	970.584	363.543	231.936	94.971	690.450	58,43	41,57	33,59
1995	1.759.703	1.059.163	367.531	239.215	93.794	700.540	60,19	39,81	34,15
1996	1.868.529	1.133.102	388.987	243.101	103.339	735.427	60,64	39,36	33,06
1997	1.945.615	1.186.433	395.833	253.678	109.671	759.182	60,98	39,02	33,41
1998	2.125.958	1.321.229	408.640	274.934	121.155	804.729	62,15	37,85	34,16
1999	2.369.945	1.537.923	442.562	302.380	87.080	832.022	64,89	35,11	36,34
2000	2.694.245	1.807.219	482.750	332.104	72.172	887.026	67,08	32,92	37,44
2001	3.030.754	2.091.529	502.960	357.015	79.250	939.225	69,01	30,99	38,01
2002	3.479.913	2.428.258	531.634	415.569	104.452	1.051.655	69,78	30,22	39,52
2003	3.887.022	2.750.652	567.101	442.706	126.563	1.136.370	70,77	29,23	38,96
2004	4.163.733	2.985.405	574.584	471.661	132.083	1.178.328	71,70	28,30	40,03
2005	4.453.156	3.260.967	579.587	477.349	135.253	1.192.189	73,23	26,77	40,04
2006	4.676.646	3.467.342	589.821	481.756	137.727	1.209.304	74,14	25,86	39,84
2007	4.880.381	3.639.413	615.542	482.814	142.612	1.240.968	74,57	25,43	38,91
2008	5.080.056	3.806.091	643.101	490.235	140.629	1.273.965	74,92	25,08	38,48
2009	5.115.896	3.764.728	752.847	480.145	118.176	1.351.168	73,59	26,41	35,54
2010	5.449.120	3.987.424	833.934	524.698	103.064	1.461.696	73,18	26,82	35,90
2011	5.746.762	4.151.371	927.086	548.202	120.103	1.595.391	72,24	27,76	34,36
2012	5.923.838	4.208.086	985.202	560.505	170.045	1.715.752	71,04	28,96	32,67
2013	6.152.405	4.374.431	1.045.507	557.588	174.879	1.777.974	71,10	28,90	31,36
2014	6.486.171	4.664.542	1.083.586	576.668	161.375	1.821.629	71,92	28,08	31,66
2015	6.633.545	4.809.793	1.133.172	574.645	115.935	1.823.752	72,51	27,49	31,51
Δ %	323,85	401,38	253,97	184,03	39,20	201,08	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do ensino superior. Elaboração própria (2018)

Analisando os dados da tabela acima, podemos verificar algumas informações sobre matrículas em cursos de graduação presenciais no Brasil, no período de 1991 a 2015: em 1991, o setor público tinha participação nas matrículas da ordem de 38,70% contra 61,30% no privado; em 2015, esses índices são 27,49% e 72,51%, respectivamente. Ou seja, em 1991 num total de 1.565.056 matrículas no ensino superior no Brasil, 959.320 eram no setor privado, contra 605.736 no setor público. Já em 2015, do total de 6.633.545 de matrículas, há um maior distanciamento entre esses dois setores, ficando o setor público com 1.823.752 matrículas e o setor privado com 4.809.793 de matrículas. Infere-se ainda que, desde o início dos anos 2000, a participação do setor público não ultrapassa 30% das

matrículas totais. E, ressalta-se o crescimento expressivo do setor privado, que ficou em torno de 401,38% contra 201,08% do setor público.

Dos dados expostos acima, podemos verificar que após os anos 1990, tivemos um crescimento gigantesco do ensino superior privado, tal como fora anunciado pelos teóricos utilizados nesta pesquisa.

Analisando apenas o período dos governos de FHC e Lula, temos os seguintes dados: em 1995, o setor privado detinha 60,19% das matrículas contra 39,81% do setor público. Em 2002, o setor privado contava com 69,01% das matrículas contra 30,22% do setor público. Verifica-se claramente o amplo crescimento do setor privado na gestão de FHC. Com base nas gestões de Lula, temos as seguintes variáveis: em 2003, o setor privado detinha 70,77% das matrículas, contra 29,83% da rede pública. Em 2010, o setor privado teve 73,18% das matrículas, contra 26,82% do setor público. No governo petista também foi verificado o crescimento de matrículas na iniciativa privada e diminuição do percentual de matrícula na rede pública, tal como ocorreu no governo anterior de FHC, o que segundo Lima (2007), é uma política de aprofundamento das medidas de mercantilização do governo anterior, através das seguintes ações:

[...] o estabelecimento de parcerias público-privadas para o financiamento e a execução da política educacional brasileira, do combate ao analfabetismo à implementação da educação fundamental, do ensino médio e da educação superior; e a abertura do setor educacional, especialmente da educação superior, para a participação das empresas e grupos estrangeiros, estimulando a utilização das TIC na educação escolar, por intermédio da educação superior à distância (LIMA, 2007, p. 19).

Ainda com o intuito de reforçar a tese da prevalência do setor privado em detrimento do setor público, utiliza-se a tabela que expõe um levantamento das instituições de ensino superior no Brasil, com o marco temporal de 1995 a 2015, dados estes que foram apresentados na introdução deste trabalho e são retomados agora.

Tabela 02: Evolução das Instituições de Ensino Superior no setor público e no privado - Brasil, Nordeste e Ceará - 1995-2015 (%)

Ano	BRASIL		NORDESTE		CEARÁ	
	Público	Privado	Público	Privado	Público	Privado
1995	210	684	38	54	4	4
1996	211	711	40	57	4	4
1997	211	689	43	58	4	4
1998	209	764	44	80	4	6
1999	192	905	45	96	4	7
2000	176	1.004	44	113	4	9
2001	183	1.208	46	165	4	15
2002	195	1.442	51	205	5	20
2003	207	1.652	52	252	5	27
2004	224	1.789	56	288	5	37
2005	231	1.934	60	328	6	41
2006	248	2.022	63	349	6	45
2007	249	2.032	60	362	6	45
2008	236	2.016	59	373	5	47
2009	245	2.069	61	387	5	46
2010	278	2.100	64	369	5	43
2011	284	2.081	63	369	6	47
2012	304	2.112	65	379	6	48
2013	301	2.090	68	378	7	47
2014	298	2.070	67	385	7	46
2015	295	2.069	66	390	7	51
Δ %	40	202	74	622	75	1.175

Fonte: INEP- Censo da Educação Superior- elaboração própria (2018)

Da referida tabela observamos que no Brasil, tínhamos em 1995, 210 instituições públicas, e em 2015 esse número subiu para 295, representando um crescimento da ordem de 40%; já o setor privado, saiu de 684 instituições para 2069 no mesmo período analisado, com um crescimento de 202%. Estes dados evidenciam novamente o crescimento da iniciativa privada no âmbito da educação superior, tal crescimento foi viabilizado pelos governos ao passo que seguindo determinações do capital estrangeiro têm deixado cada vez mais a questão da educação para a responsabilidade de empresas privadas, com a seguinte justificativa:

[...] o crescimento de instituições privadas, os governos poderiam não só reduzir gastos, mas também apoiar sistemas de livre escolha, como “esquemas de financiamento baseados na demanda, o que permite que alunos financiados com recursos públicos curse em instituições privadas” (NEVES, 2004, p. 60).

Castro (2010) critica o governo que ao invés de investir na universidade pública, fornece isenções a instituições privadas para cumprir uma função que é sua, criando vagas públicas (gratuidade)⁵⁴ em instituições privadas, como pode ser verificado no caso do Prouni:

No Brasil, o programa Prouni utiliza subsídios indiretos ao ensino superior privado, para financiar total ou parcialmente as mensalidades de estudantes de baixa renda em cursos superiores na rede particular em troca da isenção de impostos e contribuições. Esse programa obedece ao modelo de parcerias público- privado, que constitui um modelo de gestão eficiente segundo o Banco Mundial (HADDAD, 2008, p. 108).

Leher (2010) traz algumas considerações sobre este programa, dentre as quais se destaca o fato de que o referido programa desrespeita a própria Constituição Federal de 1988, que estabelece a proibição de repasse de verbas públicas para estas instituições com fins lucrativos.

O Programa Universidade para Todos (Prouni) previa quase que total isenção tributária para todas as instituições de ensino superior privadas, incluindo, portanto, as ditas sem fins lucrativos (comunitárias, filantrópicas e confessionais) e as explicitamente mercantis (particulares). O Prouni foi o pomo da discórdia entre as entidades, pois afrontava um princípio basilar do FNDEP: verbas públicas para as escolas públicas [...] (LEHER, 2010, p. 378).

Enfatiza-se que a justificativa governamental para a criação do Prouni e ampliação da educação a distância, era a idéia da ampliação do ensino superior, na qual “duas propostas merecem destaque: 1) a divulgação de criação de cem mil vagas públicas em universidades privadas “publicização”; 2) a utilização da educação à distância” (NEVES, 2004).

Verifica-se que o Prouni também foi utilizado como estratégia para resolver o problema com a inadimplência dos estudantes para com as instituições particulares:

[...] O problema do preço das mensalidades é tão grave que 25% dos alunos que frequentam as instituições particulares estão inadimplentes. Assim, fica evidente a criação de mais uma estratégia de alocação de verbas públicas para as instituições privadas, nos marcos do conceito de público não-estatal, aprofundando a privatização da educação superior e contribuindo para o desmonte das universidades públicas brasileiras (NEVES, 2004, p. 41).

Ainda nesse âmbito de privatização, evidenciou-se desde o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, a utilização da educação a distância como estratégia de

⁵⁴“Mesmo quando o governo financia bolsas do tipo Prouni para estudantes freqüentarem IES privadas de ensino, não há a rigor, gratuidade. Isso porque, em primeiro lugar, são utilizados recursos públicos para financiar uma gratuidade que é mediada pela lógica do capital (setor privado de ensino), e que, portanto, difere da gratuidade do ensino estatal, já que parte desse “ensino” tem de ser materializada na forma de lucros ao setor” (MINTO, 2014, p. 324)

desmantelo das universidades públicas, que acaba procurando legitimidade com o discurso da democratização do acesso a esse nível de ensino, conforme fora mencionado anteriormente.

Nos últimos anos percebeu-se o crescente número de matrículas nessa modalidade de ensino, colaborando com as propagandas governistas de expansão do ensino superior no país.

Em termos de educação pública, fica claro que a expansão de vagas prevista no setor público coloca extrema ênfase no ensino a distância, em contratos de parceria- nos quais se retira da universidade a autonomia acadêmica (de escolha de cursos, programas etc), de gestão administrativa (prazos) e financeira (limita-se o uso de recursos a determinado projeto)- e insiste na autonomia entendida como liberdade para captar recursos, que seriam administrados por fundações (NEVES, 2004, p. 68).

Levando em consideração apenas o ano de 2015, com dados do Censo do Ensino Superior e analisando o número total de matrículas, presencial e na modalidade à distância, temos o seguinte quadro:

Quadro 1- Matrículas em cursos de graduação presencial e a distância 2015

		Presencial e EaD	Presencial	EaD
Brasil	Total	8.027.297	6.633.545	1.393.752
	Pública	1.952.145	1.823.752	128.393
	Federal	1.214.635	1.133.172	81.463
	Estadual	618.633	574.645	43.988
	Municipal	118.877	115.935	2.942
	Privada	6.075.152	4.809.793	1.265.359

Fonte: Inep- Censo da Educação Superior 2015- elaboração própria

Do quadro acima, percebe-se novamente a ampla participação do setor privado e o nicho de mercado que representa a modalidade à distância, contando com mais de 1.265.359 matrículas de um universo de 6.075.152 no segmento privatista no âmbito nacional. Neste sentido de ampliação da comercialização da educação, destaca-se a citação de Haddad (2008, p. 12),

o setor de serviços é um dos setores de interesse da Organização Mundial do Comércio- OMC; nele a educação é um dos serviços disponibilizados para fins de comercialização internacional e diminuição de barreiras [...] o ensino privado é um mercado crescente no setor de serviços, crescente e rentável. No mundo inteiro, os interesses privados sobre esse bem público vêm ocupando espaço, pressionando legislações nacionais e internacionais, ampliando o mercado em cada país e no contexto internacional.

Neste sentido da ampliação propagada pela OMC, ressalta-se a expansão de empréstimos a estudantes de baixa renda, com taxas subsidiadas, permitiria ampliar o acesso

destes estudantes com este perfil econômico, ao ensino superior, dito pelo governo possuir custos mais reduzidos para o setor público, isso se realizaria por meio do Fies. Ou seja, novamente há a proposta de expansão via transferência de recursos públicos para o setor privado, da mesma forma que o propagado pelo Prouni, realidade esta constatada nas palavras de Leher (2010, p. 387):

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies) é uma outra forma de subsídio ao setor privado que, embora independente, está cada vez mais articulado ao Prouni, pois vem sendo utilizado para financiar, com juros subsidiados, as bolsas parciais. O subsídio público se dá por meio do custeio, pelo Estado, dos juros praticados no empréstimo ao estudante, que são inferiores, aos de mercado. Trata-se, por conseguinte, de um subsídio implícito.

Sobre o financiamento federal aos programas Prouni e Fies, o Andes (2018, pp.101-102) destaca:

em 2003, o governo federal liberou R\$ 1,565 bilhão para o Fies, o que na época representou 3,31% do Gasto Federal Total em Educação, conforme apresentado na tabela 10. A partir de 2005, para viabilizar o ProUni, o governo federal passou a conceder benefícios tributários para as instituições privadas de educação superior que aderissem ao programa. Tais benefícios são contabilizados, pela Receita Federal, como gastos tributários da União. Em 2016, o governo federal liberou R\$ 19,570 bilhões para o Fies e para o ProUni. Essas despesas passaram a representar 15,99% do Gasto Federal Total em Educação. Em termos financeiros, os recursos destinados à expansão da educação superior privada, por meio do Fies e do Prouni, cresceram 1.150,68% de R\$ 1,565 bilhão, em 2003, para R\$ 19,570 bilhões, em 2016. No mesmo período, o crescimento do financiamento total da função educação foi de apenas e tão somente 158,73%. Contudo, cabe lembrar que, por definição, o Fies não é uma despesa direta, mas sim o que chamam de uma inversão financeira, ou seja, um empréstimo que o Governo Central faz aos estudantes, e que deverá ser quitado por eles no futuro.

O projeto de Reforma Universitária de 2006, ainda trouxe outro elemento de modificação para as universidades públicas, o Reuni⁵⁵ (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), instituído com o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior.

O programa traz algumas ações que devem ser efetivadas: aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas que têm o propósito de diminuir as desigualdades sociais no país.

No dossiê do Andes (2013, 21) temos a seguinte pontuação acerca do Reuni:

⁵⁵ Ver mais sobre o programa em: <http://reuni.mec.gov.br/>

O Reuni, mudou a concepção de universidade, estabeleceu um novo paradigma para o ensino superior que modifica em sua essência o conceito de universidade pública, ressignifica suas funções sociais, altera a estruturação dos cursos de graduação e o trabalho docente desenvolvido nas instituições federais de ensino superior.

O Reuni, foi amplamente debatido na comunidade universitária e sofreu diversas críticas quanto ao seu funcionamento, pois aumentou a proporção aluno/ professor. Investiu durante algum tempo na infraestrutura das instituições e depois teve o corte das verbas para manutenção e conclusão de muitas obras, transformando algumas universidades em verdadeiros canteiros de obras.

Essa expansão galopante, muitas vezes atabalhoada, criou uma nova realidade, de diversos campi que foram se reproduzindo como cogumelos, sem ter requisitos importantes para atender aos estudantes e aos professores, para favorecer o ensino, a pesquisa e a extensão, e, em muitos casos, sem professores suficientes para desenvolver os cursos novos que se tornaram mais precários ainda (ANDES, 2013, p.3).

Outra crítica a este programa, diz respeito a não realização de concurso para cobrir a carência criada nas universidades em decorrência da ampliação do número de cursos. Carência esta que segundo o Andes (2013) não é coberta nos últimos 30 anos de governo. Esta vacância tentou ser camuflada pelo governo com a criação e utilização de bolsas, que encobririam o déficit no quadro docente, e que revelam a faceta do ataque a carreira. Sobre esta carência, o Andes, postou a seguinte pauta de reivindicação em 2018

b) preenchimento dos cargos atualmente vagos e a criação de novos cargos, pelo RJU, em dedicação exclusiva, para suprir as necessidades da política de expansão das IFE, com a realização imediata de concursos públicos; b.1) Autorizar a imediata realização de concursos públicos, com professores efetivos preferencialmente em regime de dedicação exclusiva, e imediata contratação dos concursados; b.2) assegurar a distribuição transparente dos cargos respeitando as necessidades definidas autonomamente por cada IFE; b.3) recompor o quadro docente das IFE considerando o déficit historicamente acumulado nas últimas décadas; ou seja, além do número de vagas não repostas decorrentes de aposentadoria, de invalidez, de morte e de demissões, considerar o crescimento proporcional do número de vagas e cursos criados a partir do REUNI e o que está previsto para a sua respectiva consolidação (ANDES, 2018b, p. 2).

Além dessas iniciativas de fortalecimento do setor privado, e descaso com a educação pública, outra tendência verificada nos últimos anos é o incentivo ao ensino profissionalizante, afirmando que esta é uma forma de inserção dos jovens que não buscam a universidade de garantir formação profissional de qualidade.

No governo petista de Dilma Rousseff (2011- 2016) foi lançado o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec⁵⁶) que tem como objetivo ampliar o acesso ao ensino técnico e profissionalizante, e além disso:

Expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; melhorar a qualidade do ensino médio (PRONATEC, 2016, p.1).

O Brasil Profissionalizado acabou sendo inserido dentro do Pronatec, que abrange ainda outras iniciativas, como por exemplo, o Fies técnico e o bolsa formação. É importante ressaltar que essas iniciativas governamentais que tem a busca da qualificação profissional como principal bandeira para a sua legitimação, também é utilizada pelos governos com a finalidade de deslegitimar a função das universidades públicas, reforçando o discurso de que estas instituições são ineficientes e não priorizam a formação para o mercado de trabalho.

Dentro dessa perspectiva Dilma Rousseff, na época candidata a reeleição pelo PT, afirmou em sua propaganda política⁵⁷ no dia 04 de setembro de 2014 que a prioridade de seu segundo governo na área educacional teria como foco a educação básica, coincidentemente como preconizado pelo Banco Mundial. Além disso, a candidata também reforçou que continuaria investindo na educação profissionalizante através do Pronatec. Também comemorou o fato de ter no Brasil (em 2014) 07 milhões de matrículas, mas em nenhum momento a candidata pontuou que essas matrículas, em sua maioria estão com a iniciativa privada e parte delas na educação à distância.

Ressalta-se ainda a própria lógica em que está inserida a educação segundo os determinantes do capital, onde se preconiza a qualificação em detrimento de uma formação mais ampliada. Deste modo, é mais interessante aos governos investirem nesse formato de educação, tendo em vista a própria demanda do mercado de trabalho que anseia por jovens minimamente qualificados.

Portanto, como pode ser verificado, a contrarreforma da educação superior perpassa várias questões: no âmbito do trabalho docente- carreira, salário, qualificação; no

⁵⁶ Ver mais sobre o Pronatec em: <http://pronatec.mec.gov.br/index.php>

⁵⁷ Propaganda política: Dilma na Tv- programa 8- educação. Exibido no dia 04 de setembro de 2014, às 13h15. Para mais informações ver: <http://www.dilma.com.br/campanha/dilma-na-tv-programa-8-319>

âmbito político- pedagógico- currículos, duração dos cursos, diplomação; autonomia universitária; financiamento da universidade; gestão e avaliação das universidades brasileiras.

Do ponto de vista prático, os governos neoliberais (FHC, Lula e Dilma) desataram forte ataque a estas instituições por meio do sucateamento de suas estruturas físicas, o repasse das verbas está cada vez mais limitado, da falta de professores e profissionais técnico-administrativos e da crescente precarização do trabalho.

Tal cenário é passível de mudanças mediante a organização da comunidade acadêmica e de toda a sociedade, para exigir uma educação superior pública e de qualidade, que preserve o tripé universitário em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e que valorize a carreira docente e a formação dos sujeitos criticamente.

Exemplo de organização e mobilização ocorreu por parte dos docentes das universidades federais em 2012, que durou 124 dias (17 de maio a 16 de setembro) e buscava negociar com o governo federal a reestruturação da carreira docente para, com base em conceitos definidos, valorizar a atividade docente, torná-la estável e atraente, para ingresso e permanência, e, desta forma, resgatar direitos perdidos ao longo dos últimos 20 anos. E a segunda reivindicação da pauta da greve dos docentes das federais era melhoria nas condições de trabalho.

A proposta do governo foi rejeitada unanimemente pelo movimento grevista. Contudo, mesmo não tendo sido alcançada a carreira única nem o atendimento da reivindicação de condições de trabalho, a maioria das assembleias avaliou que não havia condições de continuar a greve, optando por resguardar o acúmulo de forças, mantendo o estado de mobilização na perspectiva de continuar trabalhando pelas reivindicações apresentadas. Ou seja, aprofundar o processo de retomada da dinâmica de luta pela universidade pública e gratuita, local e nacionalmente (ANDES, 2013, p. 4).

Apesar deste movimento grevista não ter obtido ganhos concretos de sua pauta, percebeu-se com este movimento que somente a luta coletiva poderá enfrentar os ditames destas reformas impostas pelos diferentes governos brasileiros.

Em aspectos conjunturais podemos citar as lutas travadas após o golpe (*impeachment*) de Dilma Rousseff em 2016, quando assumiu a presidência, Michel Temer. Governo este marcado por inúmeros embates, mobilizados inicialmente em torno da PEC- Proposta de Emenda Constitucional 241(ou 55) que congelava os gastos públicos em determinadas áreas por vinte anos. Esta PEC desencadeou conjunto de mobilizações e ocupações de universidades, que eclodiram na realização de uma grande marcha a Brasília no dia 29 de novembro de 2016, dia da votação na Câmara dos Deputados. Manifestação esta

que fora duramente reprimida pelo governo de Temer e seu arsenal militar. Manifestantes eram agredidos com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta e no mesmo momento os senhores deputados aprovavam a medida impopular de corte de gastos públicos.

Percebe-se que após o impeachment de Dilma Rousseff, o Estado brasileiro, por meio da gestão de Michel Temer, acelerou seu processo de reforma e cortes de gastos nas áreas públicas, proporcionando um verdadeiro cenário de contrarreforma, na medida em que ataca diretamente aos trabalhadores com a retirada de direitos sociais e trabalhistas, através de suas medidas impopulares.

Feitas estas considerações acerca do processo de contrarreforma do Estado brasileiro após os anos 1990, e os impactos dessa política para o ensino superior nacional, é necessário entender como se situa a Uece dentro do cenário político do Ceará, partindo-se do que se chamou de governo das mudanças.

3 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ: RESISTÊNCIA PARA GARANTIR A SUA EXISTÊNCIA

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém, há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis (Os que lutam- Bertolt Brecht).

No capítulo anterior expusemos as implicações da contrarreforma do Estado brasileiro após os anos 1990 e os impactos para a política de ensino superior, objetivamos agora expor como se efetivou este processo no âmbito do Ceará, tendo como foco a Uece e sua trajetória de descaso dos seguidos governos estaduais.

3.1 Uece: um pouco de sua história e seu papel no “governo das mudanças”.

A Uece é uma instituição de ensino superior constituída em forma de fundação, a Fundação Universidade Estadual do Ceará- Funece, com personalidade jurídica de direito público. Sua história começou com a Lei número 9.753 de 18 de outubro de 1973, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Educacional do Estado do Ceará- Funeduce, sua primeira mantenedora.

A Uece foi criada através da resolução número 2 de 05 de março de 1975 do Conselho Diretor da Funeduce, referendada pelo Decreto número 11.233, de 10 de março de 1975. Originou-se, a partir de reunificação de Escolas e Faculdades anteriormente vinculadas a Universidade Federal do Ceará: Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, em Limoeiro do Norte, além da Televisão Educativa Canal 5. Teve seu reconhecimento federal através do Decreto Presidencial nº 79.172 de 26 de janeiro de 1977, na qual concedeu reconhecimento oficial a Uece e ao seu Estatuto e Regimento (VASCONCELOS JÚNIOR, LEAL, MARQUES, 2016).

Traz em seu Estatuto⁵⁸, através do artigo 29, a seguinte definição dos seus fins:

I - promover a sistematização, o desenvolvimento e a divulgação das diferentes formas do saber humano, valorizando os padrões culturais das comunidades local, regional e nacional; II - ministrar o ensino para a formação de profissionais e especialistas nas diversas áreas de conhecimentos e para a qualificação acadêmica,

⁵⁸ Estatutos e Regimento Geral foram atualizados em 2000, através do Decreto Estadual nº. 25.966, de 24 de julho.

estimulando o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; III - promover a educação continuada de profissionais habilitados e de cidadãos vinculados à prática social, possibilitando o aperfeiçoamento técnico, científico e cultural; IV - estimular a produção cultural, técnica e científica mediante a realização de trabalhos de pesquisa e investigação científica, precipuamente nas áreas de conhecimento de seu âmbito de ação; V - favorecer a sociedade com os resultados do ensino e da pesquisa e da investigação científica nela desenvolvidos, na forma de cursos e serviços de extensão, nos campos das ciências, da tecnologia, das letras e das artes, mantendo permanente relação de reciprocidade. Parágrafo Único - *A UECE atingirá seus fins por intermédio de órgãos e serviços próprios e mediante convênio com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras* (UECE, 2000, pp. 14-15 grifo nosso).

Percebe-se neste último trecho do Estatuto da instituição, aprovado nos anos 2000, a possibilidade de parcerias com instituições privadas para alcançar as finalidades desejadas. Para entender como se deu este processo de adequação da Uece às exigências do mercado, é necessário traçar um breve histórico dos governos desde o primeiro mandato de Tasso Jereissati e legitimação do discurso das mudanças.

A consolidação do governo Tasso Jereissati teve por base a construção de uma retórica das mudanças, reveladora de uma sintonia entre diretrizes locais e nacionais de gestão do poder, projetando o Ceará para o restante do país. O discurso mudancista fez parte dos pronunciamentos do governador em várias circunstâncias, sobretudo, os que dirigia aos funcionários públicos e ao povo em geral [...] (PARENTE e ARRUDA, 2002, p. 65).

Buscava-se, então, romper com o atraso que há tempos assolava o ambiente cearense e foi nesta perspectiva que o grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati ocupou a cena política local, apoiados por diversos segmentos da sociedade civil, com um discurso de “uma nova forma de fazer política” (PARENTE e ARRUDA, 2002). Os referidos autores, trazem a seguinte conotação a respeito do Ceará:

O Ceará é um Estado com características muito peculiares no cenário político nacional. A realidade que chama logo a atenção, nesta conjuntura, está no fato de o Estado contar com duas lideranças de destaque nacional: Ciro Gomes e Tasso Jereissati. Defendemos que esta conjuntura, até certo ponto inusitada para o padrão nordestino, não é inerente à condição cearense ou regional, mas é um fenômeno da modernidade brasileira. O Ceará se torna modelo num mundo globalizado por ter respondido de forma mais adequada ao ideário nacional desenvolvimentista sem, contudo, o componente nacionalista (PARENTE e ARRUDA, 2002, p. 65).

É dentro da conjuntura de transição do coronelismo para o início do governo das mudanças que a Uece passa por suas maiores transformações. Situando-a dentro do contexto

de modernidade⁵⁹ no Estado, é a transição de um modelo, para eles ultrapassado, para emergir uma universidade que atende melhor as demandas do mercado.

Há mais de uma década, o Ceará vem sendo dominado por um projeto político que se impôs no cenário do Estado sob a pretensão de tanger de seus currais o clientelismo atrasado, plantando, em seu lugar, a semente da renovação, capaz de impulsionar o- outrora- miserável estado nordestino rumo ao desenvolvimento socioeconômico consoante os padrões requeridos pela moderna racionalidade globalizada. (MORAIS, 2000, p. 13)

Parente e Arruda (2002, p. 130), pontuando sobre as duas faces da hegemonia ideológica que aconteceu no Ceará, fazem as seguintes considerações:

As duas faces da hegemonia ideológica acontecida no Ceará, dominada respectivamente pela ideologia do conservadorismo e pela ideologia da modernidade, constituem também dois momentos estruturalmente semelhantes. O treinamento e a socialização, por que passam as elites cearenses nesses respectivos momentos, contribuíram para que elas se tornassem homogêneas socialmente e coesas administrativamente [...]

Morais (2000) aponta que o propósito do chamado governo das mudanças era inserir a economia do estado no processo de modernização capitalista, ou seja, adequação à lógica neoliberal. Sobre as perspectivas destes governos, Vale (2012, p. 13) pontua:

A perspectiva é de uma racionalização e moralização da máquina estatal, em verdade, situando de modo mais eficiente, seu aparato a favor dos interesses da acumulação capitalista que se revelou ao longo da trajetória do governo mudancista ou a chamada “Era Tasso” que extrapola as próprias gestões de Tasso Jereissati no governo (entre 1987-2002, ele governou o Estado por três vezes) e se apresentam também nas gestões de Ciro Gomes (1991-1994), Lúcio Alcântara (2003-2007) e Cid Gomes (2007-2011; 2011- 2014).

Surgia, assim, a necessidade de adequação das universidades cearenses aos novos interesses do Estado e as propostas de reestruturação da universidade na conjuntura dos anos de 1990. Neste sentido, Moraes (2000) analisa o papel da Uece tendo em vista o projeto neoliberal em curso, na qual modernizar significa, privatizar e terceirizar.

No caso da Uece, a grande meta seria a consecução de um padrão de excelência na formação de estudantes e na reciclagem de professores do ensino médio e dirigentes. Propõe-se a instauração de uma administração leve, enxuta e flexível para transformá-la em um agente dinamizador do desenvolvimento. Busca-se maior produtividade com qualidade (MORAIS, 2000, p. 136).

⁵⁹ Ver mais sobre a modernidade e Era Jereissati no Ceará em: PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (org). **A Era Jereissati: modernidade e mito**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

Sobre este processo de inserir a Uece no contexto de modernização, Vale (2012) traz a análise de como os professores perceberam a transformação da universidade.

A idéia de universidade tecnológica já indicava uma vontade de reduzir a UECE a uma instituição formadora diretamente para o limite do mercado, isto é, para o abandono da própria essência universitária que se baseia justo na liberdade científica e cultural que lhe permitiu historicamente transcender ao universo de conhecimento de cada época. Aliás, esta é a justificativa da autonomia universitária que, no modelo tecnológico fica, de cara, comprometida (VALE, 2012, p. 144).

Morais (2000) destaca que a inserção da Uece no sistema de ensino superior, ciência e tecnologia do Estado, representa o desencadeamento de um processo de ajuste dessa universidade ao ideário empresarial que inspira o governo das mudanças.

[...] Em síntese, vislumbramos indícios de que, dependendo da correlação de forças, a modernização preconizada pelos arautos da privatização poderá descaracterizar o ensino superior estadual como serviço público. Dessa maneira, um dos possíveis desdobramentos desse processo será a adoção de valores inerentes à empresa privada na condução da Uece, podendo ocorrer a cobrança de mensalidades nos cursos de graduação e pós-graduação (MORAIS, 2000, p. 21).

A aplicação de valores referente à empresa privada, dentro da Uece, que para a autora poderia prejudicar o caráter público da universidade, se mostra na atualidade, tendo em vista as especializações pagas tão vigentes na mesma. Em 2018, a Uece ofertava 67 cursos de especialização. Mais adiante retomaremos este debate com dados sobre a expansão da pós-graduação.

Em 1991, foi instituído o Grupo de Trabalho da Educação Superior que deveria traçar as recomendações necessárias para a reforma do sistema de ensino superior estadual. Posteriormente o grupo enviou relatório com propostas para a educação superior, do qual destacamos um trecho:

Fazer a revisão dos currículos de todos os cursos; suprimir ou limitar a oferta de cursos não condizentes com a realidade sociocultural e com a demanda de mercado de trabalho; reexaminar as licenciaturas, orientando-as efetivamente para elevação da qualidade profissional dos docentes de 1º e 2º graus, particularmente nas áreas de Matemática, Português, Física, Química e Biologia [...] (MORAIS, 2000, p. 94).

Os anos de 1992 e 1993 foram significativos para o sistema de educação superior pública do Estado. Nesse período, o governo tratou de organizar pela primeira vez no Ceará, um sistema de Ciência e Tecnologia, e em 1994 cria a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - Secitece, que viria a gerir as universidades estaduais. Fato que tirou da

secretaria de Educação, a responsabilidade pela educação superior no Estado, antecipando o que era desejado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no plano federal.

Segundo Morais (2000), as universidades estaduais teriam o papel fundamental na educação, poderiam contribuir como indutoras de capacitação dos professores da rede oficial de ensino. Estas instituições deveriam também atender às necessidades do Estado quanto ao aperfeiçoamento dos técnicos das várias áreas e dos servidores públicos, além de oferecer sua cooperação ao setor produtivo. Ou seja, universidades totalmente voltadas aos interesses do mercado. Como pode ser verificado na fala de Beni Veras⁶⁰:

Tem que ser uma universidade do tamanho certo. Uma universidade de 6 a 7 mil alunos, bem motivada. Uma universidade suficiente para completar o mercado de trabalho. Uma universidade que atenda o mercado de trabalho no Ceará, com cursos próprios e reciclagem de professores, conveniada com empresas locais. Melhor que está formando em certas carreiras, sem muita justificativa e que não darão retorno. Nesse caso, ela mereceria ser autônoma, infensa a influências políticas.

Anos após a realização dessa fala, o mesmo discurso ainda é observado no contexto da Uece, tendo em vistas as falas do ex-governador Cid Gomes, referindo-se a não necessidade de alguns cursos desta universidade. Assim, como o discurso de que não é necessária a expansão para as cidades do interior.

A fala do senador Beni Veras deixa bem claro o interesse do governo de dar um caráter privado às universidades estaduais e a subordinação da universidade aos interesses do mercado.

Para que a reforma da universidade se torne possível, é essencial a mudança dos critérios de gestão, de preferência com reitores profissionais, escolhidos por sua capacidade administrativa, e liberados de compromissos corporativistas [...] a educação é um problema importante demais para ser deixado aos cuidados apenas dos educadores (MORAIS, 2000, p. 92).

As universidades estaduais devem produzir os resultados e serviços requisitados pelo projeto de modernização do Ceará, que pretendia imprimir novos valores relativos à eficácia da máquina administrativa e investimentos no setor produtivo.

Os temas da política fiscal, da participação da população através de conselhos, da incorporação de intelectuais com perfis diferentes e formação diversificada, além da construção ideológica de um discurso de ruptura fundamentado nos ideais de mudança e modernidade, refletem não apenas diretrizes do poder local, mas objetivos mais amplos condizentes com o cenário nacional (PARENTE e ARRUDA, 2002, p. 71).

⁶⁰ Transcrição feita pelo Sindesp, da fala de Beni Veras, datada de 11 de outubro de 1991.

E as diretrizes para essa reforma foram produzidas, na esperança de contribuir com o governo estadual no seu esforço estratégico de reduzir o atraso que o Estado estava situado. São previstos dez anos para a execução das estratégias e diretrizes. Esse seria o tempo necessário para viabilizar a transformação da Uece numa Universidade Tecnológica.

No caso da Uece, o grande objetivo era a obtenção de um padrão de excelência na formação de estudantes e na capacitação de professores do ensino médio e dirigentes.

Seguindo os ditames dos governos neoliberais, busca-se maior produtividade com qualidade. Morais (2000, pp. 139-140) assinala que:

[...] Na medida em que reduz os gastos com a universidade, a lógica privatizante assumida pelo governo recomenda a busca através da venda de serviços, que deveriam ser oferecidos gratuitamente, aos trabalhadores, que são, na verdade, os principais financiadores da educação superior.

Alinhando-se aos imperativos do mercado, a universidade, na concepção de seus governantes deve, portanto, buscar parcerias e lançar produtos, seja através da venda direta de cursos como de Especialização e Mestrados profissionais, seja através de projetos e pesquisas previamente encomendadas por setores empresariais.

Para efeitos de exposição e maior esclarecimento, traremos uma análise dos planos de governo de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, no que se refere ao que desejavam implementar com a educação superior no estado do Ceará.

Lúcio Alcântara, eleito em 2002 governador do Ceará, traz em seu plano de governo, intitulado Ceará Cidadania: crescimento com inclusão social, elaborado em 2003, os seguintes objetivos da consolidação do sistema de Ciência e Tecnologia:

O primeiro objetivo será consolidar o sistema estadual de ciência e tecnologia. Será interligado em rede, fortalecendo as instituições de pesquisa e ensino superior, tecnológico e profissional, e expandindo a rede de incubadoras [...] ciência e tecnologia são um meio para fortalecer o poder competitivo dos diversos setores da economia cearense. As ações voltadas para capacidade de inovação das empresas deverão orientar-se, principalmente, para fortalecer a relação do setor industrial com o sistema estadual de fomento à pesquisa; mobilizar a comunidade tecnológica, no intuito de implementar projeto industrial com interesse na área de inovação tecnológica (PLANO DE GOVERNO 2003-2006, 2003, pp. 83-84).

Percebe-se do exposto, o seu alinhamento aos projetos iniciais defendidos nos anos iniciais do governo das mudanças, na qual retira as universidades da pasta da educação e as assenta na Ciência e Tecnologia. Vislumbra-se, também, o atrelamento da pesquisa aos determinantes do mercado. Ressalta-se que no documento elaborado na gestão Lúcio

Alcântara, não existe um tópico específico para a educação superior. Lúcio almejava alcançar seus objetivos por meio de:

Promoção ao avanço em pesquisas relativas à setores em que o estado tem vantagens competitivas; estímulo a uma maior interação entre pesquisa e setores produtivos; promoção de maior intercâmbio entre centros de pesquisa(do Estado com outros estados), universidades e instituições representativas dos setores considerados estratégicos; aproximação da universidade, com seu potencial científico e tecnológico, à cédula de governo; criação e fortalecimento de cursos de mestrado e doutorado nas áreas demandadas pelo ambiente de inovação (PLANO DE GOVERNO-2003-2006, 2003, pp. 83-85).

Temos a perspectiva de crescimento atrelada às necessidades de desenvolvimento do Estado, entendido este como desenvolvimento das forças produtivas do capital. No âmbito da ampliação das vagas do ensino superior, o documento traz os seguintes comentários:

A demanda por vagas no ensino superior enfrenta um forte gargalo, uma vez que o fluxo anual de concludentes do 2º grau é de pelo menos quatro vezes maior que o número de vagas ofertadas pelas universidades e faculdades do estado. As propostas do novo governo para minimizar os efeitos desse problema são: aumentar o número de vagas nas universidades públicas estaduais, incentivar a expansão dos centros de ensino privado e ampliar a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes por meio dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) e Centros de Ensino Tecnológicos (CENTEC) (PLANO DE GOVERNO-2003-2006, 2003, p. 110).

Expõe-se, assim, a perspectiva de ampliação de vagas no ensino superior público, mas também se evidencia que o governo incentivará essa ampliação por meio da iniciativa privada. Tinha como linha de ação no âmbito da ampliação do ensino superior, os seguintes projetos: programa de educação profissional que era direcionado para a qualificação de pessoas de modo a atender a demanda do mercado; o programa serviço civil voluntário que permitira a complementação da formação acadêmica de estudantes universitários com estágios práticos para prestação de serviço em comunidades carentes, em retribuição ao ensino gratuito na Universidade Pública Estadual e o programa de consolidação de Pólos de Educação Superior e Tecnológica do Estado, que segundo este plano:

possibilitara ao governo integrar as diversas instituições que atuam com capacitação e aumentar a rede de Centros Vocacionais Tecnológicos e de Centros de Ensino Tecnológico para garantir a educação profissional em todo o Estado. Além disso, será ativado o Conselho Estadual de Ensino Superior, integrando as ações e instituições públicas de ensino com os diferentes níveis de governo e setor privado (PLANO DE GOVERNO-2003-2006, 2003, p. 112).

De forma resumida, podemos concluir que era um plano, que apesar de trazer poucos elementos sobre o ensino superior, quando os traz, evidenciam um atrelamento desta

modalidade de ensino ao fortalecimento do desenvolvimento tecnológico do Estado e seu projeto de modernização. No tocante a Uece, destaca-se que no governo de Lúcio Alcântara que durou até dezembro de 2006, a universidade travou duros embates com este governo, ocorrendo neste período greves e ocupações, abordadas no próximo capítulo.

Em 2006, foi eleito Cid Ferreira Gomes, assumindo o cargo de governador em 2007. Cid elaborou o documento, ainda em 2006 intitulado “Diretrizes para o plano de governo: Ceará vota para crescer”, na qual expõe o seu projeto para a educação superior no estado, na qual ele já evidencia que deseja trabalhar a educação, a ciência, a tecnologia de forma intersectorial como premissa para o novo projeto de desenvolvimento que o Ceará merece, caracterizado por ele como o Grande Salto. Para a educação superior, ele propunha:

Estabelecer uma política de educação superior articulada com as políticas de inclusão social e desenvolvimento regional, com vistas a garantir a sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento sócio-econômico e político-cultural do Estado do Ceará. Qualificar e ampliar o sistema estadual de educação superior na direção das vocações regionais e das tendências de futuro, promovendo ações específicas de indução do desenvolvimento (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO, 2006, p. 22).

Novamente percebe-se a vinculação da educação superior no plano estadual aos desejos de modernização econômica. Dessa forma, tal plano tinha como objetivos:

Promover a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da implantação de políticas afirmativas voltadas para interiorização da educação superior; potencializar o processo de desenvolvimento local e regional, promovendo uma relação de cooperação entre os sistemas estadual e federal de educação superior; *ampliar a oferta de vagas no ensino superior as universidades estaduais, em especial no interior do Estado* (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO, 2006, p. 22- grifo nosso).

O referido documento traz como propostas de ações a serem implementadas pelo governo:

Garantir autonomia de gestão administrativa e financeira das universidades estaduais por meio de mecanismos de sustentabilidade permanente; articular o sistema de ensino superior com o de ensino tecnológico e o sistema de C,T& I; incentivar a qualificação dos docentes do sistema estadual de ensino superior; criar as condições para ampliar a inserção das universidades públicas estaduais na pesquisa e na extensão; estimular o desenvolvimento de projetos de reforma e atualização curricular, em particular nos cursos de formação de professores para educação básica; estabelecer uma instância de discussão com a comunidade acadêmica sobre o papel das universidades públicas e privadas no projeto de desenvolvimento do Estado do Ceará; apoiar a luta pela transformação dos três campi da Universidade Federal do Ceará - UFC em universidades autônomas; aumentar o número de vagas e de novos cursos nas universidades, nos níveis de graduação, especialização, seqüencial e pós-graduação; ampliar o quadro de mestres e doutores; promover a difusão e as atividades de extensão das universidades e instituições de pesquisa no

sentido de levar novos conhecimentos para população; estimular o intercâmbio acadêmico entre as universidades públicas do Estado, especialmente entre a Capital e o Interior; ampliar a oferta de vagas no ensino superior nas universidades estaduais, em especial no interior do Estado (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO, 2006, pp. 25-26).

Ressaltamos este aspecto da ampliação de vagas, visto que caminha no mesmo sentido do governo anterior e para evidenciar se realmente isso foi concretizado, trazemos os dados do censo do ensino superior, abordando o período dos referidos governos

Tabela 3- Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Ceará 2003-2014

ANO	TOTAL	PRIVADO	PÚBLICO			PRIVADO %	PÚBLICO %	ESTADUAL/PÚBLICO %
			Federal	Estadual	Total			
2003	83.808	35.550	20.968	27.290	48.258	42,42	57,58	56,55
2004	94.140	44.263	23.302	26.575	49.877	47,02	52,98	53,28
2005	99.597	49.605	23.067	26.925	49.992	49,81	50,19	53,86
2006	108.364	58.943	24.307	25.114	49.421	54,39	45,61	50,82
2007	121.135	68.622	26.199	26.314	52.513	56,65	43,35	50,11
2008	136.720	75.580	28.968	32.172	61.140	55,28	44,72	52,62
2009	136.781	80.102	26.706	29.973	56.679	58,56	41,44	52,88
2010	152.430	92.000	29.530	30.900	60.430	60,36	39,64	51,13
2011	166.917	101.113	31.786	34.018	65.804	60,58	39,42	51,70
2012	182.938	114.046	33.340	35.552	68.892	62,34	37,66	51,61
2013	202.079	130.243	35.312	36.524	71.836	64,45	35,55	50,84
2014	228.348	152.742	37.132	38.474	75.606	66,89	33,11	50,89

Fonte: INEP - Censo do ensino superior. Elaboração própria (2018)

Analisando apenas o período dos referidos governos, temos em 2003 um total de 27.290 matrículas no setor estadual e 20.968 na esfera federal. Já em 2010, último ano da primeira gestão do governo Cid Gomes, temos os seguintes dados, 30.900 matrículas nas universidades estaduais, contra 29.530 nas universidades federais. Ou seja, ocorreu uma ampliação, mas bem abaixo da necessidade do estado. Ampliação de vagas realmente ocorreu no âmbito privado, dado que em 2003 tínhamos 35.550 matrículas e em 2010 este número já saltava para 92.000. Ampliação se consolidou, tal como no Brasil, pelo viés da transformação da educação em mercadoria, e não um direito, aspecto trabalhado no capítulo anterior deste trabalho.

Retomando a análise dos planos de governos, parte-se agora para o segundo mandato de Cid Gomes, reeleito para governar o estado de janeiro 2011 a dezembro de 2014. Seu plano de governo intitulado Diretrizes para o plano de governo da coligação por um

Ceará melhor pra todos, elaborado em 2010 e que trazia no seu enunciado algumas conquistas no âmbito das universidades estaduais.

No ensino superior merece destaque a elevação dos salários dos professores das universidades estaduais que, de 2007 a 2010, cresceram mais de 100%. Além disso, o governo tem investido na requalificação dos prédios, instalações e equipamentos dos campi das universidades estaduais, em que se destaca a construção do novo campus da Uece em Itapipoca, o qual abrigara também, a faculdade tecnológica do ceará- Fatec, vinculada ao Centec e voltada para a formação de mão de obra especializada para o Pecém (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010, p. 11).

Em nenhum momento, ele destaca que tais conquistas só foram concretizadas após muita luta por parte da comunidade acadêmica das estaduais, ao passo que, seu governo anterior, assim como o de Lúcio Alcântara foi marcado por muitos confrontos com a comunidade universitária cearense, dado o descaso que estes governos davam às referidas universidades.

Continuando a análise deste plano de governo, enfatiza-se que o mesmo traz um conjunto de diretrizes e ações a serem implementadas, das quais elencamos as mais relevantes ao objeto de estudo. Já na terceira diretriz destaca a necessidade de planejamento e criação junto ao governo Federal, de programa para ampliar a formação profissional de forma a responder, as demandas impostas pelo crescimento do estado, integrando as universidades aos programas de governo, comprometendo-as com os objetivos de inclusão social e desenvolvimento sustentável do estado (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010).

A diretriz que pontua sobre a interiorização da educação superior pretendida nesta gestão, destaca:

Estudar a implantação do Sistema Estadual de Educação Técnica e Superior à Distância- Sate; apoiar a consolidação e a expansão do sistema federal de educação superior; estudar o aperfeiçoamento do sistema de educação superior no Ceará; buscar consolidar e expandir a educação profissional no interior do estado (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010, p. 72).

Observamos aí, a ênfase dada a educação superior na modalidade à distância e a expansão da educação profissional. Cabe salientar que nos governos de Cid Gomes, tivemos uma ampliação desta modalidade de ensino, na qual ele destinou boa parte dos recursos do ensino superior, para com ela.

No tocante à qualificação dos programas de graduação, o plano traz as seguintes metas:

Propor a elaboração do plano estadual Integrado de Educação Superior; o desenvolvimento tecnológico; a ciência e a pesquisa envolvendo as instituições de ensino superior estaduais e federais; articular-se com o governo federal sobre parcerias, objetivando garantir a qualificação e expansão do ensino superior no estado; abertura de novos cursos de formação de professores; buscar promover a melhoria do ensino de graduação estimulando a mobilidade acadêmica; planejar a ampliação e modernização da infraestrutura dos diversos cursos de graduação (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010, p. 72).

Algumas destas metas foram cumpridas pelo referido gestor, por exemplo, os cursos de formação de professores. Outras, como melhoria da infraestrutura, ainda merece muito investimento.

No âmbito da pesquisa e pós-graduação diz que visa identificar e incorporar áreas de conhecimento prioritárias demandadas pela sociedade, ou seja, mais uma vez temos a universidade a serviço do mercado. E consolidar as ações da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- Funcap voltadas para a formação de recursos qualificados (programas de bolsas acadêmicas de iniciação científica, mestrado, doutorado e fixação de pesquisadores) e para o provimento de infraestrutura para pesquisa (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010).

Em sua nona diretriz o documento traz os elementos para planejamento/gestão universitária, geração e uso de informações gerenciais

Planejar a implantação da autonomia de gestão administrativo- financeira das universidades; ampliar e fortalecer o ensino superior federal no interior do estado, estimulando a cooperação com as universidades estaduais; articular com o governo federal a criação de duas novas universidades federais no Ceará; uma na região norte e outra no Cariri (DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS, 2010, p. 73).

Verifica-se, assim, de forma resumida, que o segundo governo de Cid Gomes está mais atrelado a um desejo de transferir para o âmbito federal a responsabilidade com a educação superior. Em diversas diretrizes podemos perceber esta vinculação à esfera federal, deixando clara a percepção de Cid Gomes, de que a responsabilidade do estado e a sua prioridade era investir no ensino profissionalizante⁶¹, ressaltando inclusive em entrevistas que

⁶¹ Segundo a Seduc, as Escolas Estaduais de Educação Profissional são instituídas no Ceará a partir de 2008. Essas escolas desenharam a possibilidade de um futuro mais justo, mais equânime e com mais oportunidades para os jovens cearenses, acenando para a materialidade da experiência de um maior exercício de cidadania. Atualmente são 115 Escolas Estaduais de Educação Profissional. Escolas com funcionamento em tempo integral que organizam e integram o ensino médio à educação profissional, configurando cenários de cidadania que articulam o direito à educação e ao trabalho (SEDUC- site)

esta modalidade deveria ser priorizada pelos filhos da classe trabalhadora e que professor deveria trabalhar por amor⁶².

Venâncio (2014), ao realizar um estudo sobre o financiamento das universidades estaduais, relatou que durante o primeiro governo de Cid Gomes, ocorreu um alto investimento no ensino profissionalizante, isso pode ser verificado no investimento em 2007 que foi de R\$ 733.603,35, já em 2010 esse gasto passa a ser de R\$ 201.355.066,23, ocorrendo um aumento em termos percentual de 273,47%.

Expostas estas questões mais gerais acerca dos planos de governo de Lúcio e Cid Gomes, buscamos mostrar no próximo tópico como esta forma de pensar a universidade, impactou na instituição, contribuindo para ampliar o cenário de sucateamento e abandono tão presentes na história da Uece.

3.2 Elementos da precarização da Uece

A Uece tem sua história centrada na luta pela sobrevivência, pela consolidação e, portanto, não viveu ainda uma fase de apogeu, pois sua história é uma história de crise. (ALVES, 2007b, p.45). Alguns problemas não encontram respostas dos governos e vão se agravando ao longo dos anos, seja a carência crônica de professores e servidores; os problemas infraestruturais da universidade e as questões relacionadas ao seu financiamento.

Estes aspectos reforçam a tese do descaso dos seguidos governos com as universidades estaduais, ao passo que eles demonstram a pouca quantidade de recursos injetadas nestas instituições. Tudo isso gerou um processo de sucateamento destas universidades o que colaborou por transformar o ambiente de estudantes, professores e servidores mais difíceis, devido as péssimas condições de infraestrutura da universidade.

Dentro dessa lógica de redução dos gastos públicos, emerge um dos maiores problemas desta universidade, a precarização do trabalho dos professores, em que a Uece utilizou largamente a figura do professor substituto para cobrir a carência dos departamentos, diante dos inúmeros casos de aposentadoria. Sem conseguirem a autorização para realizar concurso público, os departamentos viram-se na contingência de realizar seleções para admissão de professores substitutos.

[...] a ideia de contratação de professores substitutos surgiu como forma de possibilitar o afastamento dos docentes para cursar pós-graduação estrito senso. Entretanto, é de conhecimento público que, no geral, esses professores substitutos

⁶² Sobre as “pérolas” pronunciadas por Cid Gomes, acessar: <http://www.ricardosetti.com/vejam-os-desatinos-que-o-governador-do-ceara-cid-gomes-tem-cometido/>

passaram a suprir as carências do quadro docente dos departamentos (MORAIS, 2000, p. 149).

O governador Tasso Jereissati (1992) recusou a abertura de concursos para professores na Uece, devido a demora no encaminhamento das aposentadorias. O governador argumenta que não existem vagas a serem preenchidas na Uece, e que só autorizará a realização de concurso depois de concluídos os processos de aposentadoria.

Aposentadorias estas que giravam em torno de 150 docentes já no ano de 1992 e que foi abordado em relatório⁶³ da assessoria jurídica que prestava serviço a um dos candidatos a reitoria da Uece

A oportunidade da aposentadoria de 150(!) docentes ainda este ano da Uece, me pareceu oportunidade impar para se imprimir a nova realidade a universidade. O corpo docente é fundamental para o projeto e não há nada que possa superar essa vantagem competitiva de ter 150 novas possibilidades docentes ao mesmo tempo. Também acredito que seja extremamente atraente a ideia de trazer (ou, tentar atrair) talentos de outras regiões para o Ceará [...] (MORAIS, 2000, p. 119).

Em 1996, extinguiu-se a figura do professor substituto sob o argumento de que a Uece estaria indo contra o que estabelecia a legislação, ao pagar o 13º salário e outros direitos trabalhistas aos professores substitutos. Assim, a solução encontrada pela mesma para disfarçar o déficit no quadro docente foi o de trabalhar com os bolsistas da Funcap. Era mais uma faceta da precarização da universidade e, conseqüentemente, do trabalho docente, já que estes professores ou bolsistas estavam desamparados de muitos direitos trabalhistas.

Já ficava nítido o descaso do governo para com a situação de déficit do quadro docente na universidade. Realidade essa, de falta de concurso que perdurou durante alguns anos, aumentando o problema de falta de professores nas universidades estaduais. Problema este elencado nos relatórios de gestão (2007 e 2008), na qual expõe sobre a carência de concursos públicos para professores e servidores técnico-administrativo.

CONCURSOS PÚBLICOS - A PROPLAN vem colaborando na identificação das reais necessidades de ingresso de professores efetivos nos quadros da UECE, através de Concursos Públicos, como forma de reduzir a contratação de professores substitutos como vem ocorrendo. Em uma segunda etapa, a prioridade irá para o quadro de servidores técnico-administrativos, totalmente defasado (UECE, 2009, p.8).

Ainda neste viés da falta de concursos na instituição, destaca-se o trecho do relatório de gestão de 2007, que diz:

⁶³ Parecer de Anthropos- consultoria (8/4/1992).

CONCURSO – Há uma deficiência quase insustentável no que se refere aos servidores técnico-administrativos da UECE. Essa deficiência se mostra em termos quantitativos e também em termos qualitativos, com dificuldades para se estabelecer uma maior qualidade com um quadro incompleto e envelhecido. É, portanto, outro ponto a requerer rápida solução (UECE, 2008, p.9).

Percebe-se, do exposto nos relatórios, que a própria gestão da universidade caracterizava este como um problema recorrente da instituição e que a não realização de concursos trazia prejuízos para a continuidade de atividades burocráticas e acadêmicas.

Neste âmbito, utiliza-se a tabela que segue para demonstrar o número de vagas criadas dos anos 2000 a 2014, temporárias e efetivas.

Tabela 4- Vagas efetivos x substitutos
(2000-2014)

ANO	EFETIVO	SUBSTITUTO
2000	0	168
2001	0	58
2002	129	130
2003	0	47
2004	0	101
2005	103	38
2006	14	69
2007	1	80
2008	0	97
2009	0	121
2010	0	212
2011	0	92
2012	76	249
2013	0	145
2014	0	237
TOTAL	323	1844

Fonte: DOE-CE Elaboração própria (2018)

Infere-se da tabela, a seguinte situação: de 2000 a 2014 foram criadas apenas 323 vagas para professor efetivo nesta instituição. Enquanto que, tomando por base o mesmo período e analisando as vagas temporárias, tem-se o seguinte número: 1844. Ou seja, percebe-se claramente o fortalecimento desta modalidade de contratação em detrimento da realização de concursos públicos.

Contratação esta que vai contra a Lei Complementar⁶⁴ 14/1999, que previa a contratação de professores substitutos apenas para suprir a carência temporária de docentes em decorrência de afastamentos de efetivos nas seguintes situações: licença para tratamento de saúde; licença gestante; quando se tem doente na família; para tratar de assuntos particulares e para afastamento para realizar mestrado e doutorado.

Para legalizar esta situação, em 2011, Cid Gomes publicou a Lei Complementar 105/2011⁶⁵, que permite ampla liberdade para a contratação de professores temporários, alegando os seguintes casos: cobrir a demanda de urgência das Universidades Estaduais, quando não houverem sido ainda criados cargos efetivos para provimento ou até que se ultimem as providências necessárias à realização e finalização das etapas do concurso público.

Nesta perspectiva, Venâncio (2014) fez a seguinte exposição de dados acerca dos gastos da universidade com professores substitutos e terceirizados, duas modalidades de contrato em expansão.

Tabela 5- Gasto do Elemento de Despesa – Resumido FUNECE (2007-2010)

Especificação	2007	2008	2009	2010	% Var
Contração por tempo Determinado	3.608.654,32	4.170.062,51	4.525.040,00	6.020.628,23	66,84%
Vencimento e Vantagem Fixas Pessoal-Civil	57.262.385,53	67.963.290,66	81.909.361,60	105.641.455,70	84,49%
Despesas de Pessoal Decorrentes contratos de Terceirização	533.080,48	1.710.075,49	2.457.641,91	4.677.655,34	777,48%
Locação de Mão de Obra	694.504,85	613.892,09	842.563,80	1.152.301,84	65,92%
Outros serviços de Terceiros Pessoa física	3.923.611,25	2.902.352,41	2.989.198,38	2.678.921,68	-31,72%
Outros Serviços de Terceiros Pessoal Jurídica	3.470.998,76	5.159.161,15	4.096.698,96	5.033.018,78	45,00%
Total dos Gastos em R\$	69.493.235,19	82.518.834,31	96.820.504,65	125.203.981,57	80,17%

Fonte: VENÂNCIO, Anderson Albuquerque. ESTUDO FINANCEIRO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO ESTADO DO CEARÁ. 2014.

Constatou-se, analisando a referida tabela, um grande aumento do gasto público da referida fundação, principalmente relacionado a contratação por tempo determinado, que abrange os professores substitutos vinculados as instituições de ensino superior cearense, em que teve-se um crescimento de 66,84%, e também o aumento com terceirizados que no início

⁶⁴ Lei Complementar nº14, de 15 de setembro de 1999, dispõe sobre contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária excepcional interesse público pelas universidades estaduais.

⁶⁵ Lei Complementar nº 105, de 21 de dezembro de 2011 que acresce e altera dispositivos a Lei Complementar nº 14, de 15 de setembro de 1999, e dá outras providências.

do governo Cid Gomes tinha um dispêndio de R\$ 533.080,48 e no final de 2010, fechou com R\$ 4.677.655,34, um aumento em termo percentual de 777,48%. Verifica-se através dos dados, a opção de Cid Gomes, por contratos precarizados.

Ampliando os anos de pesquisa, de 2007 a 2012, verificamos que esta opção por contratos temporários em detrimento de concursos no governo Cid Gomes, ficou ainda mais visível ampliada, conforme verifica-se abaixo:

Tabela 6- Gasto do Elemento de Despesa – Resumido FUNECE (2007-2012)

Especificação	2007	2010	2011	2012	%Var 2007/2012	% Var 2011/2012
Contração por tempo Determinado	3.608.654,32	6.020.628,23	7.534.718,62	8.860.941,80	145,55%	17,60%
Vencimento e Vantagem Fixas Pessoal-Civil	57.262.385,53	105.641.455,70	113.982.434,56	113.388.048,83	98,01%	-0,52%
Despesas de Pessoal Decorrentes contratos de Terceirização	533.080,48	4.677.655,34	7.494.675,96	9.291.666,85	1643,01%	23,98%
Locação de Mão de Obra	694.504,85	1.152.301,84	1.111.772,60	1.264.052,44	82,01%	13,70%
Outros serviços de Terceiros Pessoa física	3.923.611,25	2.678.921,68	3.573.863,47	4.879.116,09	24,35%	36,52%
Outros Serviços de Terceiros Pessoal Jurídica	3.470.998,76	5.033.018,78	5.250.499,77	5.290.088,13	52,41%	0,75%
Total dos Gastos	69.493.235,19	125.203.981,57	138.947.964,98	142.973.914,14	105,74%	2,90%

Fonte: VENÂNCIO, Anderson Albuquerque. **ESTUDO FINANCEIRO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO ESTADO DO CEARÁ. 2014.**

Venâncio (2014) ainda analisando os dados da tabela ressalta que a mesma demonstra um grande aumento do gasto público da Funece, principalmente relacionado aos professores substitutos, em que se teve um crescimento de 145,55% se considerar o ano de 2007 o início do governo Cid. Constatou-se, também, o aumento com terceirizados em que no início do governo Cid Gomes tinha um dispêndio de R\$ 533.080,48 e no final de 2012, fechou com R\$ 9.291.666,85, um aumento em termo percentual de 1.643,01%.

Outro setor que sofreu com a falta de concurso, foi o de servidores técnico-administrativos, ao passo que o primeiro concurso para esta modalidade, somente ocorreu em 2015, com os servidores tomando posse no final de 2017. Devido a esta falta de servidores, a Uece recorria à contratação de terceirizados, em número abaixo da demanda. Segundo dados do “Uece em números”, em 2008 tinham na universidade 450 funcionários e este número em 2016 girava em torno de 300, decorrentes de aposentadorias, remanejamento para outros órgãos. Um número pequeno diante do tamanho desta universidade.

Como já fora mencionado, outro problema recorrente na universidade diz respeito a sua infraestrutura, principalmente nas unidades do interior do estado, que por muitas vezes funcionavam em prédios improvisados, como era o caso da Faculdade de Educação, Ciências e Letras dos Inhamuns- Cecitec. A capital, com o *campus* do Itaperi, também amargou o abandono e teve o ápice desse descaso com o episódio do desabamento do teto do restaurante universitário, noticiado na mídia:

Parte do telhado da entrada do Restaurante Universitário (R.U) do Campus do Itaperi, da Universidade Estadual do Ceará (Uece), caiu na manhã desta quarta-feira (1º). Dois estudantes ficaram feridos pelas telhas e foram levados para o Frotinha da Parangaba. [...] O acidente aconteceu depois das 11 horas, durante uma mobilização dos estudantes, que pedia justamente a reforma do restaurante e a compra de novos bebedouros. Por volta das 10 horas, antes do acidente acontecer, os estudantes haviam entregado um abaixo-assinado ao reitor da Uece, Assis Araripe. Eles reclamavam do atraso na entrega de obras fundamentais para a UECE, como o novo Restaurante Universitário, o Hospital Veterinário e o Centro Poliesportivo[...] (PARTE, 2010, n.p).

A problemática das políticas de assistência estudantil, entre elas os RUs, tende a se aprofundar ainda mais já que o Plano Nacional de Educação- PNE permite em sua meta 12, estratégia⁶⁶ 12.5, dividir os recursos públicos de assistência estudantil com as IES privadas.

A maioria das faculdades no interior não dispõe de equipamentos básicos, como restaurante universitário, residência universitária para os estudantes que vivem nas localidades distantes da instituição, bibliotecas sem acervo para pesquisa de qualidade e infraestrutura de sala de aula precárias, tão precárias que até uma fossa é problema, como fora noticiado no jornal Diário do Nordeste em 2011:

⁶⁶ Em sua meta 12, estratégia 12.5, o PNE diz: ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de que trata a Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001, na educação superior, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico(PNE, 2014, p. 37)

Professores e alunos da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc) estão participando das aulas com máscaras cirúrgicas. Protestam contra o mau cheiro provocado por uma fossa situada entre as salas de aula. O mau cheiro vem sendo sentido há mais de quatro meses. Nas últimas semanas, com a intensificação das chuvas, se agravou. A direção do campi já havia feito várias solicitações à Universidade Estadual do Ceará (Uece). Como não foram atendidos, eles resolveram protestar. As aulas estão sendo realizadas nos corredores [...] (POLUIÇÃO, 2011, n.p).

A situação demonstra claramente o descaso dos governantes com a Uece e as suas unidades do interior, em que evidencia que um problema simples, como a limpeza de uma fossa, demanda uma manifestação de estudantes e professores, para que o serviço de desentupimento seja autorizado, após quatro meses de negligência. Mobilizações de estudantes que também pautavam a falta de professores crônica em faculdades da Uece no interior, em que se vislumbra um cenário bem mais grave que na capital, com corpo docente amplamente constituído por professores substitutos, ou até mesmo sem a presença destes, gerando disciplinas descobertas:

Estudantes da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu, Fecli, unidade de ensino da Universidade Estadual do Ceará (Uece) realizaram na noite desta sexta-feira, dia 6, e na tarde deste sábado, dia 7, na cidade de Iguatu, na região Centro-Sul do Ceará, manifestação contra a falta de professores na instituição de ensino. Um grupo de alunos saiu em passeata conduzindo cartazes e faixas e aproveitou o elevado público presente da 50ª Expoiguatu, na sexta-feira à noite. Os alunos disseram que a falta de professores compromete o funcionamento dos cursos e pediram ao governador do Estado a realização de concurso para contratação de docentes efetivos. “Só temos um professor de Inglês que foi transferido”[...] O diretor da Fecli[...] disse que a escassez de professores é preocupante e que o caso já é do conhecimento da reitoria da Uece, mas que depende de decisão do governo do Estado a realização de concurso público (BARBOSA, 2013, n.p).

A carência de docentes vai além da Uece, atingindo também as outras universidades estaduais, gerando mobilizações unificadas das três universidades (Uece, Urca e Uva), como a que ocorreu em 2011 e que o foco de sua crítica foi o descaso do governo com a educação e, ironicamente, um amplo investimento no Aquário⁶⁷.

Professores e estudantes de universidades públicas estaduais do Ceará reivindicam a realização de concurso público para professor e reclamam da falta de diálogo com o governador Cid Gomes [...] Faixas, apitos, narizes de palhaço, cartazes e um violão. Assim, estudantes e professores da Universidade Estadual do Ceará (Uece),

⁶⁷ Alvo de polêmicas desde sua concepção, em 2008, o Aquário Ceará que o Governo quer conceder à iniciativa privada vai operar no vermelho nos dois primeiros anos após iniciar suas atividades. O déficit será de R\$ 5,3 milhões no primeiro ano e de R\$ 350 mil no segundo. Apenas no terceiro é que começará a dar *superávit*, com receita anual estimada em R\$ 2,1 milhões. Mas o retorno do investimento virá com seis anos de maturação, quando o oceanário atingirá público de 1,2 milhão anualmente [...] As obras inacabadas do Aquário Ceará ainda representam consumo de dinheiro público para manter a estrutura longe de ferrugem. Até janeiro deste ano, foram gastos R\$ 138 milhões. (VARELA, o Povo, 2017)

Universidade Regional do Cariri (Urca) e Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) realizaram manifestação ontem em frente à Assembleia Legislativa. A principal reivindicação é a realização de concurso para professores efetivos. Na Uece, são necessários que 300 professores sejam contratados para suprir a demanda. Segundo a pró-reitora de Graduação da Uece, Lineuda Murta, nenhum concurso para professor efetivo foi feito desde 2005”[...] Os manifestantes ironizavam a construção do aquário do Ceará durante a manifestação. “É ou não é piada de salão? Tem dinheiro pro aquário, não tem para a educação” (MANIFESTAÇÃO, 2011, n.p).

Percebemos com essas matérias jornalísticas, que as universidades estaduais sofrem um processo constante de falta de professores, infraestrutura e tudo isso perpassa a questão do financiamento, e prioridades governamentais, sobre isso traremos alguns apontamentos de Venâncio (2014, pp. 206-207)

Desde sua primeira eleição e no início de seu governo em 2007, o governo Cid Gomes, elegeu como seu grande desafio a execução de grandes obras, entre elas podemos citar o Centro de Eventos do Estado do Ceará, Aquário do Ceará, Ponte Estaiada, Castelão e outras. Diante disso, algumas áreas foram prejudicadas na alocação de recursos, entre elas podemos citar a própria Educação Pública, que não teve os investimentos no mesmo nível de crescimento da receita pública e a parte de assistência social [...]

Lima (2003) traça um debate sobre a gestão da Universidade Estadual do Ceará e, acerca da frequente falta de investimento nesta universidade, assevera:

O mais lamentável nesse cenário é que uma universidade do porte e da importância da UECE e que vem demonstrando sinais evidentes do crescimento conviva frequentemente com a falta de recursos financeiros para o fortalecimento de suas atividades. O Governo por sua vez, cobra das universidades mantidas com recursos públicos mais competência para atrair mais receitas extra orçamentárias. O acréscimo de recursos próprios e provenientes de convênios com a iniciativa privada e instituições públicas configura-se como fonte suplementar e muitas vezes, emergencial para a UECE, mas não chega de longe a ser suficiente para a efetivação dos projetos prioritários definidos no Planejamento Estratégico Participativo (LIMA, 2003, p. 181).

Rememorando as pontuações de Moraes (2000) acerca da transformação da Uece em uma universidade de resultados, atrelada às necessidades do mercado e desenvolvimento do estado, vê-se que essa perspectiva caminha junto ao comentário de Lima (2003) ao afirmar a necessidade da busca de recursos externos para complementar a sua manutenção, que muitas vezes é insuficiente.

Sobre os financiamentos externos captados por professores da Uece, Vale (2012) destaca que os líderes de pesquisa na universidade conquistaram 14 milhões de reais nos

últimos quatro anos, através do edital de Pró-Equipamento Institucional/CAPES⁶⁸ e programas da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos), com foco na inovação científica e tecnológica. A supracitada autora destaca os valores de recursos externos recebidos por projetos na Uece:

o Projeto de Infraestrutura do Laboratório Pesquisas estratégicas para o semi-árido com R\$761.249,00; o Projeto Complementação Laboratorial para pesquisa em Saúde Pública e Sanidade Animal com R\$336.495,00; o Projeto Aprimoramento de Infraestrutura de Pós-graduação IEPRO na UECE com R\$695.961,00. Os projetos têm a execução do Iepro. Em 2009, citamos como exemplos: a Construção do Laboratório de Sanidade Animal do Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias, com orçamento de R\$175.000,00; o Projeto de Produção de Caprinos Transgênicos para obtenção de Biofármaco de Interesse em Medicina Humana, com orçamento de R\$972.405,00. Ao total, em 2010, a UECE, via líderes de pesquisa e cursos de pós-graduação, conquistou, pela participação na concorrência de editais, 40 projetos, recebendo o valor de 2.574.413,92; dois projetos, pelo FINEP no total de 306.536,76; 3 projetos pelo MCT totalizando o orçamento de 4.800.000,00; pela FUNCAP foram 27 projetos aprovados, no valor total de 1.427.095,00; pela OMS, 2 projetos, no total de 199.929,40; a DELL financiou um projeto pelo valor de 2.735.100,00; dois projetos pelo BNB, com a soma de 122.650,00; e, pela CAPES, um projeto de 258.000,00 (VALE, 2012 pp. 149-150).

Neste viés de alocação de recursos externos, é importante ressaltar o papel do Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará- Iepro⁶⁹, para a Uece, ao passo que após a efetivação de parceria, este instituto passou a gerir recursos da universidade e receber parte das receitas com os cursos de especialização pagos, como demonstra Vale (2012, p. 156):

Entre a Resolução n°. 356 CONSU (Conselho Universitário) de 12 de junho de 2002, e a Resolução n°. 783 CONSU, de fevereiro de 2011, podemos identificar a aprovação de 50 cursos de especialização/aperfeiçoamentos autossustentáveis, onde 75% vão para o custeio do curso, 5% para o IEPRO (Instituto de Estudos e Projetos), 20% para a FUNECE (Fundação Universitária Estadual do Ceará) destinado para a aplicação de custeio e investimentos de suas atividades e 5% para a faculdade executora do projeto.

⁶⁸ Este programa objetiva apoiar propostas que visem ao suprimento de equipamentos de uso compartilhado e destinado à melhoria da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nos programas de pós-graduação em todas as áreas do conhecimento.

⁶⁹ O Instituto de Estudos, Pesquisas e Projetos da Universidade Estadual do Ceará (IEPRO), é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado em novembro de 1995, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento técnico- científico das instituições públicas e privadas do Estado do Ceará e da região, aproximando as culturas universitária, empresarial e governamental. Justifica-se, também, pela onda de inovações técnicas, organizacionais, gerenciais e financeiras que vêm varrendo as economias desenvolvidas e em desenvolvimento, configurando uma verdadeira revolução empresarial. Está claro que no cenário atual não existe mais espaço para modelos tradicionais de organização e gerência, para a rigidez das estruturas organizacionais complexas, para os estilos autocráticos de gestão. Nesse contexto, e para contribuir para esse novo mundo organizacional, nasceu o IEPRO. Na busca de soluções racionais para essas questões justifica-se a sua inserção no contexto das organizações que pretendem inovar-se para, num cenário de tantas turbulências, associar-se aos setores públicos e privados como um agente eficaz na indução de mudanças (IEPRO- site).

Dentro da comunidade acadêmica, a participação do Iepro nas finanças da universidade é alvo de muitas críticas, devido a falta de transparência na alocação de recursos, posto que na atualidade todas as inscrições em processos seletivos da universidade são destinadas à conta do referido instituto.

Retomando o debate acerca dos investimentos governamentais ao longo dos anos, Lima (2003) e Venâncio (2014) têm posições semelhantes ao afirmar que os governos estaduais descumprem o que está previsto na Constituição cearense no tocante ao repasse de verbas para a educação superior. “[...] demonstrou-se que durante o governo Cid Gomes não foi cumprido o artigo 224 da Constituição Estadual, no qual exige que 5% da Receita Líquida e Transferida sejam destinadas ao ensino superior” (VENÂNCIO, 2014, p. 210).

O supracitado autor demonstra em seu estudo acerca do financiamento das universidades estaduais de 2003 a 2012, que apesar do estado ter obtido grande crescimento financeiro, o mesmo volume de investimento não foi repassado para as instituições.

Constatou-se, nos anos analisados um crescimento substancial da arrecadação própria do Estado do Ceará, entre eles destacou-se o ICMS, IPVA e as receitas patrimoniais. Destaca-se ainda, que nesse mesmo período ocorreu também um aumento das transferências constitucionais de recursos, o FPE (Fundo de Participação do Estado), por exemplo, só no governo de Lúcio Alcântara teve um aumento de quase 53%. Verificaram-se pela relação PIB e gastos das Universidades, que o indicador dos dois governos analisados é praticamente os mesmos, assim em termos de proporção de recursos não há uma grande diferença na alocação dos recursos (VENÂNCIO, 2014, pp. 209-210).

Recorremos ao documento “Demanda Financeira”, elaborado e apresentado pela Pró-Reitoria de Planejamento da Uece - Proplan, no seminário "O Papel da UECE no Desenvolvimento do Ceará", ocorrido entre os dias 17 e 18 de fevereiro de 2014 e fora fruto de acordo com o governador Cid Gomes para encerrar a greve de 2013. Segundo dados apresentados neste documento, elaboramos o seguinte quadro acerca dos limites financeiros impostos a universidade no que se refere aos custeios⁷⁰ finalístico⁷¹ e de manutenção⁷², entre os anos de 2007 e 2014, este último trabalhado na perspectiva de previsão de orçamento.

⁷⁰ Por Custeio entenda-se o recurso concedido anualmente pelo governo, que tem como objetivo garantir as despesas e/ou gastos do órgão.

⁷¹ Limite anual concedido pelo governo do estado, destinado as ações referentes a gastos finalísticos e são voltadas para o atendimento direto à sociedade. Os gastos finalísticos se repetem ao longo do tempo e são despesas correntes relacionadas com a oferta de produtos e serviços a sociedade

⁷² Limite anual concedido pelo governo do estado com liberdade de programação entre as atividades da instituição. É destinado a manutenção da estrutura central do órgão e abrange exclusivamente as ações referentes aos Gastos Administrativos Continuados. São gastos de natureza administrativa que se repetem ao longo do tempo e representam custos básicos do órgão que não geram nenhum bem ou serviço sob sua responsabilidade

Quadro 2- Demonstrativo de Limites Financeiros Liberados para Custeio (R\$)

Custeio	2007	2008	2009	2010
Finalístico	847.935,98	2.162.803,98	2.913.712,34	3.879.501,00
Manutenção	5.527.827,80	7.134.438,64	7.636.660,03	8.417.300,30
Total	6.375.763,78	9.297.242,62	10.550.372,37	12.296.801,30
	2011	2012	2013	2014 (liberado)
Finalístico	9.392.631,52	11.691.227,02	13.646.060,75	10.885.366,29
Manutenção	7.572.076,13	7.548.025,24	7.678.765,27	7.566.457,28
Total	16.964.707,65	19.239.252,26	21.324.826,02	18.451.823,57

Fonte: Uece- Proplan: Demanda Financeira (2014)

Observa-se do referido quadro um crescimento dos investimentos na universidade, porém, ao analisar as despesas, percebemos que estes valores apenas cobrem os gastos mais emergenciais, gerando déficit nas contas da universidade.

O Governo Estadual trabalha com duas grandes rubricas de custeio: manutenção (contas de água, luz, telefone, correio, material de escritório, combustível, locação e manutenção de equipamentos de veículos etc) e finalístico (gêneros alimentícios, bolsas estudantis, passagens, diárias, terceirizados etc). Sabíamos da existência de um déficit, entre o previsto e o realizado, referente ao custeio, mas, agora, temos consciência de seu tamanho. No próximo dezembro encerraremos o ano com um gasto de R\$ 4 milhões a mais do que o projetado para 2012. Este déficit tem origem em mudanças reais no perfil das despesas, por encarecimento de produtos e aquisições não previstas, ou em eventuais equívocos não intencionais de programação. Porém, neste momento, o fato a ser enfrentado, é o déficit (UECE-REITORIA, 2012, n.p).

Ainda no que se refere a evolução do financiamento governamental, o referido comunicado traz a seguinte consideração a respeito do biênio 2012/2014:

O Governo Estadual decidiu contemplar as três universidades estaduais com a previsão de recursos de investimento, visando o biênio agosto/2012 a julho/2014. A UECE recebeu a dotação de R\$ 25 milhões, com a instituição sendo autorizada a, autonomamente, definir onde os recursos serão aplicados. Não mais precisaremos elaborar e reelaborar projetos, para negociação com o Governo Estadual, sem certeza de disponibilidade de recursos e aprovação. Portanto, dentro do processo de Planejamento Democrático, do qual farão parte os novos Diretores, estabeleceremos a política de investimento da UECE. Destaque-se que, *no quadriênio 2004-2008, o valor médio aproximado de investimento foi de R\$ 1.200.000,00/ano; no quadriênio 2008-2012, passamos para R\$ 7.500.000,00/ano e; agora, o valor se eleva para R\$ 12.500.000,00/ano*. Convém ficarmos atentos, no entanto, para o impacto que estas obras causam em segurança, pessoal e manutenção (UECE- REITORIA, 2012, n.p, grifo nosso).

Em 2014, a expectativa de despesas da Uece girava em torno de 20 milhões, que ocasionaria um déficit de 2 milhões, esse valor liberado inicialmente. No entanto, o gasto efetivo do custeio total, ao final de 2014, foi de 33 milhões: 5 milhões para Monitoramento das Ações e Projetos Prioritários do Governo do Estado- MAPP- Gestão e 28 milhões para

custeio geral (finalístico e de manutenção, atendendo aos demais equipamentos de todos os *campi*). Tivemos um investimento no custeio de 10 milhões que deveria ser utilizado na política de assistência estudantil, conquista da greve de 2013 e que será abordada com mais destaque na próxima seção.

Percebemos nos documentos mencionados, que a universidade já vinha se mantendo a muito custo, cortando despesas e lutando para sobreviver. Esta situação piorou nos últimos anos em decorrência da crise que se instalou no país e que teve forte impacto nas contas da Uece, na qual foi demandado um corte de 25% em suas contas.

Como é do conhecimento de todos, os governos federal, estaduais e municipais atravessam momento de extremas dificuldades financeiras, anunciando ajustes e cortes, em frequência quase diária. As instituições públicas, vinculadas a estes governos, vivem situação semelhante. A decisão do Governo do Ceará, linear para todos os órgãos, exceto saúde e educação básica, foi de um corte de 25% em relação ao custeio executado em 2014. A FUNECE realizou, em 2014, um custeio na ordem de R\$ 27 milhões. A aplicação do corte levaria nosso custeio, em 2015, para um valor em torno de R\$ 21 milhões, equivalente ao que foi executado em 2013 (UECE- REITORIA, 2015, n.p).

Através de processos de negociação, o corte foi reduzido para 20% do custeio anterior, ficando a Uece com uma estimativa de verbas de 22 milhões. Para se adequar a esta realidade, a Reitoria implementou vários cortes, dentre os quais:

Agora é hora de medidas de maior impacto, dentre estas os seguintes ajustes: suspensão do apoio, com diárias e passagens, à participação dos docentes em eventos científicos, sobretudo enquanto não for assinado o PROAP/CAPES 2015 para os docentes da pós-graduação *stricto sensu*; redução em 20% do auxílio financeiro a estudantes para participação em eventos acadêmicos, visando o esforço de preservar bolsas; suspensão da reposição dos bolsistas, pagos com recursos da FUNECE, quando desligados dos respectivos programas; suspensão da reposição dos trabalhadores terceirizados, quando desligados do quadro de pessoal; transferência, para 2016, da implantação da ala de clínica e cirurgia de grandes animais do Hospital Veterinário; suspensão do apoio à realização de eventos externos com sede em nossas dependências; suspensão do apoio à reprodução de material gráfico demandado pelos eventos de qualquer natureza, excetuando-se casos extraordinários rigorosamente pactuados com a Reitoria; e aprofundamento do combate ao desperdício, com destaque para os itens que compõem contas públicas (luz, água, telefone), material de consumo (expediente, limpeza, combustível), ração animal e gêneros alimentícios (UECE- REITORIA, 2015, n.p).

Estava instalado um cenário de caos na universidade, com recursos limitados, bolsas estudantis atrasadas, ocasionando diversos problemas para estudantes permanecerem na universidade, principalmente os residentes no interior do estado, que necessitavam deste auxílio para arcar com os custos de deslocamento, alimentação, xerox e aquisição de materiais para as aulas. Sobre os auxílios disponibilizados na Uece, trazemos o quadro a seguir:

Quadro 3- Bolsas Prae e Proex de 2008 a 2016

	PRAE	PROEX	ESTUDANTES
2008	260	90	17.037
2009	260	90	16837
2010	260	90	16.306
2011	260	90	16.487
2012	258	90	17.837
2013	258	100	18.138
2014	900	200	18.499
2015	801(631 FECOP E 164 FUNECE)	200	17.885
2016	801(631 FECOP E 164 FUNECE)	325	16.975

Fonte: Uece em Números- Elaboração Própria (2018)

Dos dados acima, podemos tecer alguns comentários. Primeiro, destacando que até 2013, as bolsas de auxílio e permanência da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis- Prae tinham uma cota de cerca de 260 bolsas para atender todas as unidades da Uece no interior e capital. O subsídio pago também era irrisório, R\$ 200,00 e cerca de R\$ 40,00 de auxílio transporte, realidade esta que só fora modificada em decorrência da greve de 2013, que obteve verba de 10 milhões para a assistência estudantil. Com isso, expandiu-se o número e valor das bolsas, conforme pode ser verificado no quadro acima. Contatamos, então, a falta de bolsas, que apenas perdia para as bolsas de extensão da universidade, as bolsas da Pró- Reitoria de Extensão - Proex, que eram em 2008 apenas 90 para a demanda de toda a instituição e foram duplicadas em 2014, passando a 200. Em 2016, foram disponibilizadas 326 bolsas, número ainda pequeno diante da quantidade de estudantes e projetos vigentes na universidade.

Em 2016, mesmo com todos os cortes impostos no ano anterior, que ocasionaram atrasos no repasses das bolsas mencionadas anteriormente, foi solicitado um novo ajuste e a nota da reitoria expôs as seguintes informações:

Em fevereiro de 2015, o COGERF nos informou que seria necessário realizar um corte de 20% sobre os 28 milhões. Ao longo de todo o ano, mês a mês, demonstramos a impossibilidade do corte solicitado, tendo as negociações resultadas em corte da ordem de apenas 5%, em 2015. O corte sobre o valor absoluto foi este, mas agregue-se o fator inflacionário de 2015, restando uma dívida repassada para 2016, na ordem de 2,7 milhões. [...] Em fevereiro de 2016, o COGERF nos informou que seria necessário um novo corte de 15%, cumulativo ao de 2015. Grande negociação resultou em proteção das universidades estaduais em relação a este novo corte. Agregue-se novo fator inflacionário, o de 2016, e a negociação ainda em curso sobre o pagamento da dívida de 2015, mas novo corte não houve em 2016 (UECE-REITORIA, 2016, n.p).

Apesar desse cenário de abandono e falta de recursos, a Reitoria da instituição negou que a mesma se encontrava em falência no ano de 2017, apesar do vice-reitor ter

afirmado em reunião com o movimento estudantil que a mesma não tinha condições de sobreviver se ocorressem novos cortes e não tivesse a injeção de verbas por parte do governo.

A UECE atravessa grandes dificuldades financeiras, mas os salários e os direitos trabalhistas dos servidores docentes e técnico-administrativos estão garantidos; o investimento teve reestruturada a capacidade de pagamento das obras iniciadas e em execução; o custeio, reduzido em 10% na comparação com 2016, juntamente com a dívida do ano anterior, estão em processo de renegociação; e a administração da universidade tem se conduzido com responsabilidade, republicana e democrática, na condução da gestão, lutando para garantir, com prioridade, o que foi pactuado junto ao Conselho Diretor/FUNECE: não cortar número de bolsas estudantis, reduzir valor em caso de emergência visando repará-lo rapidamente, e não cortar terceirizados. Não há, portanto, qualquer semelhança com os casos de outras universidades estaduais brasileiras que estão paralisando suas atividades em função da crise financeira (UECE-REITORIA, 2017, n.p).

Percebemos do exposto nas notas oficiais da universidade, o quanto a mesma sofre constantemente com a falta de recursos e que se mantém viva com base em muita luta e resistência. Apesar desse contexto adverso, a Uece vem crescendo e apresentando grandes pesquisas e projetos para a sociedade. Sobre esse crescimento e reconhecimento, traçaremos alguns comentários e elencaremos alguns dados no próximo tópico.

3.3 Uece: apesar do descaso, contraditoriamente vai crescendo e aparecendo

Apesar do descaso, a Uece segue crescendo, como apontavam os dados gerais da instituição em 2018⁷³ na qual apresentava 78 cursos de graduação⁷⁴ com 17.334 alunos matriculados, 12 doutorados⁷⁵, 17 mestrados acadêmicos⁷⁶, conta ainda com 13 mestrados

⁷³ Dados disponíveis na notícia: Uece completa 43 anos de criação e projeta ações para 2018

⁷⁴ Enfatizando o crescimento, o Conselho Universitário (Consu) da Universidade Estadual do Ceará (Uece) aprovou, por unanimidade, na última segunda-feira (05/03), a criação do curso de Terapia Ocupacional.

⁷⁵ Os programas de Doutorado da Uece são: Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias- FAVET; Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada- CH; Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde- CCS; Programa de Pós-Graduação em Geografia- CCT; Programa de Pós-Graduação em Educação- CED; Programa de Pós-Graduação em Administração- CESA; Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva- CCS; Programa de Pós-Graduação em Sociologia- CH/CESA; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas- CESA; Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas. Doutorado em Redes: Biotecnologia RENORBIO e Doutorado em Associação Ampla de IES-UECE/UFC/UNIFOR: Saúde Coletiva - CCS(UECE-PROPGPQ- site, 2018)

⁷⁶ Os programas de Mestrado Acadêmico são: Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas; Programa de Pós-Graduação em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde; Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva; Programa de Pós-Graduação em Geografia; Mestrado Acadêmico em Nutrição e Saúde; Mestrado Acadêmico em Recursos Naturais; Mestrado Acadêmico em Ciência da Computação; Mestrado Acadêmico em Ciências Físicas Aplicadas; Programa de Pós-Graduação em Educação; Programa de Pós-Graduação em Administração; Mestrado Acadêmico em Serviço Social, Trabalho e Questão Social; Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada; Programa de Pós-Graduação em Sociologia- CH/CESA; Mestrado Acadêmico em Filosofia; Mestrado Acadêmico em História e Culturas; Programa de Pós-Graduação em Ciências Veterinárias – FAVET; Mestrado Acadêmico em Educação e Ensino (FAFIDAM/FECLESC); Mestrado Acadêmico em Interdisciplinar em História e Letras – FECLESC (UECE- PROPGPQ- site, 2018)

profissionais⁷⁷ e 63 turmas de especialização. A instituição vem se consolidando no cenário cearense como uma universidade de referência e excelência, com docentes e estudantes sendo reconhecidos nacionalmente e internacionalmente por suas pesquisas e estudos, como veremos a seguir, crescimento este possibilitado também pela expansão dos cursos de mestrado e doutorado nos últimos anos.

Quadro 4- Evolução da pós-graduação Uece

	Mestrado acadêmico	Mestrado profissional	Doutorado	Turmas especialização
2008	13	3	3	54
2009	13	3	3	85
2010	13	3	3	83
2011	15	7	5	86
2012	17	7	7	86
2013	17	9	9	58
2014	17	9	9	47
2015	17	10	9	45
2016	18	14	12	44

Fonte: Uece em Números- Elaboração Própria (2018)

Ao observar o quadro, notamos o crescimento no âmbito da pós-graduação na instituição, tanto de cursos de mestrado acadêmico, que em 2008 eram 13 e em 2016 já contava com 18 programas funcionando. E também dos cursos de doutorado, que saíram de 3 em 2008 para 12 em 2016. Observando o viés da mercantilização da universidade, verifica-se o grande crescimento de mestrados profissionais, saindo de 3 em 2008, para 14 em 2016. Destacam-se as alterações no PNE, através da meta⁷⁸ 14, que trata da ampliação das vagas na pós-graduação e que isso pode ser por meio de mestrado a distância e financiamento para mestrados profissionais, colaborando, assim, para o seu crescimento.

⁷⁷ Os Mestrados Profissionais são: Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional- CCT; Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional - (Profletras); Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional (PROFBIO); Mestrado Profissional em Física em Rede Nacional Polo UECE; Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas- CESA; Mestrado Profissional em Biotecnologia em Saúde Humana e Animal-PROPGPq; Computação Aplicada - CCT ; Mestrado Profissional em Saúde da Criança e do Adolescente -CCS; Mestrado Profissional em Saúde da Família-CCS; Mestrado Profissional em Ensino na Saúde-CCS; Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos- CESA/CCT; Mestrado Profissional em Climatologia e Aplicações nos Países da CPLP e África- CCT; Mestrado Profissional em Gestão em Saúde – CCS; Mestrado Profissional em Transplante (UECE-PROPGPQ- site, 2018)

⁷⁸ O PNE, em sua meta 14, traz as seguintes estratégias: 14.1) expandir o financiamento da pós-graduação *stricto sensu* por meio das agências oficiais de fomento; 14.2) estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa; 14.3) expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação *stricto sensu*; 14.4) expandir a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu*, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância (PNE, 2014. p. 40)

Outro ponto importante é o número de turmas em funcionamento de cursos de especialização, demonstrando o quanto esta modalidade de ensino encontrou espaço para o seu desenvolvimento na universidade, seja por fatores de incentivo da própria instituição e Iepro, ou por parte do próprio corpo docente, que por muitas vezes utiliza este trabalho como complementação de renda. Estes cursos pagos constituem um grande caso de discórdia na universidade, ao passo, que foi votado em processo de revisão dos estatutos a proibição dos mesmos e em votação do Conselho Universitário, tal posicionamento foi revisto.

Como já destacava Morais (2000), é a transformação da Uece em uma universidade focada na prestação de serviços, e que teria o incentivo a outras modalidades de ensino e as formas como seriam prestadas de acordo com as demandas do mercado.

Retomando o debate acerca do crescimento da pós-graduação e a relevância que isso tem para a sociedade, tanto na formação de estudantes quanto de professores, elencamos a partir do *site* da Uece, as notícias referentes às premiações de estudantes e professores, buscando como forma de pesquisa as palavras: premiado, prêmio e premiada. Os resultados foram disponibilizados no quadro que segue:

Quadro 5- Premiações a professores e estudantes da Uece

PREMIAÇÃO	DATA DA NOTICIA
Professor da UECE tem trabalho premiado com o Newton Mobility Grant da Inglaterra	04 de Abril de 2018
Alunos da Pós-Graduação em Geografia da Uece são finalistas em prêmio nacional	26 de Março de 2018
Uece é novamente premiada em Congresso Brasileiro de Software	02 de Outubro de 2017
UECE é destaque no Prêmio CAPES de Tese	16 de Outubro de 2017
Doutoranda do ProPGeo/Uece é premiada em 1º lugar no XII SBCG	03 de Novembro de 2016
Goes/Uece recebe prêmio de melhor artigo em Congresso Brasileiro de Software	28 de Setembro de 2016
Pesquisatores são premiados em Festival de Esquetes	04 de Agosto de 2016
Estudante de Química da Uece conquista prêmios em feira de Ciências e Engenharia	19 de Abril de 2016
Aluno da Facedi é premiado em universidade portuguesa	20 de Novembro de 2015
Professora da Faec/Uece recebe Prêmio Krostsch de Estudios sobre la Universidad	18 de Novembro de 2015
Professores e alunos do CMACFA são premiados em Simpósio Internacional	06 de Novembro de 2015
Aluna do ProPGeo é premiada em Encontro Nacional de Geografia	20 de Outubro de 2015
Dissertação do MACC ganha prêmio de Incentivo em Ciência e Tecnologia para o SUS	17 de Novembro de 2015
Estudante de Nutrição da UECE recebe prêmio de melhor estagiária do IEL	14 de Outubro de 2015
Professor do Mestrado de Física da Uece concorre ao prêmio ENI Award 2016	09 de Outubro de 2015
Mestrando da Uece tem artigo premiado em Simpósio Internacional, na Itália	10 de Setembro de 2015
Prêmio de melhor Dissertação de Mestrado da área de Ciências & Tecnologia	28 de Julho de 2015
Equipe do LARCES tem trabalho premiado em conferência no Camboja	26 de Janeiro de 2015
PPGCV recebe mais um Prêmio Capes de Tese	15 de Dezembro de 2014
Monografia de conclusão de curso da UECE ganha prêmio do Tribunal de Justiça	05 de Dezembro de 2014

PPGCV ganha pela sexta vez Prêmio Capes de Tese	06 de Outubro de 2014
Livro organizado por professora da UECE é finalista do Prêmio Jabuti 2014	26 de Setembro de 2014
Professora da UECE ganha Prêmio de Inovação do Setor Químico 2014	15 de Setembro de 2014
Aluno e funcionário da FECLESC ganha dois prêmios no mesmo dia	06 de Junho de 2014
Professora da FAEC é premiada pela Universidad Nacional Autónoma de México	16 de Abril de 2014
Ensaio sobre imagem das pessoas com deficiência em selos é premiado	11 de Abril de 2014
Mestre em Políticas Públicas pela UECE é premiada pelo Programa Mulher e Ciência	05 de Março de 2014
Pesquisa de professor da UECE sobre o sagrado e o silêncio é premiada duas vezes	14 de Fevereiro de 2014
“Semana Universitária da UECE” agraciado com Prêmio Ceará de Cidadani@	20 de Novembro de 2013
Projeto Wikidesafios, do CADM/UECE, recebe Prêmio Jeito Universitário	31 de Outubro de 2013
Nas sete últimas edições do Prêmio Capes de Tese, PPGCV foi agraciado cinco vezes	09 de Outubro de 2013
Professora da FAFIDAM é agraciada com Prêmio Capes de Tese	09 de Outubro de 2013
Aluno da UECE é premiado em simpósio internacional de climatologia	07 de Outubro de 2013
Ex-aluno da UECE ganhador do Prêmio Professor Nota 10 visita a Reitoria	19 de Dezembro de 2012
FAVET ganha pela terceira vez Prêmio Capes de Teses	27 de Novembro de 2012
UECE ganha segundo lugar no Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica 2012	20 de Novembro de 2012
Ex-aluno da UECE ganha Prêmio Professor Nota 10, da Fundação Victor Civita	04 de Outubro de 2012
Professora lança livro de ensaio laureado com Prêmio Osmundo Pontes	03 de Outubro de 2012
Ex-aluno da UECE do Curso de Letras ganha Prêmio Educador Nota 10	10 de Agosto de 2012
Ex-aluna do PPGCV/FAVET recebe Prêmio Tese 2011 da CAPES	11 de Junho de 2012
Professor e alunos do curso de Medicina da Uece são premiados no CREMEC	30 de Janeiro de 2012
Rádio Web Ajir, coordenada por prof. da Uece, recebe prêmio em Brasília	29 de Dezembro de 2011
Uece vencedora do Prêmio FINEP INOVAÇÃO 2011	05 de Dezembro de 2011
Uece: a grande vencedora do Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica 2011	10 de Novembro de 2011
Uece premiada com quatro projetos no “Prêmio Ceará de Cidadani@ Eletrônica”	26 de Outubro de 2011
Ex-aluno da UECE ganha Prêmio de Melhor Tese em São Paulo	20 de Outubro de 2011
Alunos da Física da UECE têm trabalho premiado em Congresso Nacional	06 de Outubro de 2010
Médica Veterinária da Uece é indicada para o maior prêmio da Ciência Veterinária no país	04 de Outubro de 2011
Doutorandas da UECE são premiadas na XXIV Reunião Anual da SBTE	02 de Setembro de 2010
Professora da FAVET ganha prêmio como co-autora de artigo científico	06 de Janeiro de 2010
Pesquisador da UECE recebe Prêmio do CIESP	15 de Dezembro de 2009
UECE recebe Prêmio FINEP 2009/Região Nordeste	25 de Novembro de 2009
UECE é a segunda no Prêmio FINEP 2009/Região Nordeste	18 de Novembro de 2009
Pesquisadora da UECE ganha Prêmio na Área de Turismo	28 de Setembro de 2009
UECE mais uma vez ganha o Prêmio Capes de Teses em Medicina Veterinária	02 de Junho de 2009
Alunos da UECE são premiados no V Edital de Incentivo às Artes da SECULT	05 de Março de 2009

Fonte: site Uece- Elaboração própria (2018)

Vislumbramos com esta busca no *site* da universidade o quanto ela tem sido reconhecida em diversos setores da sociedade, seja através de prêmios científicos, literários, reconhecimento a qualidade de teses e dissertações, trabalhos distintos. É uma demonstração da excelência dos membros da comunidade acadêmica ueceana, que apesar dos diminutos investimentos, produz conhecimento e busca formas de socializar.

Destacamos o pouco investimento, pois a instituição em muitos casos não fornece auxílio para estudantes e professores participarem de eventos, ou como fora exposto

anteriormente, corta os auxílios que já são escassos. Sobre o financiamento aos programas⁷⁹ de iniciação científica vigentes na instituição, apresentamos os dados das bolsas disponíveis de 2008 a 2016:

Quadro 6- Bolsas de Iniciação Científica na Uece- 2008 a 2016

	IC UECE	I A	FUNCA P	PIBI C	PIBIC AF	PIBIC EM	PIBIT I	PROVI C	TOTA L	ESTUDANTE S
2008	172		121	110	0		0	94	497	17037
2009	176		130	135	0		0	226	667	16837
2010	177		170	149	2		10	235	743	16306
2011	152	25	180	155	2	69	10	210	803	16487
2012	153	25	180	163	2	80	10	278	891	17837
2013	152	25	180	163	2	0	10	186	718	18138
2014	234	16	198	174	2	0	10	0	634	18499
2015	234	16	216	174	2	0	10	0	652	17885
2016	234	16	214	174	2	0	9	0	649	16975

Fonte: Uece em Números- Elaboração Própria (2018)

Observando a quantidade de bolsas de iniciação científica disponíveis em 2008, temos um total de 497, para um total de mais de 17 mil alunos, ressaltando que 94 destas pertenciam ao Programa Voluntário de Iniciação Científica- Provic, um programa de bolsas não remuneradas da universidade, que visava aumentar e legalizar a existência de atividades de pesquisa sem financiamento. Este programa ajudou a aumentar a quantidade de bolsas na instituição nos anos de 2008 a 2013, sendo que em 2012 contemplou 278 estudantes. E neste ano de 2012, tivemos o ápice do número total de bolsas, numa quantidade de 891 para um universo de mais de 17 mil estudantes matriculados. Em 2016, o número total de bolsas cai para 649, para um total de 16 mil alunos. Ou seja, a quantidade de bolsas não chega a atender 20% dos estudantes matriculados na universidade, que acabam por não realizar uma das atividades do tripé universitário, a pesquisa.

Neste viés da pesquisa, cabe destacar o reconhecimento dado pela mídia cearense a inúmeros projetos de professores da Uece, dentre os quais podemos destacar a vacina contra a dengue.

A primeira vacina vegetal de combate a dengue é cearense. A Universidade Estadual do Ceará (UECE), trabalha na pesquisa desde 2006, mas só agora conseguiu

⁷⁹ PIBIC/CNPq: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica; PIBITI/CNPq: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; PIBIC-AF/CNP: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - ações alternativas; PIBIC-EM/CNPq - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Júnior, ICT/FUNCAP: Programa de Iniciação Científica e Tecnológica; IC/UECE: Programa de Iniciação Científica; IA/UECE: Programa de Iniciação Artística; PROVIC/UECE: Programa Voluntário de Iniciação Científica (sem financiamento).

desenvolver o medicamento, que já foi testado em camundongos com sucesso. Segundo a professora Isabel Guedes, bioquímica responsável pela pesquisa, o processo é totalmente pioneiro. Trata-se da primeira vacina no mundo de origem vegetal, afirma. Outro grande diferencial é que pela primeira vez se consegue uma vacina tretravalente, para os quatro tipos de vírus da doença, incluindo a da dengue hemorrágica (CEARENSES, 2011, n.p).

Na ocasião a pesquisadora relatou as dificuldades de realizar este estudo e as novas questões que surgiram para continuação dos estudos, agora com seres humanos. Ela pontuava a falta de verbas para executar esta etapa na Uece e os órgãos governamentais exigiam que ela submetesse outro projeto para pleitear o financiamento. Ainda sobre isso, a Uece noticiava que esta pesquisa estava protegida e poderia servir ao mercado futuramente.

A UECE protegeu a pesquisa por meio do seu Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), através de depósito de pedido de patente junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Neste momento, o NIT e a Rede de Núcleos de Inovação Tecnológica do Ceará (Redenit-CE) estão trabalhando na transferência desta tecnologia para o mercado, a fim de que a vacina possa ser produzida em escala industrial e beneficiar, assim, a população (PRIMEIRA,2011, n.p).

Temos um cenário de reconhecimento da importância das pesquisas executadas nesta instituição, apesar do pouco ou nenhum financiamento. No intuito de expor rapidamente outros estudos relevantes para a sociedade cearense, destacamos alguns que encontramos em busca rápida no *site* da universidade.

Quadro 7- Pesquisas de destaque da Uece

Pesquisa da Uece mostra como baratear preço e melhorar a qualidade do queijo coalho
Pesquisa da Uece analisa impacto dos ansiolíticos na vida das mulheres
Pesquisa da Uece é destaque em revista da Califórnia
Pesquisador da Uece explica relação entre mudanças climáticas e crise hídrica
Pesquisadores da Uece integram ação internacional contra a dengue
1ª vacina de origem vegetal no mundo combate vírus da dengue

Fonte: Site Uece- Elaboração Própria (2018)

Podemos verificar nestas poucas pesquisas elencadas, a ampla área de estudos que abrangem, desde a melhoria no preparo do queijo coalho; estudos relacionados ao clima, a já mencionada pesquisa acerca da dengue. Isso demonstra o papel que a Uece tem para a melhoria em nosso estado, ao passo que muitos professores estão atentos a realidade local e às próprias demandas da classe trabalhadora, na contramão das pesquisas encomendadas que visam atender exclusivamente as necessidades do capital.

Como já fora mencionado anteriormente, a Uece vem sendo apontada como uma das melhores universidades do país, tanto no âmbito de instituição, quanto tem seus cursos premiados em pesquisas acerca da qualidade destes.

Quadro 8- Notícias da Excelência da Uece na mídia

NOTICIA	ANO	LINK
Uece está entre as 50 melhores instituições brasileiras no ranking do SCImago	2018	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/95138-2018-03-15-12-03-26
Uece está entre as 50 melhores instituições brasileiras no ranking do SCImago	2018	http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/pagina-inicial/3-lista-de-noticias/45841-uece-esta-entre-as-50-melhores-instituicoes-brasileiras-no-ranking-do-scimago
Uece sobe no padrão de qualidade e curso de Medicina é o melhor do N/NE	2017	http://blogdoeliomar.com.br/2017/12/02/uece-sobe-no-padrao-de-qualidade-e-curso-de-medicina-e-o-melhor-n-ne/
Uece entre as 10% melhores instituições do mundo no Webometrics Ranking	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94704-2017-10-03-21-05-29
Cursos da UECE entre os melhores do Brasil	2017	http://www.sct.ce.gov.br/index.php/noticias/62231-cursos-da-uece-entre-os-melhores-do-brasil
Ranking aponta Uece como melhor universidade estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil	2017	http://www.ceara.gov.br/2017/09/20/ranking-aponta-uece-como-melhor-universidade-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-brasil/
UECE mais uma vez, a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País	2017	http://www.sct.ce.gov.br/index.php/noticias/62244-uece-mais-uma-vez-a-melhor-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-do-pais
Uece é a melhor universidade estadual do Centro-Oeste, Nordeste e Norte, aponta pesquisa	2017	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/09/uece-e-a-melhor-universidade-estadual-do-centro-oeste-nordeste-e-nort.html
Curso de Medicina da UECE é o 3º melhor do Brasil no ENADE	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94640-2017-09-06-17-30-28
Uece tem cursos entre os 15% melhores do Brasil	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94635-2017-09-05-14-02-56
Alunos do curso de Administração da Uece estão entre os 5% melhores do país	2017	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/94205-2017-03-15-12-20-47
Pela 6ª vez, Uece é a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/93793-2016-09-21-11-42-24
Uece é eleita a melhor universidade estadual no Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/09/uece-e-eleita-a-melhor-universidade-estadual-no-norte-nordeste-e-cent.html
Cursos de Letras da Uece estão entre os melhores do país segundo o MEC	2016	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/92999-2016-01-11-11-58-50
Uece é mais uma vez a melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2016	http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/educacao/uece-e-mais-uma-vez-a-melhor-estadual-do-norte-nordeste-e-centro-oeste/
Carlos Felipe ressalta posição da Uece no Ranking Universitário da Folha	2015	https://www.al.ce.gov.br/index.php/oradores-expedientes/item/45313-17-09-2015-gm02
Uece é a melhor universidade estadual entre 3 regiões pela 5ª vez	2015	http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/educacao/uece-e-a-melhor-universidade-estadual-entre-3-regioes-pela-5a-vez/
Uece mais uma vez é melhor Estadual do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2015	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/92650-2015-09-16-16-02-42
Ranking: UECE é a melhor universidade estadual do N/NE	2014	http://sobralonline.com.br/ranking-uece-e-melhor-universidade/
UECE continua como melhor estadual do N/NE e oitava do País	2014	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/91439-uece-continua-como-melhor-estadual-do-nne-eoitva-do-pais

Ranking: UECE é a melhor universidade estadual do N/NE	2014	http://www.oestadoce.com.br/geral/ranking-uece-e-a-melhor-universidade-estadual-do-nne
UECE é classificada como 1ª melhor universidade estadual do N, NE e C-O	2013	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/90208-uece-e-classificada-como-a-1o-melhor-universidade-estadual-do-n-ne-e-centro-oeste
Uece é classificada como a 1ª melhor universidade estadual do N, NE e Centro-Oeste	2013	http://www.gabgov.ce.gov.br/2013/09/11/uece-e-classificada-como-a-1o-melhor-universidade-estadual-do-n-ne-e-centro-oeste/
Cursos da UECE entre os melhores na avaliação do MEC	2012	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/2930-cursos-da-uece-entre-os-melhores-na-avaliacao-do-mec
Uece é a 8ª melhor Universidade Estadual Brasileira e a 1ª do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2012	http://www.funcap.ce.gov.br/index.php/component/content/article/3-lista-de-noticias/44122-uece-e-a-9o-melhor-universidade-estadual-brasileira-e-a-1o-do-norte-nordeste-e-centro-oeste-
UECE é a 8ª melhor Universidade Estadual Brasileira e a 1ª do Norte, Nordeste e Centro-Oeste	2012	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/2481-uece-e-a-9o-melhor-universidade-estadual-brasileira-e-a-numero-um-do-norte-nordeste-e-centro-oeste
Cursos de Graduação da UECE estão entre os melhores do país	2011	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/1852-cursos-de-graduacao-da-uece-sao-bem-avaliados-no-guia-do-estudante
UECE melhora sua posição no ranking da avaliação da CAPES	2010	http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/1267-uece-melhora-sua-posicao-no-ranking-da-avaliacao-da-capes

Fonte: Internet- Elaboração Própria (2018)

Observando as notícias, percebemos que em alguns momentos os *sites* do governo do Ceará (Gabinete do Governador- Gabgov, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior- Secitece, Assembleia Legislativa- ALCE, Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa- Funcap), divulgam as conquistas de prêmios da universidade, quando a realidade é que estes mesmos órgãos ignoram os seus problemas e sucateamento. Por vezes acionaram batalhões da polícia para reprimir professores e estudantes, quando estes vão aos seus recintos protestar contra o descaso com as universidades estaduais cearenses.

Falta de diálogo com as universidades que acaba sendo uma marca de muitos governos estaduais, que preferem ignorar as necessidades da comunidade acadêmica e protelar a solução de muitas demandas, que conforme verificamos, se repetem ao longo de sua história, como falta de concursos, falta de financiamento ao nível de seu crescimento e as questões infraestruturais.

O governo de Cid Gomes foi caracterizado por uma absurda falta de diálogo, ao passo que o mesmo não negociava com os segmentos da universidade (sindicato, movimento estudantil e até mesmo a gestão), nem em greve e nem fora de movimento paredista. Foi um governo de duros embates entre comunidade acadêmica e o governo. Embates estes que serão detalhados no capítulo posterior, que pauta as resistências dos movimentos paredistas da universidade, com foco nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes.

4 RESISTÊNCIA DO MOVIMENTO DOCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

“Cumprindo o seu duro dever
 E defendendo o seu amor
 E nossa vida
 Mas eu não estou interessado
 Em nenhuma teoria
 Em nenhuma fantasia
 Nem no algo mais
 Longe o profeta do terror
 Que a laranja mecânica anuncia
 Amar e mudar as coisas
 Me interessa mais.” (Alucinação- Belchior)

“Não baixe a guarda, a luta não acabou”. (Samba
 Sambei- Criolo)

No capítulo anterior expusemos as contradições que permeiam a história de formação da Uece e seu caráter historicamente precarizado, objetivamos agora expor como se efetivou a constituição da Sinduece e sua trajetória de luta em defesa da Uece. Usamos como fontes de pesquisa, jornais de circulação local, atas, notas, panfletos e os documentários produzidos pelo sindicato, além de seu *site*. Destacamos que, apesar dos esforços, as fontes de pesquisa com registros do próprio sindicato não foram muitas, dificultando um pouco o acesso a algumas informações relevantes, principalmente no tocante a origem do sindicato.

4.1 A questão sindical na Universidade Estadual do Ceará

Como fora antecipado na introdução deste trabalho, a história de lutas em defesa da Uece está ligada a própria consolidação do movimento docente da Universidade. Este movimento começou a sua organização através do Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará -Sindesp⁸⁰, mas o mesmo perdeu legitimidade com a categoria docente, resultando em anos de disputa pelo controle de sua direção, fato que não se concretizou, fazendo com que os docentes das três estaduais optassem pela criação de seções locais do Andes.

⁸⁰ O SINDESP foi criado em Assembleia de professores da UECE, da URCA e da UVA, convocada através de edital publicada no dia 07 de setembro de 1989 no jornal O POVO e realizada no dia 13 de setembro de 1989 no auditório Central do Campus do Itaperi. Disponível em: <http://www.sindesp.org.br/>

A constituição da Sinduece demandou uma trajetória de luta. Uma comissão pró-seção sindical foi tirada em abril de 2002 e que acabou inserindo-se em diversas lutas e atividades, dentre as quais se pode citar a inserção na reivindicação por concurso docente, que culminou na abertura de concurso nesse mesmo ano, com oferta de 130 vagas.

Nesse contexto, um grupo de professores começou a se reunir e discutir a criação de uma organização que expressasse a ânsia de mudança bem como se tornasse um instrumento para congregar e organizar os docentes de maneira autônoma e combativa. Assim, a Sinduece foi construída pela iniciativa do movimento de professores do interior e o movimento Em Defesa da Uece, atuante na capital. Estes movimentos herdaram o espírito combativo presente na história da universidade. Ressalta-se, ainda, a relevância da comissão Pró-Seção Sindical do Andes na Uece:

[...] constituída em Assembléia de docentes da UECE em abril de 2002 no Auditório Central do Itaperi. A Comissão editou seis números do Boletim LUTA DOCENTE e deu andamento às reivindicações por concurso público, parcialmente atendidas com a realização do concurso público para professores efetivos em 2002, com a oferta de 130 vagas. Outras atividades foram destacadas como a participação nas lutas salariais dos funcionários públicos do Estado e a representação da UECE, através de delegados que representavam os inscritos na Secretaria Regional, em número de 52, nos encontros do ANDES - SN. Destacou que não havia mais como esperar para criarmos nossa Seção Sindical. A seguir, foi aberta a palavra aos presentes, quando se pronunciaram: Professora Elvira Sá de Moraes lembrou, dizendo-se emocionada, vários momentos da luta sindical, o empenho e, por fim, a criação da Seção Sindical (SINDUECE- ATA DE CRIAÇÃO, 2002, p. 2).

Dessa forma, a Sinduece foi oficialmente criada no dia 11 de dezembro de 2002 mediante realização de assembleia da categoria, com o intuito de combater os graves problemas estruturais que a universidade foi relegada pelos sucessivos governos cearenses, já apontados no decurso dessa pesquisa. Além disso, a Uece passava por administrações autoritárias e submissas aos ditames do gestor estadual de plantão, fato que ameaçava notadamente sua autonomia.

Figura 1- Assembleia de criação Sinduece



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)-2002

Figura 2- Posse da gestão provisória



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)-2002

Nesse cenário de criação, o Andes-SN teve papel fundamental, como destacado na carta da Regional do Andes acerca da criação da Sinduece em 12 de dezembro de 2002

Escrevo-lhes com grande alegria para informar que ontem, 11 de dezembro de 2002, os professores da UECE fundaram sua Seção Sindical do ANDES-SN, a SINDUECE - SEÇÃO SINDICAL. Com cerca de 70 docentes presentes, a assembléia de criação da seção transcorreu em clima de emoção permanente, já que a luta pela sua fundação remonta a mais de 10 anos e não foram poucos os companheiros(as) que viram ali a culminância de uma longa trajetória de lutas. A presença de vários lutadores e lutadoras que buscaram construir o ANDES- SN no âmbito da UECE, o conjunto de depoimentos dados pelos docentes que participaram deste processo e a presença de novos professores da UECE deu à criação da seção um sentido de continuidade da luta.

Desde a sua criação, a Sinduece já pautava a defesa do ensino público, a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão e a necessidade de articulação entre as três categorias que compõem a universidade: professores, estudantes e servidores técnico-administrativos. Tal articulação entre os segmentos possibilitou êxito em algumas mobilizações em defesa da Uece. Para pontuar de forma mais qualificada a trajetória de lutas e embates do sindicato, apresentamos um resgate⁸¹ de todas as diretorias, da criação ao ano atual (2018).

4.1.1 Diretoria Provisória 2002/2004 (11/12/2002 a 27/05/2004)

⁸¹ Informações extraídas e atualizadas do artigo: ALVES, Danielle Coelho; ROCHA, Antonia Rozimar Machado e. A defesa da educação superior pública estadual no Ceará: o papel da Sinduece na organização e intensificação da luta e resistência dos docentes (p .133-147). In: RIBEIRO, Luis Tavora Furtado et al (org). **Educação brasileira em debate**. Curitiba: CRV, 2017

Esta diretoria tomou posse num cenário de descaso do governo estadual com a Uece, que se expressava sobremaneira no quadro de carência de docentes e num ambiente físico amplamente precarizado, e conforme conjuntura exposta anteriormente nesta pesquisa. Compuseram esta gestão: Presidente: Lena Lúcia Espíndola Rodrigues Figueirêdo; Vice-Presidente: Maria Cristina de Queiroz Nobre; Secretária Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1º Secretário: Francisco Martins de Sousa; Tesoureiro Geral: Gledson Ribeiro de Oliveira; 1ª Tesoureira: Fabíola Barrocas Tavares; Diretor de Relações Intersindicais: José Eudes Baima Bezerra; Suplentes: Maria Ivane Sales; Hidelbrando dos Santos Soares; Rosemary de Oliveira Almeida.

4.1.2 Diretoria 2004/2006 (27/05/2004 a 18/09/2006): Autonomia e Democracia

Empossada em 27 de maio de 2004, novamente os segmentos que compõem a universidade pautaram a sua defesa através do movimento grevista, iniciado em 2005, nas unidades do interior (Itapipoca e Limoeiro). O movimento se expandiu até a capital e tinha como bandeiras a luta por concurso público, política de interiorização da Uece, reajuste salarial e questões infraestruturais. Compuseram esta gestão: Presidente: José Eudes Baima Bezerra; Vice-Presidente: Francisco Martins de Sousa; Secretária Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1º Secretária: Maria Raquel de Carvalho Azevedo; Tesoureira Geral: Josete de Oliveira Castelo Branco Sales; 1º Tesoureiro: Epitácio Macário Moura; Diretora de Relações Intersindicais: Catarina Tereza Farias de Oliveira; 1ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos; 2ª Suplente: José Ernandi Mendes.

4.1.3 Diretoria 2006/2008 (18/09/2006 a 31/10/2008): Sinduece Democrática e de Luta

Tomou posse em 18 de setembro de 2006, em meio à greve de 2006 que, como já afirmamos, pautava o PCCS e questões salariais. Esta greve foi suspensa após 156 dias, com a garantia de vinculação orçamentária para o até então Plano de Cargos Carreira e Salários-PCCS em janeiro de 2007. Compuseram esta diretoria: Presidente: Célio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Guilherme Sérgio Tavares Cavalcanti; Secretária Geral: Ana Cristina de Moraes; 1ª Secretária: Adinari Moreira de Sousa; Tesoureira Geral: Lia Matos Brito de Albuquerque; 1º Tesoureiro: José Ernandi Mendes; Diretor de Relações Intersindicais: Epitácio Macário Moura; 1ª Suplente: Rosemary de Oliveira Almeida; 2ª Suplente: Josete de Oliveira Castelo Branco Sales.

4.1.4 Diretoria 2008/2010 (31/10/2008 a 22/11/2010): *Sinduece democrática e de luta sempre*

Empossada em 31 de outubro de 2008, teve como principal bandeira de sua gestão a luta em torno da implementação e regulamentação do PCCV, conquista do movimento paredista. Integraram esta gestão: Presidente: Lia Matos Brito de Albuquerque; Vice-presidente: José Eudes Baima Bezerra; Secretária Geral: Elizabeth Bezerra Furtado; 1º Secretário: Erasmo Miessa Ruiz; Tesoureira Geral: Maria Neuma Ferreira Lopes; 1º Tesoureiro: Antônio de Pádua Santiago de Freitas; Diretora de Relações Intersindicais: Ana Cláudia de Souza Leite; 1ª Suplente: Rosa Maria Barros Ribeiro; 2ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos.

4.1.5 Diretoria 2010/2012 (22/11/2010 a 21/11/2012): *Trabalho digno, autonomia e democracia na universidade.*

A posse realizou-se em 22 de novembro de 2010. Compuseram esta gestão: Presidente: Epitácio Macário Moura; Vice-presidente: Erlenias Sobral do Vale; Secretário Geral: José Alex Soares Santos; 1ª Secretária: Rosângela Maria Costa Fernandes; Tesoureiro Geral: Francisco Carlos Jacinto Barbosa; 1ª Tesoureiro: Jaquelânia Aristides Pereira; Diretora de Relações Intersindicais: Elda Maria Freire Maciel; 1ª Suplente: Regina Stella Pereira Nascimento; 2ª Suplente: Adelita Neto Cabral.

Logo após a posse, essa gestão tentou obter, junto à administração superior, dados referentes à carência de professores efetivos na instituição. Tais dados não foram liberados, obstaculizando o trabalho investigativo da Sinduece, que recorreu à pesquisa no Diário Oficial do Estado- DOE para ter uma ideia de qual era a vacância. Durante essa gestão e como forma de defesa da Uece foi lançada a *Campanha Pra Uece Não Parar, Efetivo Já*, que tinha como mote principal a luta por concurso docente, dada, como já fora dito, a enorme vacância de professores na universidade, além de pautar a regulamentação do PCCV; equiparação salarial entre substitutos e efetivos; uma real política de assistência estudantil.

4.1.6 Diretoria 2012/ 2014 (21/11/2012 a 20/11/2014): *Sinduece - luta e autonomia*

Em 21 de novembro de 2012, tomou posse a sexta diretoria da Sinduece, com os seguintes integrantes: Presidente: Elda Maria Freire Maciel; Vice- presidente: José Eudes Baima Bezerra; Secretário Geral: Antônio Valricélio Linhares da Silva; 1ª Secretário: Antonio Carlos Ferreira Bonfim; Tesoureira Geral: Maria Neuma Pereira Lopes; 1ª Tesoureira: Lia Magalhães de Almeida Silva; Diretor de Relações Intersindicais: Pedro Claesen Dutra Silva; 1ª Suplente: Catarina Tereza Farias de Oliveira; 2ª Suplente: Angélica Maria Pinheiro Ramos.

Esta gestão esteve à frente de dois movimentos grevistas, em 2013 e 2014, além da ocupação do prédio do Instituto Federal de Educação do Ceará - IFCE por estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca- Facedi, e da Assembleia Legislativa do Ceará. Uma gestão que travou duros embates com o então governador Cid Gomes.

4.1.7 Diretoria 2014/2016 (20/11/2014 – 18/11/2016): Seguir na luta em defesa da educação pública

No dia 20 de novembro de 2014, foi empossada a sétima diretoria da Sinduece, composta por: Presidente: Célio Ribeiro Coutinho; Vice-Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; Secretária Geral: Maria Lenúcia de Moura; 1º Secretário: Raimundo Augusto Martins Torres; Tesoureira Geral: Maria Goretti Lopes Pereira e Silva; 1º Tesoureira: Catarina Tereza Farias de Oliveira; Diretora de Relações Intersindicais: Lucilane Maria Sales da Silva; 1º Suplente: Alexsandro Macêdo Saraiva; 2º Suplente: Samuel Carvalheira de Maupeou.

Esta gestão assumiu a diretoria da Sinduece, ainda com os docentes da instituição em greve, que fora iniciada em setembro de 2014 e suspensa em 09 de janeiro de 2015, após acordo com o Governador Camilo Santana que assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais, abrangendo um total de 249 vagas, concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria. Entretanto, os acordos para a suspensão da greve não foram cumpridos mais uma vez pelo governo.

4.1.8 Diretoria 2016/2018 (18/11/2016 – novembro/ 2018): Resistência e luta

Empossada em 18 de novembro de 2016, esta gestão é composta exclusivamente por mulheres: Presidente: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro; Vice-presidente: Elda Maria Freire Maciel; Secretária Geral: Maria José Camelo Maciel; 1ª Secretária: Theresa Christine

Filgueiras Russo Aragão; Tesoureira Geral: Maria Goretti Lopes Pereira e Silva; 1ª Tesoureira: Geandra Cláudia Silva Santos; Diretora de Relações Intersindicais: Maria Márcia M. de Castro Martins; 1ª Suplente: Lucilane Maria Sales da Silva; 2ª Suplente: Marisa Ferreira Aderaldo. Como o próprio nome já enfatiza, é uma gestão que vêm atuando com muita resistência num contexto adverso de implementação de cortes e mudança no sistema de previdência⁸² estadual, antecipando reformas em nível nacional.

Quadro 9- Histórico de lutas da Sinduece

Diretoria Provisória 2002/2004 (11/12/2002 a 27/05/2004)	
Diretoria 2004/2006 (27/05/2004 a 18/09/2006): Autonomia e Democracia	
Maio de 2005	Greve Itapipoca e Limoeiro e depois demais unidades da Uece
21 junho 2005	Desocupação Reitoria da Uece pelo batalhão de choque, iniciada dia 15
07 julho de 2005	Fim da greve (conquista de vagas para concurso)
Junho 2006	Retomada do movimento grevista
16 de agosto de 2006	Primeira assembleia conjunta das três estaduais
Diretoria 2006/2008 (18/09/2006 a 31/10/2008): Sinduece Democrática e de Luta	
Novembro 2006	Suspensão da greve dos 156 dias devido acordo com governo que garantiu dotação orçamentária para janeiro de 2007
07 de novembro de 2007	Greve por causa da não implementação do PCCV
04 de Dezembro de 2007	Ocupação da Alce (3 dias de ocupação)
Janeiro de 2008	Decretada a ilegalidade da greve
13 de Fevereiro de 2008	Suspensão da greve
Maio de 2008	Aprovação do Pccv na Alce
Diretoria 2008/2010 (31/10/2008 a 22/11/2010): Sinduece democrática e de luta sempre	
	luta em torno da implementação e regulamentação do PCCV, conquistado do movimento paredista
Diretoria 2010/2012 (22/11/2010 a 21/11/2012): Trabalho digno, autonomia e democracia na universidade.	
08 de abril de 2011	Caminhada no Palácio
30 de maio de 2011	Ato na Assembleia Legislativa
15 de junho de 2011	Ato na Reitoria
06 de julho de 2011	Audiência Pública na Alce
20 de junho de 2012	Ato na Secitece e Treze de Maio
27 de setembro de 2012	Ato na Secopa
08 de novembro de 2012	Ato- a academia vai ao Palácio
Dezembro de 2012	Concurso com 70 vagas
Diretoria 2012/ 2014 (21/11/2012 a 20/11/2014): Sinduece- luta e autonomia	
17 de setembro de 2013	Estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca- Facedi ocuparam o prédio que foi cedido pelo governo do estado para o Instituto Federal de Educação do Ceará- IFCE
03 de outubro de 2013	Ato pela doação do prédio para FACEDI-UECE em Itapipoca
22 de outubro de 2013	Greve estudantil Uece
22 de outubro de 2013	Decretado estado de greve docente
29 de outubro de 2013	Início da greve docente

⁸² O governador do Ceará, Camilo Santana, aumentou a alíquota de contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, aprovada na Assembleia Legislativa, em dezembro de 2016. Ver mais sobre as reformas pensadas por Camilo Santana em: <http://anemp.org.br/site/2018/03/26/camilo-santana-quer-aprovar-reforma-na-previdencia-estadual-e-retirar-direitos-dos-servidores/>

06 de novembro de 2013	Ato no Palácio que foi duramente reprimido
27 de novembro de 2013	Ocupação da Alce (9 dias)
16 de janeiro de 2014	Suspensão da greve
17 e 18 de fevereiro de 2014	Seminário com o Cid
	Conquistas do movimento: assistência estudantil em torno de 10 milhões de reais para cada universidade, a reforma e ampliação do prédio da Facedi, a regulamentação do PCCV, reposição salarial para os servidores técnico-administrativos e a realização de concurso para professores.
17 de setembro de 2014	Retomada do movimento de greve pelo não cumprimento de parte dos acordos
Diretoria 2014/2016 (20/11/2014 – 18/11/2016): Seguir na luta em defesa da educação pública	
09 de janeiro de 2015	Governador Camilo Santana que assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais, abrangendo um total de 249 vagas. Concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria.
23 e 24 de setembro de 2015	Processo Estatuinte- seminário e plenária final
	Caravanas Sinduece nas unidades do interior
29 de abril de 2016	Retomada do movimento grevista
21 de outubro de 2016	Suspensão da greve
Diretoria 2016/2018 (18/11/2016- atual): Resistência e Luta	
25 de novembro de 2016	Dia Nacional de mobilização contra a PEC 55
30 de novembro de 2016	Sinduece no ato contra a PEC 55- Brasília
13 de dezembro de 2016	Ato Unificado contra a PEC 55, MP 746 e reforma da previdência
Janeiro de 2017	Manifestação em defesa do reajuste salarial
15 de março de 2017	Dia Nacional de Greve
Março de 2017	Palestra sobre a Reforma da Previdência
30 de março de 2017	Dia Nacional de luta /
30 de março de 2017	Luta em defesa da Homologação Estatuinte
28 de Abril de 2017	Greve Geral
Maio de 2017	Visita e Reuniões na CECITEC, FECLESC e FECLI
24 de maio de 2017	SINDUECE no #OcupaBrasília
Junho de 2017	Visita e reunião na Facedi
30 de junho de 2017	Greve Geral Nacional
Julho de 2017	Visita e reunião na Fafidam
14 de setembro de 2017	Dia nacional de mobilização e luta
14 de setembro de 2017	A UECE no contexto do desmonte do serviço público com Renato Roseno, Alexandre Costa e Sofia Manzano.

Fonte: Elaboração própria (2018)

Expostas as diretorias e principais encontros das gestões, passaremos ao próximo item para as principais formas de resistência da Uece por meio de suas greves e mobilizações.

4.2 As greves na Universidade Estadual do Ceará nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes: embates e conquistas

A história recente da Uece, após os anos 2000, é permeada por diversos movimentos paredistas em defesa da educação pública de qualidade, dessa forma trataremos neste item dos principais movimentos grevistas e mobilizações nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, governos caracterizados por duros embates com a comunidade acadêmica. Destaca-se a efetiva participação do movimento estudantil em todos os processos de luta na universidade, mas para fins de pesquisa, focaremos na atuação do movimento docente.

4.2.1 Greve de 2005: marco político

O ano de 2005 é apontado como marco político da Sinduece, pois foi o ano em que o sindicato passou a ganhar mais respaldo diante da comunidade acadêmica, especialmente em decorrência da greve desencadeada pela falta de estrutura da universidade. Tal contexto foi citado na assembleia de 06 de maio de 2005, que contou com a presença de unidades da Uece no interior e que pautou a necessidade de uma greve geral articulando interior e capital, conforme pode ser assinalado nos seguintes registros em Ata:

Faculdade Dom Aureliano Matos (FAFIDAM-Limoeiro): todas as atividades estão paralisadas; Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI): está com 50 dias de paralisação, mas em processo de mobilização tendo em vista se conseguir uma maior adesão dos professores (um aluno do Centro Acadêmico de Ciências falou da importância de uma caravana da paralisação e da expectativa despertada por esta Assembleia de um apoio mais expressivo por parte dos professores); Faculdade de Educação de Crateús (FAEC): a faculdade já estava se mobilizando mas a paralisação se deu com a chegada da caravana de alunos de Itapipoca; CECITEC/Tauá: não há professores para Química e Biologia; faltou um professor no semestre passado da área de Pedagogia; a biblioteca está defasada, o núcleo de informática desativado e de 14 foram reduzidas para 9 o número de bolsas; há uma carência geral e quem mais sente são os alunos dos municípios vizinhos; informe da FECLI/Iguatu: (não havia representante); Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC/Quixadá): [...] a faculdade não aderiu ao movimento. Quanto à mobilização na capital [...] Houve uma assembleia no Centro de Humanidades quando foi proposta a greve geral com adesão da capital. A proposta aprovada foi parar uma semana a partir do dia 11, ocupando a Universidade com uma programação de debates [...] Quanto ao campus do Itaperi, a aluna Natália, do Curso de Pedagogia informou que há indicativo de greve nos cursos de Pedagogia e Serviço Social e que vê problema de adesão nos cursos da área de saúde. Ainda não decidiram quando parar, mas *consideram o dia 11 como uma data importante e que a paralisação é uma questão de necessidade e não de solidariedade com o pessoal do interior* (SINDUECE- ATA DA ASSEMBLEIA 06 DE MAIO, 2005, p. 24-grifos nossos).

Percebe-se, a partir dos elementos apontados na ata, especialmente no último trecho da citação acima, que a greve se constituía como mecanismo imprescindível diante das

condições precárias e de sucateamento da universidade. O movimento grevista foi, assim, se consolidando e ganhando força e adesão em todas as unidades da Uece.

Figura 3- Assembleia de greve



Fonte: O Povo, caderno Cotidiano, página 9, publicado em 12 de maio de 2005

Nesta mesma assembleia, foi pautada a necessidade de diálogos e articulações nas distintas unidades ueceanas a fim de consolidar a greve, trazendo como proposta o dia 11 de maio para que ocorressem as assembleias locais.

proposta da Diretoria da SINDUECE e de outros companheiros, professores e alunos, que se resume nos seguintes termos: a condição para a continuidade do movimento é que prossigam as negociações e que na metodologia de negociação, inicialmente solicitemos 310 vagas para professores e que no curso dos acontecimentos tenhamos o mandato para apresentar uma proposta alternativa para cobrir os semestre de 2005 e 2006, número esse a ser consolidado com informações de coordenadores de cursos e de diretores de unidades do interior. Outras reivindicações são: um calendário de concurso até 2009; a garantia de redução do número de professor substituto, de forma que se cumpra a Lei 14 (SINDUECE-ATA DA ASSEMBLEIA 16 DE MAIO, 2005, p. 29).

Como fora exposto anteriormente, os problemas centrais da Uece giram em torno da questão de pessoal (professores) e infraestrutural, tal como pode ser verificado no extrato de ata acima. Sobre as vagas para professores, o então governador Lúcio Alcântara, declarou em entrevista ao jornal o Povo de 13 de maio de 2005:

Quanto à Uece, eu afirmo nenhum governo contratou tantos professores para instituição quanto eu. O número de professores que colocamos em dois anos e pouco do meu governo é grande, principalmente se comparado com governos anteriores (ele não declinou números). Não tenho fábrica de fazer dinheiro nem posso fazer

milagre, mas o número de professores que já contratamos é bem superior ao de governos anteriores (SEI, 2005, numeração incorreta).

Dentre as estratégias de luta do movimento, foram identificadas a realização de caminhadas e marchas ao Palácio Iracema, sede do governo estadual à época, para negociar reuniões com representantes do governo. Numa delas, o secretário afirmou que Urca e Uva deveriam ser federalizadas, conforme já era verificado em outros discursos governamentais.

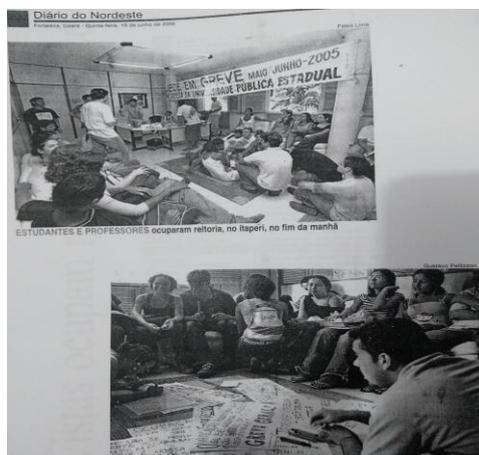
o Prof. Gledson Ribeiro de Oliveira que fez um breve histórico do movimento remontando ao dia 19/05 quando fizemos uma caminhada até o Palácio Iracema, para forçar a negociação com o governo, o que resultou na marcação de uma audiência com o Secretário de Ciência e Tecnologia, Prof. Hélio Barros. No dia 20, sexta-feira, o que seria uma mesa de negociação se transformou numa reunião de discussão sobre os problemas das universidades brasileiras, com destaque para a UVA e URCA, para as quais o Secretário manifestou claramente seu interesse de que sejam federalizadas para que assim o governo do Estado possa dar mais atenção à UECE (SINDUECE- ATA DA ASSEMBLEIA 24 DE MAIO, 2005, p. 30).

Reforçando esta perspectiva de federalização das outras universidades estaduais, o então secretário proferiu palavras ao jornal o Povo:

O Secretário de Ciência e Tecnologia do Estado, Hélio Barros, defende a federalização da Universidade do Vale do Acaraú (UVA) e da Universidade Regional do Cariri (Urca) como o único caminho para resolver os atuais problemas da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Com a federalização, as verbas das duas instituições, que totalizam R\$ 40 milhões, seriam destinadas à Uece [...] A “tábua de salvação” seria a federalização da UVA e da Urca, universidades com caráter regional [...] Ele diz não saber se há verbas para garantir a concretização da proposta, mas questiona a disparidade entre os Estados[...] Hélio Barros pede que a sociedade também se envolva na mobilização pela federalização e forme um movimento “pró-educação” (FEDERALIZAÇÃO, 2005, numeração incorreta).

O movimento grevista chegava a um impasse nas tratativas com o governo, então, a estratégia utilizada foi ocupar a reitoria da instituição. Com esta ocupação, abriu-se uma mesa de negociação com a reitoria, na qual foram consensuadas algumas pautas.

Figura 4- Ocupação da reitoria da Uece



Fonte: Diário do Nordeste, caderno Cidade, publicado em 16 de junho de 2005

Esta ocupação⁸³ perdurou até o dia 21 de junho, quando a administração superior obteve uma ordem de reintegração de posse, na qual utilizou o batalhão de choque para desocupação, caracterizando um dos episódios mais truculentos da história da Uece.

Figuras 5 e 6- Desocupação da reitoria em 21 de junho de 2005



Fonte: Documentário Diário de Classe, 2011



Fonte: o Povo, caderno Cotidiano, página 5, publicado em 22 de junho de 2005

Em decorrência deste episódio, que já evidenciava a truculência do governo e o atrelamento das reitorias aos distintos governos estaduais, o movimento grevista ganhou maior fôlego/aderência. Sobre o fato, foi elaborada uma moção de repúdio, lida na assembleia da categoria, no dia 22 de junho.

Presidente da Sinduece, que inicialmente leu uma moção de denúncia e repúdio pela forma como se deu a expulsão de professores e alunos da ocupação da Reitoria, com o uso de um batalhão de policiais do Gate, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, quando, contrariamente ao que determinava a ordem judicial que determinava a desocupação do prédio da Reitoria, os ocupantes foram obrigados a deixar o campus sob pressão da polícia fortemente armada[...]O Prof. Guilherme

⁸³ Ver mais sobre a desocupação da reitoria nos documentários: Diário de Classe e Amar e mudar as coisas: Sinduece-15 anos de luta

sugeriu que o dia 21/06 ingressasse na história da UECE como um dia de luta e concordou que o cumprimento da ordem foi além do que o mandato do juiz determinou, no que recebeu a concordância do Prof. Edmilson que acrescentou que *o citado dia fosse considerado como dia de resistência democrática na UECE[...]*a Reitoria tinha um plano para acabar com a greve. Disse que no início da assembléia estava tenso mas a decisão tirada de continuar a greve foi muito importante e mostra a disposição da categoria em continuar com suas lutas. Acrescentou que soube que o Batalhão vai ficar enquanto durar a greve (SINDUECE- ATA DA ASSEMBLEIA 22 DE JUNHO, 2005, p.42).

Diante do exposto, podemos concluir que ficou bastante nítido para a comunidade acadêmica de que lado estava a administração superior. Além disso, o cenário de terror permaneceu na universidade, pois o batalhão policial continuou no *campus*, intimidando e criminalizando integrantes do movimento grevista, a partir de uma lista com o nome dos membros da ocupação. Após este episódio, os debates sobre encerramento da greve aumentaram, com opiniões favoráveis e contrárias à sua manutenção.

Sair da greve é uma burrice, ainda podemos arrancar mais conquistas. É que a Sinduece pratica um sindicalismo de resultado. Profa. Elizabeth: a greve tem contribuído para ampliar os movimentos sociais. Sente uma frustração porque não tivemos coragem para nos mobilizar para conseguir ganhos salariais. Manifestou solidariedade com os alunos que foram expulsos e mantiveram acampamento. Profa. Catarina: não entende os aplausos pelo fim da greve. Lamenta que na UECE seja muito difícil fazer pesquisa pois há 6 meses está parada por falta de condições. Disse que a UECE desencanta as pessoas; há colegas que não têm casa, não têm plano de saúde; que é interessante os professores se identificaram com a nossa categoria e não só com a instituição, embora continue defendendo uma universidade pública e gratuita (SINDUECE- ATA DA ASSEMBLEIA 05 DE JULHO, p. 57).

Foi uma greve importante, a primeira em que ocorreu a devida participação e direção da Sinduece na organização dos professores. Destacamos, ainda, que o movimento unificou professores e estudantes em defesa da Uece.

A Profa. Cristina Nobre achou interessante o resgate feito sobre o movimento político na UECE e que vivemos um momento novo, onde a Universidade está se renovando porque antes não tinha sindicato. Não tem certeza se deve suspender a greve; está segura de que temos capacidade de mobilização mas é preciso respirar e não perder o pique. Prof. Guilherme: uma avaliação pertinente deve levar em conta que tivemos ganhos efetivos, um deles é o capital político, a possibilidade de romper a inércia e formar uma identidade coletiva. Devemos fazer uma avaliação criteriosa sobre o que ganhamos (SINDUECE- ATA DA ASSEMBLEIA 05 DE JULHO, p. 58).

Essa greve foi finalizada sem muitos ganhos concretos, mas a principal vitória foi o espírito mobilizador que eclodiu a partir daí. Dentre as conquistas advindas deste movimento paredista, podemos citar a realização de concurso público para 30 novos docentes,

além dos 97 já previstos em concurso anterior. No dia 07 de julho de 2005, a comunidade acadêmica votou a suspensão da greve, conforme pode ser verificado na notícia que segue

Figura 7- Notícia de fim da greve



Fonte: O Povo, caderno Cotidiano, página 4, publicado em 8 de julho de 2005

O espírito mobilizador se manteve vivo e criou o cenário favorável para a eclosão de novos movimentos em defesa da Uece. Serviu também para evidenciar a universidade e sua mobilização na mídia⁸⁴ local.

Quadro 10- Notícias mobilizações/ greves em 2005

Título	Jornal	Data
Falta de professores é alvo de protestos	Diário do Nordeste	16/04/2005
Falta de professores é maior problema	Diário do Nordeste	27/04/2005
Caravana da paralisação chega a Tauá e Iguatu	Diário do Nordeste	29/04/2005
Três faculdades da Uece n interior estão em greve	O Povo	03/05/2005
Estudantes e professores iniciam greve	O Povo	12/05/2005
Uece: professores pedem reajuste de 9,4%	O Povo	17/ 05/2005
Greve na Uece não atrapalhará o vestibular	O Povo	18/ 05/2005
Manifestantes querem contratação de professores	Diário do Nordeste	19/ 05/2005
Professores e alunos em greve têm encontro com o Governo	O Povo	20/ 05/2005
Permanece impasse sobre fim da greve na Uece	O Povo	21/ 05/2005
Edital para concurso público na Uece será publicado amanhã	O Povo	26/ 05/2005
Irreverência durante protesto na Praça do Ferreira	O Povo	26/ 05/2005
Federalização seria solução para problemas	O Povo	26/ 05/2005
Governo vai contratar professores	Diário do Nordeste	02/ 06/2005
Grevistas da Uece pedem contratação de 255 professores	O Povo	02/ 06/2005
Vestibular da Uece ocorre sem transtornos	O Povo	06/ 06/2005

⁸⁴ As notícias listadas abaixo foram coletadas na Sinduece, elas constituem um arquivo denominado por eles de “Dossiê da greve” e encontra-se disponível para consulta local.

Uece: vagas extras devem ser criadas	O Povo	08/ 06/2005
Ensino superior: estudo mostra redução de recursos	O Povo	09/ 06/2005
Estudantes e professores ocupam reitoria da Uece	O Povo	16/ 06/2005
Tumulto na ante-sala do reitor	O Povo	16/ 06/2005
Grevistas ocupam reitoria da Uece	Diário do Nordeste	16/ 06/2005
Greve não deverá atrapalhar a realização da SBPC	O Povo	19/ 06/2005
Greve não atrapalha a segunda fase do vestibular	O Povo	20/ 06/2005
Estudantes deixam reitoria da Uece	O Povo	22/ 06/2005
Estudantes obrigados a desocupar reitoria da Uece	O Povo	22/ 06/2005
Governo do Estado defende federalização da UVA e Urca	O Povo	27/ 06/2005
Greve na Uece não comprometerá SBPC	Diário do Nordeste	30/ 06/2005
Professores descartam represálias ao evento	Diário do Nordeste	30/ 06/2005
Professores da Uece tendem a encerrar greve	O Povo	05/ 07/2005
Greve geral da Uece termina após 55 dias	O Povo	08/ 07/2005

Fonte: Elaboração própria (2018)

Podemos concluir que esta greve obteve êxito no sentido do amadurecimento da luta. Pelas notícias listadas acima, percebemos a quantidade de atividades e a resistência de professores e estudantes pautando os problemas da universidade, lutando contra o descaso e omissão do governo Lúcio, que desejava federalizar a Urca e Uva, responsabilizando-as pelos problemas históricos da Uece. Como fora dito, o clima de luta permaneceu e o movimento paredista foi retomado em 2006, que será discutido a seguir.

4.2.2 Greve de 2006: salário e carreira em pauta

Em junho de 2006, foi retomado o movimento grevista, pautando a questão salarial e o Plano de Cargos e Carreira- PCC, dada a condição precária que se encontrava o nível salarial dos professores das estaduais cearenses.

Professores da Universidade Estadual do Ceará (Uece) podem decretar greve se até o próximo dia 07, não houver negociação da pauta de reivindicação com o Governo do Estado[...] Os professores que estão em campanha salarial, reivindicam reajuste salarial emergencial de 16,3%, recuperação das perdas de 74% referentes aos últimos 10 anos e agilização do processo do Plano de Cargos e Carreira (PCC). Segundo os docentes, os salários dos que trabalham na Uece são os mais baixos em relação a outras instituições de ensino superior estadual do país. No movimento deste ano, a categoria decidiu priorizar a luta por melhores salários e pela implantação do Plano (PROFESSORES, 2006, numeração incorreta).

Em 07 de junho de 2006, a assembleia dos docentes da Uece deflagrou greve, como já fora mencionado, pautando a questão salarial e carreira. No tocante à carreira, cobravam agilidade na consolidação da proposta do PCC que se arrastava desde 2005.

Figura 8- Assembleia deflagração greve/ 2006



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)- 2006

Analisando a conjuntura estadual, ressalta-se que os professores da rede básica do estado também estavam em greve e, assim como os docentes do ensino superior, não tinham muitos canais de diálogo com o governo de Lúcio Alcântara, que por diversas vezes, ameaçou os grevistas com retaliações. Dada essa conjuntura de repressão governamental, os comandos de greve decidiram unificar a ação.

A greve continua em todo o sistema de ensino do Estado. Ontem, representantes das três universidades (Uece, Urca e Uva), e da educação básica, resolveram oficializar a criação de um comando unificado de greve. A medida é para pleitear com mais força questões em comum, como o PCC e reposição salarial. O governo diz que está tentando negociar o fim da greve, mas alega esbarrar na legislação eleitoral para conceder os reajustes (PROFESSORES DO ESTADO, 2006, numeração incorreta).

Mesmo neste contexto repressivo por parte do governo, o movimento não parou, ocorrendo no Itaperi e demais unidades da Uece mobilizações e atividades com o intuito de manter o espírito grevista ativo.

Figura 9- Atividade de greve na Praça do Ferreira



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)- 2006

Nas tentativas de diálogo com o governador, os professores decidiram mudar a sua estratégia de atuação e passaram a procurar Lúcio Alcântara nos momentos em que ele estava tratando das eleições, em palanques e ocasiões oficiais do governo. Um desses momentos, foi quando os docentes das estaduais encontraram o então governador num almoço e obtiveram neste encontro o agendamento de audiência.

Vestindo camisas pretas, em sua grande maioria, os professores postaram-se em frente ao palanque onde estava o governador no almoço com os vereadores, e mostraram faixas e cartazes aos presentes. Eles entraram em silêncio: Universidades Estaduais do Ceará- Pior salário do Brasil e Universidades Estaduais de coração sangrando- negociação já, eram alguns dos motivos expressos nos cartazes e faixas que os professores utilizaram durante o protesto (GOVERNADOR, 2006, numeração incorreta).

Figura 10- Encontro com o governador



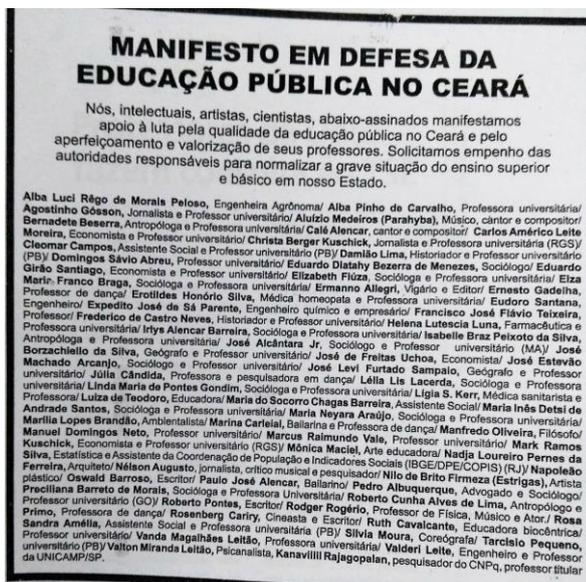
Fonte: Diário do Nordeste, caderno Política, publicada em 14 de agosto de 2006

As negociações não avançavam, o governo se recusava a aprovar o PCC e o reajuste salarial, prolongando a duração desta greve, que em agosto de 2006 já chegava aos 100 dias. Nesta ocasião, a Sinduece lançou uma nota intitulada “A Uece está em greve, por que?” que dizia:

Temos consciência que a greve é um processo desgastante, mas necessário, pois constitui para nós trabalhadores do ensino, o único instrumento de luta. Desse modo, conclamamos a população a nos apoiar nessa empreitada contra a desvalorização o desrespeito e o descaso atribuídos pelos poderes públicos aos professores do Estado do Ceará (SINDUECE, 2006, p.1).

E a população respondeu ao pedido do movimento grevista: diversos intelectuais cearenses lançaram um manifesto que consistia e pautava a defesa da educação pública no Ceará.

Figura 11- Reprodução do manifesto em defesa da educação pública no Ceará



Fonte: O Povo, publicada em 1 de setembro de 2006

Nesse viés de solidariedade e união nesse movimento, é importante destacar, ainda, a realização da primeira assembleia unificada dos docentes das três universidades estaduais, em 16 de agosto de 2006, num claro sinal de fortalecimento da unidade entre as instituições. Com esta integração, foi possível avançar na elaboração do até então chamado Plano de Cargos, Carreira e Salários – PCCS dos professores das universidades estaduais cearenses. Neste novo momento, e devido à resistência do governo em negociar, novas estratégias foram assumidas pelo movimento paredista, dentre eles, a proposta de vinculação orçamentária para garantir o plano em 2007.

Queremos desatar esse nó para garantir que ainda este ano seja enviado para a Assembleia um projeto de lei criando o nosso PCCS e que o governo assegure recursos no orçamento para implantação no próximo ano, diz Célio Coutinho. De acordo com ele, se esta solicitação for atendida a categoria poderá encerrar a greve (CAMELO, 2006, p. 4).

Sobre isso, Baima (2006) afirmou que faltou boa vontade do governo para viabilizar o fim da greve, se comprometendo que em 2007, o plano seria concretizado. O autor ainda considera que o então governador, Lúcio Alcântara, que havia sido derrotado nas eleições para Cid Gomes, apenas fechou os olhos para as reivindicações das universidades estaduais. O impasse e falta de diálogo perdurou, transformando esta greve numa das mais longas da história.

A paralisação das aulas na Universidade Estadual do Ceará (Uece) já dura 132 dias. É a maior da história da instituição e uma das mais longas do país. De acordo com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), a maior greve registrada entre as federais foi em 2005, que durou 112 dias (GUIMARÃES, 2006, p. 5).

A reitoria, mais uma vez na história, mostrou seu caráter subserviente ao governo estadual, convocando os professores a acabar com o movimento grevista e retornar à sala de aula. Ao invés disso, os professores e estudantes responderam a convocatória com protesto no *campus* do Itaperi.

Salas de aulas vazias, mas corredores tomados por alunos e professores usando chapéus e camisas em apoio a greve, que completa hoje 139 dias. Assim foi o dia em que a reitoria convocou os professores a voltar às aulas para concluir o primeiro semestre de 2006. Faixas de apoio a greve estavam nos principais pontos do Campus do Itaperi e um carro de som do sindicato, explicava aos alunos sobre a decisão de manter a paralisação (BENEVIDES, 2006, n.p).

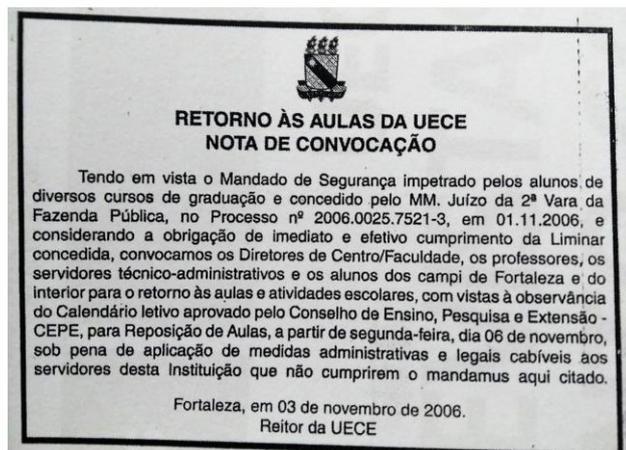
Figura 12- Manifestação contra convocação da reitoria



Fonte: Diário do Nordeste, publicada em 24 de outubro de 2006

Em novembro de 2006, completados cinco meses de greve, uma ação judicial determinava a retomada das aulas. O movimento paredista decidiu continuar a greve, dado que a ação não citava diretamente os professores. Dando prosseguimento a tentativa de enfraquecer a greve, a reitoria novamente convocou professores a retornarem à sala de aula.

Figura 13- Convocação



Fonte: O Povo, página 13, publicada em 5 de novembro de 2006

A administração superior ainda ameaçou os docentes com corte de ponto, suspensão de férias e abertura de processo administrativo, caso não retornassem ao trabalho. Tal postura demonstra novamente a opção da reitoria em fazer papel de servo do governo estadual, que não conseguiu acabar com a força do movimento grevista. O sindicato⁸⁵ reagiu a esta nota afirmando que isso era autoritarismo, caráter negado pelo reitor, que afirmou se tratar apenas de um procedimento comum. Mesmo assim, a greve continuou.

Figura 14- Assembleia de manutenção da greve



Fonte: Diário do Nordeste, publicada em 7 de novembro de 2006

A pressão para o encerramento da greve só aumentava, tanto por parte da administração superior, quanto por meio de aparato legal, estabelecendo multas e outras sanções judiciais. No dia 10 de novembro de 2006, os professores decidiram suspender a greve na instituição, após 156 dias, com a garantia de vinculação orçamentária para o PCCS

⁸⁵ Informações extraídas da notícia: Sindicato diz que medidas são ameaça. Publicada no jornal O Povo em 7 de novembro de 2006

em janeiro de 2007, assegurada verbalmente por deputados em reunião no dia 08 de novembro.

Figura 15- Assembleia de suspensão da greve



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)- 2006

Foi um movimento longo e vitorioso, resistiu a todos os ataques do governo estadual que se negava a conceder as pautas reivindicadas, resistiu às ameaças da reitoria da instituição e aos mecanismos jurídicos utilizados para tentar enfraquecer o movimento.

No dia 10 de novembro de 2006 foi realizada mais uma assembleia geral dos professores da Uece, sendo que esta teve um caráter e uma energia diferenciados das demais. Contando com a presença de 202 professores, representando a maioria de todos em presença docente, esta assembleia marcou a história do movimento por ser o dia da suspensão da greve (por unanimidade de votos a favor) frente à prudente e oportuna decisão da categoria e não por imposição a reitoria ou mesmo o mandado judicial. A plenária estava multicolorida e um tanto “eufórica” em função da alegria e ar de vitória após tanto esforço nas mobilizações e negociações. (SINDUECE-ATA DE ASSEMBLEIA 10 DE NOVEMBRO 2006, p.111)

Considera-se o movimento vitorioso, pois foi conquistada a promessa de vinculação orçamentária para garantir o PCCS futuramente. Ressalta-se, também, o grande destaque que esta greve obteve na mídia, na qual identificamos as notícias veiculadas/divulgadas em três grandes jornais do estado à época, conforme destacadas no quadro a seguir:

Quadro 11- Notícias mobilizações/ greves em 2006

Título	Jornal	Data
Alunos e professores cobram melhorias	O Povo	12/05/2006
Professores da Uece podem entrar em greve	O Povo	01/06/2006
Professores da Uece entram em greve	O Povo	08/06/2006

Plano de cargos e carreiras da Uece	O Povo	09/06/2006
Professores e greve e Estado não chegam a acordo	O Povo	22/06/2006
Professores sem previsão para o retorno às aulas	O Povo	27/06/2006
Professores do Estado unificam comando de greve	O Povo	08/07/2006
Professores unificam o comando de greve	Diário do Nordeste	08/07/2006
Professores de ensino superior mantêm greve	O Povo	11/07/2006
Professores da Uece decidem manter a paralisação	Diário do Nordeste	11/07/2006
Professores do Estado continuam com movimento paredista	O Estado	25/07/2006
Universidade necessária	O Povo	31/07/2006
Professores pedem dialogo com Lúcio	O Povo	09/08/2006
Greve causa indefinição do semestre	Diário do Nordeste	11/08/2006
Governador conversa com os professores da Uece	Diário do Nordeste	14/08/2006
Professores mantêm greve	O Povo	17/08/2006
Professores da Uece fazem consulta ao TSE	O Povo	01/09/2006
Universitários se data para retorno às aulas	O Povo	07/09/2006
Professores da Uece em greve priorizam PCC	O Povo	12/09/2006
Três meses sem aula	O Povo	12/09/2006
Greve completou os 100 dias	Diário do Nordeste	21/09/2006
Greve de professores mais perto do fim	O Povo	23/09/2006
Professores continuam em greve	O Povo	26/09/2006
Uece abre inscrições para o vestibular	O Povo	01/10/2006
Grevistas tentam solução para impasse	O Povo	05/10/2006
Greves e soluções	O Povo	07/10/2006
Carência de professores	Diário do Nordeste	09/10/2006
Porque se faz greve nas universidades estaduais cearenses	O Povo	10/10/2006
Greve da Uece	O Povo	11/10/2006
Greve chega ao quarto mês sem previsão de acordo	O Povo	12/10/2006
Grevistas da Uece realizam hoje assembleia geral	Diário do Nordeste	16/10/2006
Após 132 dias, greve não tem data para acabar	O Povo	17/10/2006
Acervos estão comprometidos	Diário do Nordeste	17/10/2006
Universidade Estadual perde 1500 exemplares	Diário do Nordeste	17/10/2006
Alunos da Uece continuam sem aula	O Povo	24/10/2006
Professores fazem manifestação	Diário do Nordeste	24/10/2006
Professores mantêm greve	O Povo	26/10/2006
Greve da Uece completará cinco meses	O Povo	02/11/2006
Uece: ordem judicial manda reiniciar aulas	Diário do Nordeste	04/11/2006
Justiça determina que reitor da Uece convoque grevistas	Diário do Nordeste	04/11/2006
Paralisação completa 150 dias	Diário do Nordeste	04/11/2006
Reitor da Uece convoca professores e funcionários	O Povo	04/11/2006
Retorno as aulas da Uece	O Povo	05/11/2006
Grevistas terão ponto cortado	O Povo	07/11/2006
Sindicato diz que medidas são ameaças	O Povo	07/11/2006
Professores da Uece não retornam às aulas	Diário do Nordeste	07/11/2006
Reitoria ameaça desconto salarial dos dias parados	Diário do Nordeste	07/11/2006
Assembleia geral decidirá se greve continuará	O Estado	07/11/2006
Professores da Uece decidem manter a greve	O Povo	08/11/2006
Greve não acaba e reitoria diz que vai cortar pontos	O Povo	08/11/2006
Alunos temem atraso em formaturas	O Povo	08/11/2006
Professores pedem apoio aos deputados	O Povo	08/11/2006
Fim da greve divide opinião de alunos	Diário do Nordeste	08/11/2006

Juiz determina retorno imediato às aulas	Diário do Nordeste	09/11/2006
Paralisação pode terminar na segunda-feira	Diário do Nordeste	09/11/2006
Justiça impõe multa a grevistas	O Povo	09/11/2006
Professores podem encerrar hoje a greve	O Povo	10/11/2006
Greve de professores da Uece pode chegar ao fim	O Povo	10/11/2006
Retorno as aulas na segunda-feira	Diário do Nordeste	10/11/2006
Professores diminuem pauta de reivindicações	Diário do Nordeste	10/11/2006
Emenda é condicionada ao encerramento da greve	Diário do Nordeste	10/11/2006
Uece: greve acaba, desafio começa	Diário do Nordeste	11/11/2006
Desafio de manter o calendário letivo	Diário do Nordeste	11/11/2006
Professores decidem continuar mobilizados	Diário do Nordeste	11/11/2006
Aulas da Uece reiniciam na segunda	Diário do Nordeste	11/11/2006
Aulas das universidades estaduais recomeçam	Diário do Nordeste	14/11/2006
Poucos alunos comparecem no retorno às aulas	Diário do Nordeste	14/11/2006
Greve mais longa de professores universitários	Diário do Nordeste	14/11/2006
Aulas voltam ao normal na Uece depois da greve	O Povo	14/11/2006

Fonte: Elaboração própria (2018)

Verificamos que na Uece nenhuma conquista vem sem muita luta e muita disposição para resistir aos ditames dos governos. Este espírito de mobilização permaneceu vivo para efetivar a conquista do PCCV na greve seguinte da qual trataremos a seguir.

4.2.3 Greve de 2007/ 2008: PCCV e infraestrutura em foco

O ano de 2007 iniciou com as cobranças referentes ao não pagamento dos professores em janeiro, fato que desencadeou uma nova paralisação nas aulas até que o salário fosse pago, situação que foi normalizada na segunda quinzena de janeiro do referido ano. Acerca da efetivação do PCCV, foi criado um grupo para pensar a sua elaboração e as devidas negociações com o governo. Porém, a sua concretização demandou mais luta por parte do movimento.

A principal luta dos professores hoje é em função do PCCV como defesa da qualidade dos serviços que a universidade oferece. Foi ressaltado que precisamos sair do individualismo e partir para a mobilização. Esse sentimento de que a luta coletiva se faz necessária neste momento foi exposto por diversos professores (SINDUECE- ATA DE ASSEMBLEIA 25 JUNHO DE 2007, p.122).

Esta crítica ao individualismo ocorre devido a não participação de professores nas assembleias após a greve, fato que fora debatido entre a categoria, reforçando a necessidade de manter o clima de mobilização ativo.

A assembleia foi marcada por críticas a ausência dos professores das assembleias e das lutas. As hipóteses foram muitas. Os professores estão felizes e satisfeitos com o abono anexado ao salário? Estão iludidos com a crença na boa vontade do governo em aprovar o PCCV, que é uma demanda da categoria e não do Cid Gomes? [...] Foi lembrado que já estamos a oito meses do mandato do governo Cid Gomes e as iniciativas para a aprovação imediata do PCCV não estão sendo nem um pouco enérgicas [...] Já passa da hora de nos reerguermos e trabalharmos arduamente pela nossa valorização e auto estima profissional e em defesa da Uece (SINDUECE-ATA DE ASSEMBLEIA 13 AGOSTO DE 2007, p.125)

Em 07 de novembro de 2007, os professores decretaram nova greve na Uece, tendo os seguintes itens na pauta de reivindicações: implantação do piso⁸⁶ salarial (bandeira do Sindesp), aprovação e implantação imediata do PCCV, eleições diretas e paritárias e implantação imediata do Plano Estadual de Assistência Estudantil.

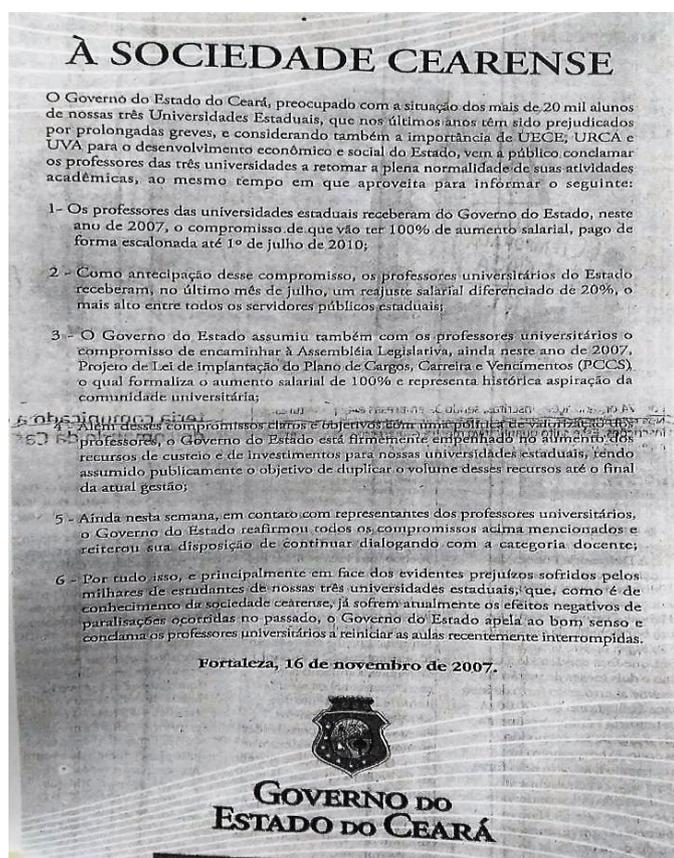
Numa primeira reunião após deflagração da greve, o então governador Cid Gomes, proferiu as seguintes palavras que foram reproduzidas em ata da assembleia docente:

Falou da conversa com Cid Gomes alegando que o mesmo estava magoado com as universidades, que não negociaria com a categoria em greve, que tem a intenção de dobrar os salários até 2010, que estudou minuciosamente o piso, que ele é inconstitucional e que vai protelar o máximo para não pagar. Ele acha que nosso movimento tem a intenção de desgastar a imagem do governo. O movimento alegou que estávamos lá para negociar e resolver a situação caótica das universidades. O governador reconheceu que não fez nada pelas universidades este ano, além de ter cortado recursos. Prometeu dobrar recursos para o ano seguinte (SINDUECE-ATA DE ASSEMBLEIA, 14 de novembro de 2007, p.136).

Percebe-se da fala do governador Cid Gomes, que negociação com ele seria algo bem complexo, dado a sua postura de não negociar com grevistas, que foi uma marca de suas duas gestões, já que várias categorias entraram em greve e não foram recebidas pelo mandatário estadual. Como forma de enfraquecer o movimento grevista na Uece, seu governo publicou nota nos principais jornais de circulação do estado, convocando os docentes para retornarem ao trabalho. Vide nota abaixo:

⁸⁶ O site do Sindesp traz a seguinte informação a respeito da origem do piso salarial: O Piso Salarial dos professores das IES Estaduais foi conseguido através de muita luta e da persuasão do governador Gonzaga Mota. Em dezembro de 1986, através do Decreto 18.292 de 22.12.1986 e da Lei 11.247 de 16.12.1986, o governador Gonzaga Mota instituiu o PISO SALARIAL dos professores das Universidades mantidas pelo Governo do Estado do Ceará: UECE, URCA e UVA. Os professores passaram a receber seus salários de acordo com a tabela de referência a partir de janeiro de 1987. Em abril do mesmo ano o governador Tasso Jereissati valeu-se de uma ação popular por ele mesmo manejada através do advogado Eduardo Pragmacio e, ignorando a lei e o decreto, resolveu não pagar o que nos era devido. De lá até os dias de hoje muitas outras vitórias se sucederam nas cortes de justiça do país. Decorridos mais de 30 anos, a nossa categoria não teve ainda seus direitos plenamente respeitados. A história do PISO SALARIAL dos docentes da UECE, da URCA e da UVA está permeada de muito sadismo por conta dos sucessivos governantes do estado do Ceará. A nós, nos cabe continuar lutando sem esmorecimento até que a justiça seja aplicada de maneira efetiva e definitiva. Disponível em: <http://www.sindesp.org.br/piso-salarial>.

Figura 16- Nota do governo



Fonte: Sinduece (arquivo das greves)

Em contrapartida, e como forma de pressão, a Assembleia Legislativa do Ceará - ALCE foi ocupada por estudantes e professores como forma de pressionar o governo pela abertura de uma mesa de negociação, em 04 de dezembro de 2007.

Figura 17- Ocupação Alce



Fonte: Sinduece (arquivo de fotos)- 2007

Como fruto desta ocupação⁸⁷, o governador Cid Gomes recebeu a categoria docente e discente em 07 de dezembro, porém, o impasse permaneceu.

Figura 18- Audiência com o governador



Fonte: Diário do Nordeste, caderno Cidade, publicada em 7 de dezembro de 2007

Novamente, pedidos de ilegalidade da greve eclodiram no início de 2008, sendo decretada a sua ilegalidade em 24 de janeiro e no dia 27 do mesmo mês, a reitoria já emitia nota convocando os professores e estudantes para retorno às aulas. A categoria, em assembleia no dia 28 de janeiro, decidiu não acatar a decisão judicial e também repudiaram as ameaças do reitor da instituição, Jader Onofre.

A resistência do movimento deu frutos, pois as negociações foram reabertas em fevereiro do mesmo ano, com o governo sinalizando a concessão de algumas pautas estudantis e docentes.

A proposta de reajuste de 100% (parcelado) foi mantida. A forma como ela será aplicada, contudo, deverá ser objeto de negociação. [...] as parcelas do reajuste podem ser antecipadas. Em relação a investimento nas Estaduais (em obras e custeio), a meta é dobrar o valor até 2010. Entre os investimentos previstos estão a construção de um parque poliesportivo, um hospital veterinário, a reforma do restaurante universitário e um plano de assistência estudantil (MOURA, 2008, p. 2).

Esta greve foi suspensa em 13 de fevereiro de 2008, permanecendo a categoria em estado de greve. Como conquistas do movimento grevista destacam-se a autorização para construção do complexo poliesportivo, hospital veterinário e reforma do restaurante universitário, pautas do movimento estudantil e tramitação do PCCV para os docentes.

⁸⁷ Ver mais sobre a ocupação da Assembleia Legislativa do Ceará- Alce, no documentário Diário de Classe, produzido pelo Centro de Estudos de Trabalho e Ontologia do Ser Social- Cetros e Sinduece

Em 20 de maio de 2008, foi aprovado na ALCE, o PCCV, relevante bandeira de luta dos docentes, desde 2006, posteriormente, em 27 de maio, foi sancionado pelo governador.

Novamente, vislumbramos um movimento intenso de luta e resistência, nesta greve. Outro embate muito difícil com o governo estadual, que se negava a negociar com as categorias docente e discente. Falta de diálogo que caracterizou o governo de Cid Gomes. Assim como as outras greves, esta também obteve ampla divulgação nos jornais locais, pautando os problemas da Uece e o andamento das lutas.

Quadro 12- Notícias mobilizações/ greves em 2007 e 2008

Título	Jornal	Data
Sem dinheiro, Cid adia pagamento de servidores	O Povo	03/01/2007
Depois de encontro com Cid, professores recebem má notícia	O Povo	03/01/2007
Estado atrasa folha salarial	Diário do Nordeste	03/01/2007
Cid Gomes reúne-se com professores	Diário do Nordeste	03/01/2007
Servidores ameaçam greve	Diário do Nordeste	04/01/2007
Servidores reagem a atraso e já cogitam greve	O Povo	04/01/2007
Docentes da Uece vão acionar OAB e procuradoria	Diário do Nordeste	05/01/2007
Atraso nos salários dos servidores gera revolta	O Estado	05/01/2007
Governo negocia empréstimo para pagar salários atrasados	O Povo	09/01/2007
Sindicatos entram na justiça contra governo	O Povo	09/01/2007
Obras do hospital paralisadas	Diário do Nordeste	09/01/2007
Secretário anuncia PCCS em 60 dias	Diário do Nordeste	09/01/2007
Professores protestam por salários atrasados	O Estado	09/01/2007
Sem salário, professores da Uece entram em greve	O Povo	10/01/2007
Docentes da Uece em greve	Diário do Nordeste	10/01/2007
Estado finalmente paga salários	O Povo	13/01/2007
Governo quer proibir greve de servidores	Diário do Nordeste	03/03/2007
Regulação da greve	Diário do Nordeste	05/03/2007
Servidores criticam proibição de greve	Diário do Nordeste	06/03/2007
SOS Uece	O Povo	05/05/2007
Aprendendo com o MST	O Povo	09/05/2007
PCCV: servidores e governo não entram em acordo	O Povo	07/06/2007
Professores rejeitam 100% de reajuste	O Estado	19/06/2007
Estado concede reajuste médio de 3,55%	Diário do Nordeste	23/06/2007
Servidores insatisfeitos com o reajuste anunciado	O Povo	24/06/2007
Professores vão parar atividades na Uece amanhã	O Povo	26/06/2007
Professores da Uece decidem manter greve	O Estado	26/06/2007
Professores querem reajuste de 130%	Diário do Nordeste	10/07/2007
Uece pode ser alvo de nova greve	Diário do Nordeste	13/07/2007
Estudantes do MST ocupam reitoria da Uece	Diário do Nordeste	31/07/2007
Fecli mobiliza-se contra encampação	Diário do Nordeste	21/08/2007
Professores têm 2º pior salário do país	O Estado	16/10/2007
Professores dizem que poderão entrar em greve	O Povo	16/10/2007
No fundo do quintal	O Povo	22/10/2007
Uma nova greve?	O Povo	24/10/2007
Saco vazio	O Povo	26/10/2007
Estudantes fazem manifestação em apoio a greve na Uece	O Povo	13/11/2007
Discurso ponderado e de abertura a diálogo	Diário do Nordeste	15/11/2007
Prejuízos triplos na Universidade Estadual	Diário do Nordeste	15/11/2007

Grevistas fazem protesto	O Povo	21/11/2007
Luta pelo piso salarial faz 20 anos	Diário do Nordeste	23/11/2007
Acreditar é impossível	O Povo	27/11/2007
Professores universitários acampam na AL	O Estado	05/12/2007
Negociação só com trégua na greve	Diário do Nordeste	05/12/2007
Professores em greve barrados na Assembleia	Diário do Nordeste	06/12/2007
Deputados estaduais cobram retorno das negociações	Diário do Nordeste	06/12/2007
Grevistas mantêm Assembleia ocupada	O Povo	06/12/2007
Governo só negocia com volta às aulas	O Povo	07/12/2007
Cid discute fim de greve com docentes e alunos	Diário do Nordeste	07/12/2007
Professores da Uece continuam em greve	Diário do Nordeste	10/01/2008
Comando de greve d Uece recorre ao Ministério Público	O Estado	11/01/2008
Negociação entre Governo e professores em greve não avança	O Povo	12/01/2008
Greve dos professores da Uece continua	O Estado	17/01/2008
Manifestação de grevistas ocupa avenida Washington Soares	O Povo	23/01/2008
Professores fecham via em protesto	Diário do Nordeste	23/01/2008
Justiça diz que greve da Uece é ilegal	O Povo	24/01/2008
Decretada ilegalidade da greve na Uece	Diário do Nordeste	24/01/2008
Convocação aos professores e alunos da Uece	Diário do Nordeste	27/01/2008
Professores decidem pela manutenção da greve	O Estado	29/01/2008
Cid enfrenta manifestação de professores em Juazeiro	O Estado	29/01/2008
Professores ignoram Justiça e mantêm greve	O Povo	29/01/2008
Recepção sob protesto no Cariri	O Povo	29/01/2008
Professores continuam em greve	Diário do Nordeste	29/01/2008
Reitor manda cortar ponto	O Estado	31/01/2008
Professores contrariam ação judicial	Diário do Nordeste	31/01/2008
Coordenadores da Uece ameaçam entregar cargos	O Estado	08/02/2008
Coordenadores da Uece prometem repor as aulas	O Povo	08/02/2008
Professores estão em greve há 3 meses	O Povo	12/02/2008
Audiência resulta e retorno das negociações	Diário do Nordeste	13/02/2008
Greve nas universidades estaduais pode acabar hoje	O Povo	13/02/2008
Professores da Uece terminam greve após três meses	O Povo	14/02/2008
Termina greve de professores da Uece	Diário do Nordeste	14/02/2008
Reitor prevê realização de aulas nos fins de semana	Diário do Nordeste	14/02/2008
Professores terminam greve	O Estado	14/02/2008
Alunos e professores voltam às aulas	O Povo	15/02/2008
Deputados votam PCCVs hoje na AL	Diário do Nordeste	20/05/2008
Assembleia aprova projeto sem alteração	Diário do Nordeste	21/05/2008
AL aprova PCCV dos professores das Universidades Estaduais	O Estado	21/05/2008
Reitor pretende melhorar estrutura em 90 dias	O Povo	27/05/2008
PCCV foi sancionado	O Povo	27/05/2008

Fonte: Elaboração própria (2018)

Após este longo período de intensas mobilizações de 2005 a 2008, a Uece viveu um refluxo nas lutas, que somente fora retomado em 2011, através da campanha *Pra Uece Não Parar, Efetivo Já*.

4.2.4 Campanha Pra Uece não parar, Efetivo Já: renasce o espírito de luta

Como forma de defesa da Uece, foi lançada em 2011 a *Campanha Pra Uece Não Parar, Efetivo Já*, que tinha como mote principal a luta por concurso docente, dada, como já fora dito, a enorme vacância de professores na universidade, além de pautar a regulamentação

do PCCV, equiparação salarial entre substitutos e efetivos e uma real política de assistência estudantil.

Figura 19- Bandeira da campanha



Fonte: Sinduece- site (2018)

Durante essa campanha foram realizados alguns importantes atos na capital cearense: 8 de abril de 2011 - caminhada Palácio; 30 de maio de 2011 - ato na assembleia legislativa; 15 de junho de 2011 - ato na reitoria da Uece; 06 de julho de 2011 - audiência pública na Assembleia Legislativa; 20 de junho de 2012 - ato na Secitece e Avenida Treze de Maio; 27 de setembro de 2012 - ato na Secopa - Castelão; 08 de novembro de 2012 - a academia vai ao palácio.

Figura 20- 8 de abril de 2011 - caminhada Palácio



Fonte: Sinduece site (2018)

Figura 21- 30 de maio de 2011: ato na assembleia legislativa



Fonte: Sinduece- site (2018)

Figura 22- 15 de junho de 2011: ato na reitoria da Uece



Fonte: Sinduece- site (2018)

Figura 23- 06 de julho de 2011 - audiência pública na Assembleia Legislativa



Fonte: Jornal Sinduece Informa, página 1, edição 3, agosto de 2011

Figuras 24 e 25- 20 de junho de 2012 - ato na Secitece e Avenida Treze de Maio



Fonte: Arquivo pessoal



Fonte: Arquivo pessoal

Figuras 26 e 27- 27 de setembro de 2012 - ato na Secopa – Castelão



Fonte: Sinduece- site (2018)



Fonte: Sinduece- site (2018)

Figura 28- 08 de novembro de 2012 - a academia vai ao palácio



Fonte: Sinduece- site (2018)

Essas mobilizações culminaram na realização de concurso para professores efetivos no ano de 2012, que propiciou a entrada de novos docentes na instituição, mas que ainda cobriu uma demanda pequena diante da vacância existente, que girava em 2012, em torno de 300 professores. Além disso, proporcionou uma reunião com o governador ocorrida em 14 de novembro de 2012, na qual o governador expôs que não faria novo concurso

O governador centrou a fala na ideia de que a responsabilidade pela educação superior é do governo federal e que, por isto mesmo, seu governo não autorizaria a contratação de professores para preencher vagas causadas por aposentadorias e por ajustes curriculares. Tampouco dispôs-se a atender reivindicações relativas ao financiamento de obras de infraestrutura. Quanto à tramitação dos instrumentos legais que regulamentam o PCCV, afirmou que autorizaria aqueles que não implicassem em impacto orçamentário (SINDUECE, GOVERNO NÃO DIALOGA E NEGA TODAS AS REIVINDICAÇÕES: GREVE GERAL, INTERIOR E CAPITAL!, 2013, p. 2).

Esta campanha, além de propiciar a realização de concurso para pouco mais de 70 vagas, também reacendeu o espírito de luta coletiva na universidade e gerou o clima necessário para um novo movimento paredista que foi iniciado em 2013.

4.2.5 Greve de 2013: unidade na luta em defesa da Uece- estudantes, professores e servidores técnico-administrativos na greve geral interior e capital

Dada a conjuntura adversa e de abandono por parte do governo estadual, com quadro de professores efetivos reduzido, em função da opção do governo pela contratação de professores temporários e sucateamento das unidades do interior e capital, não sobrou outra alternativa à comunidade acadêmica do que radicalizar o movimento com uma nova greve.

Em 17 de setembro de 2013, estudantes da Faculdade de Educação de Itapipoca - Facedi ocuparam o prédio que foi cedido pelo governo do estado para o Instituto Federal de Educação do Ceará – IFCE, já que o Governo doava um prédio ao IFCE e deixava a Facedi sucateada, dado que esta unidade da Uece contava com uma estrutura bem precária, com poucas salas de aula, não climatizadas e com poucos laboratórios, dificultando a efetivação do tripé universitário.

Figura 29- Momento em que estudantes ocuparam prédio do IFCE



Fonte: Sinduece- site (2018)

Seguindo o mesmo caminho da Facedi, em 22 de outubro de 2013, foi deflagrado estado de greve dos docentes da Uece e decretada a greve em 29 de outubro do mesmo ano por ampla maioria dos professores, com 155 votos favoráveis a greve.

Depois de 4 anos de seguidas “rodas de conversa” com a SECITECE e muitas manifestações que resultaram numa reunião com o governador Cid Gomes em novembro de 2012, as conversações não resultaram em qualquer providência concreta, razão porque os professores resolveram deflagrar greve geral (interior e capital) a partir de 29 de outubro de 2013 e realizar ampla campanha junto a sociedade cearense em defesa de condições dignas de trabalho e da universidade pública de qualidade (SINDUECE, GOVERNO NÃO DIALOGA E NEGA TODAS AS REIVINDICAÇÕES: GREVE GERAL, INTERIOR E CAPITAL!, 2013, p. 2).

Figura 30- Assembleia deflagração da greve em 29 de outubro de 2013



Fonte: Sinduece- site (2018)

Na pauta de reivindicações, encaminhada ao governo estadual estavam as seguintes demandas: regulamentação do PCCV, concurso para professor, concurso e plano de cargo para servidores, equiparação salarial entre substitutos e efetivos, política de assistência estudantil, infraestrutura dos *campi*, verbas para pesquisa, reajuste salarial dos docentes. Além disso, ainda existiam outras pautas a serem tratadas com a reitoria: autonomia e democracia na universidade, estatuinte democrática e autônoma e plano de atividade docente -PAD.

O governador Cid Gomes mantinha sua postura de não negociar com grevistas e ignorava a categoria. Tentando sensibilizar a comunidade acadêmica e a sociedade cearense, foram traçadas diversas estratégias de atuação: publicação de notas em jornais, realização de atos na capital e interior. Num deles, realizado em 06 de novembro de 2013, o governador usou todo o seu aparato policial para reprimir violentamente o ato que se dirigia ao Palácio da Abolição.

Figura 31- Repressão policial ao ato



Fonte: Sinduece- site (2018)

Este episódio marcou a greve de 2013, ao evidenciar que o governo não estava aberto ao diálogo, sendo necessário, assim, radicalizar o movimento. A forma encontrada para pressionar o governo, foi uma nova ocupação⁸⁸ da Alce, tal como fora feito em 2007.

Estamos, nesse momento, ocupando o saguão da Assembleia Legislativa. Esta iniciativa começou por ocasião da Sessão Solene em homenagem ao Dia do Servidor Público, ontem, dia 27/11, a qual comparecemos com o propósito de obter resposta à solicitação feita ao Líder do Governo no Parlamento para intermediar um encontro entre o Comando de Greve, as Reitorias e o Governador Cid Gomes para abrir negociação da pauta de demandas das universidades, a começar pelos itens mais emergenciais (COMANDO DE GREVE, CARTA, 2013, n.p).

Foi uma ocupação longa, os grevistas permaneceram na Assembleia Legislativa por intensos 09 dias, resistindo às pressões dos policiais presentes no espaço da Alce.

a ocupação se mostrou uma escolha acertada e vitoriosa, as pautas da greve das universidades estaduais conseguiram destaque importante em todos os meios de comunicação de massa, possibilitando denunciar o descaso do governo para com a educação pública de nível superior. Também conseguimos o estreitamento das relações com sindicatos e movimentos sociais. Formamos ainda, durante a ocupação, uma comissão de figuras públicas notáveis, com a presença de diversos parlamentares e figuras do cenário cultural e religioso do Estado, para mais uma tentativa de negociação com o governador Cid Gomes, já que o mesmo não atende aos estudantes, professorxs e servidorxs. Arrancamos da Assembleia uma audiência pública que há meses nos era negada para debatermos a condição das universidades estaduais, que contou com a presença de diversas representações das três universidades e que teve como encaminhamentos: 1 - o comprometimento da mesa diretora de se dirigir ao governador Cid Gomes solicitando a abertura de negociação com o movimento grevista; 2 - apresentação, por parte dos deputados presentes ao evento, de emenda coletiva à lei orçamentária anual prevendo verbas para cobrir gastos da implantação de itens da pauta de reivindicações; 3 - constituição de uma frente parlamentar em defesa das universidades estaduais (COMANDO DE GREVE, POR QUE DESOCUPAMOS A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA?, 2013, n.p).

⁸⁸ Ver mais sobre esta ocupação no documentário Amar e mudar as coisas: Sinduece 15 anos de luta

Figura 32- Momento do anúncio da ocupação da Alce



Fonte: Sinduece- *site* (2018)

Ainda na tentativa de abertura de mesa de negociação, novamente foi elaborado um manifesto com a adesão e apoio de intelectuais, movimentos sociais e sindicalistas, solicitando ao governador Cid Gomes, que atendesse os professores, estudantes e servidores das estaduais cearenses.

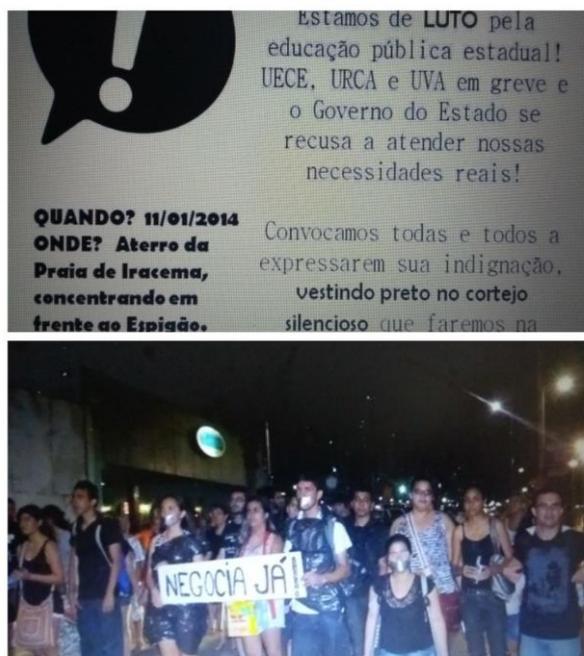
Figura 33- Carta publicada nos jornais do estado



Fonte: Sinduece (arquivo das greves)

Em paralelo a isso, foram distribuídas nas praias e aeroportos uma nota trilingue expondo aos turistas a situação das universidades estaduais cearenses e também, foi realizado um ato na praia de Iracema, no dia 11 de janeiro de 2014, intitulado caminhada do silêncio.

Figura 34- Caminhada do silêncio



Fonte: Sinduece- *site* (2018)

Finalmente, o governador recebeu o movimento em janeiro de 2014, reunião esta que resultou na suspensão da greve em 16 de janeiro de 2014, com a promessa do então governador Cid Gomes de realizar um seminário para pautar as questões das universidades estaduais, que na Uece ocorreu nos dias 17 e 18 de fevereiro de 2018.

Figura 35- Assembleia de suspensão da greve



Fonte: Sinduece- *site* (2018)

Com essa greve, o movimento conseguiu algumas conquistas importantes da pauta emergencial das três universidades como: a destinação de cerca de 10 milhões de reais à

assistência estudantil para cada universidade; a reforma e ampliação do prédio da Facedi; a regulamentação do PCCV; reposição salarial para os servidores técnico-administrativos e a realização de concurso para professores.

A assembleia de docentes da UECE que decidiu passar ao estado de greve, com vigilância e mobilização, se apoiou para esta decisão nos seguintes itens acordados com o Governador Cid Gomes em reunião no dia 13 de janeiro: 1. Regulamentação do PCCV dos docentes: os decretos relativos à regulamentação serão publicados até 31 de janeiro, enquanto os projetos de lei serão enviados à Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (ALCE) até o dia 10 de fevereiro. 2. Assistência Estudantil: ficou reafirmado acréscimo de R\$ 10 milhões para este setor em cada uma das universidades, disponíveis a partir de 27 de janeiro, com possibilidade de ampliação destes recursos em caso de nova captação de novos fundos pelo Estado; 3. Sobre Concurso para professor: ficou acertada a convocação de concurso para professor no semestre de 2014.1, com editais a serem lançados tão logo o número e a destinação das vagas sejam definidos em seminários a serem realizados nas três universidades. 4. Demandas da FACEDI-UECE em Itapipoca: ficou estabelecido que será realizada uma ampliação do prédio que triplicará a atual estrutura da FACEDI, prevista a climatização, bem como a ampliação imediata de um novo curso, aberta a possibilidade de outros conforme as conclusões dos citados seminários. (SINDUECE- A GREVE, 2014, n.p)

Foram meses de duros embates com o governo local, de recusas ao diálogo, de forte repressão nos atos, de um silêncio forte por parte do governo. Mas a comunidade acadêmica mostrou a sua força e resistência não desistindo da luta, acreditando que somente a luta coletiva consegue melhorias na universidade, vide os exemplos das greves anteriores.

Quadro 13- Notícias mobilizações/greve em 2013

Título	Jornal	Data
Faculdade de Educação de Itapipoca entra em greve	Blog da Fafidam	18/09/2013
Em protesto, estudantes ocupam reitoria da UECE	Diário do Nordeste	10/10/2013
Alunos e professores da Uece realizam assembleias amanhã	O Povo	21/10/2013
Professores da Uece aprovam estado de greve	O Povo	22/10/2013
Professores da UECE aprovam estado de greve em assembleia no Campus do Itaperi	Diário do Nordeste	22/10/2013
Estudantes da Uece deflagram greve geral	O Estado	23/10/2013
Estudantes da Uece deflagram greve geral	Ceará é notícia	23/10/2013
Professores da Uece deliberam greve nos campi do Interior e Capital 254 votos, de 300, foram favoráveis à greve	Verdes Mares	29/10/2013
Professores da Uece deflagram greve	O Povo	29/10/2013
Professores da Uece deliberam greve nos campi do Interior e Capital	Diário do Nordeste	29/10/2013
Professores da UECE iniciam greve	Cnews	29/10/2013
Professores da Uece entram em greve	Diário do Nordeste	30/10/2013
Por 155 votos a favor e 96 contra, docentes decretam greve	O Povo	30/10/2013
Professores da UECE deflagram greve geral	Blog da Folha	30/10/2013
Você é a favor da realização da greve dos professores da Uece?	O Povo	30/10/2013
Ciro Gomes rasga cartaz e discute com manifestante	O Povo	04/11/2013
CEARÁ – Confusão: “Ciro rasgou cartazes e trocou insultos com universitários da UECE e URCA	Sobral Agora	05/11/2013
Alunos e professores da Uece realizam manifestação	O Povo	06/11/2013

Professores e alunos da Uece fazem protesto na sede do governo do CE - notícias em Ceará	G1	06/11/2013
Reunião de governo com professores em greve no CE termina 'sem avanço'	G1	06/11/2013
Greve da UECE: Ciro Gomes chama alunos de babacas em manifestação	Blog Vida e Arte	06/11/2013
Polícia usa bombas para dispersar professores em protesto no Ceará	Folha de São Paulo	06/11/2013
Confronto entre professores e PMs para trânsito na Aldeota	O Povo	07/11/2013
Todas as universidades estaduais aderem à greve	O Povo	09/11/2013
Greve da UECE, URCA e UVA	Diário do Nordeste	11/11/2013
Em solenidade com governador, estudantes de universidades estaduais fazem manifestação	O Povo	12/11/2013
Cid Gomes rejeita negociações com universidades cearenses em greve	Fórum	12/11/2013
Estudantes vão a Cid Gomes durante entrega de computadores	O Povo	13/11/2013
Alunos da Uece realizam manifestação na Av. 13 de Maio	Diário do Nordeste	14/11/2013
Paralisação nas universidades estaduais continua sem previsão de término	O Povo	14/11/2013
Professores rejeitam proposta e mantêm greve	O Povo	21/11/2013
Heitor pede que Governo atenda servidores da Uece em greve	ALCE	21/11/2013
Servidores de três universidades do CE mantêm greve que dura mais de um mês	UOL	21/11/2013
Grevistas da Uece protestam na Assembleia Legislativa	Tribuna do Ceará	27/11/2013
Manifestantes ocupam Assembleia Legislativa	O Povo	28/11/2013
Manifestantes continuam na Assembleia; Deputados criticam investimentos do Governo	O Povo	28/11/2013
Sem encontro com governador, ocupação continua	O Povo	29/11/2013
Estudantes e professores da Uece promovem novo ato para conseguir assembleia com Cid Gomes	Diário do Nordeste	29/11/2013
Manifestantes param trânsito	O Povo	30/11/2013
Comissão de "notáveis" vai tentar marcar reunião com Cid	O Povo	05/12/2013
Grevistas estão acampadas no hall da AL há oito dias	O Povo	05/12/2013
Grevistas da Uece decidem deixar Assembleia após carta compromisso	G1	06/12/2013
Grevistas deixam a assembleia na tarde desta sexta, depois de nove dias de ocupação	O Povo	06/12/2013
Estudantes e professores desocupam hall da Assembleia	O Povo	07/12/2013
Grevistas das universidades estaduais divulgam nota pedindo negociação com Cid Gomes	O Povo	09/12/2013
Movimento grevista das universidades estaduais do Ceará organiza ato público	O Povo	11/12/2013
Grevistas da Uece protestam contra doação de prédio e ocupam sede do IFCE	Diário do Nordeste	12/12/2013
Grevistas das universidades estaduais se reuniram na Praça da Imprensa para cobrar resposta do governo	O Povo	12/12/2013
Estudantes bloqueiam avenida por 40 minutos	O Povo	13/12/2013
A greve da Uece	O Povo	14/12/2013
Grevistas das universidades estaduais realizam assembleias nesta quarta-feira	O Povo	18/12/2013
Em assembleia, professores da UECE mantêm greve	Politica.com	18/12/2013
Após assembleias, greve é mantida	O Povo	19/12/2013
Servidores técnicos das universidades estaduais retornam às atividades	O Povo	20/12/2013
Universidades anunciam retorno	O Povo	21/12/2013
Professores das universidades estaduais decidem pela continuidade da greve	O Povo	23/12/2013
Servidores das universidades do CE em greve criam 'pauta	G1	06/01/2014

emergencial'		
Grevistas da Uece protestam na avenida Dedé Brasil	O Povo	08/01/2014
Greve das universidades estaduais pode prejudicar recuperação de ano	O Povo	09/01/2014
Universidades estaduais: suspender a greve e destravar o diálogo	O Povo	10/01/2014
Sobre a greve das estaduais	O Povo	14/01/2014
Universidades estaduais podem encerrar greve na próxima sexta	O Povo	14/01/2014
Greve de professores da Uece é encerrada	Diário do Nordeste	16/01/2014

Fonte: Elaboração própria (2018)

Expostas estas questões acerca da greve ocorrida em 2013, passaremos agora ao último embate travado no governo Cid Gomes, que se deu com a retomada do movimento paredista em 2014.

4.2.6 Greve de 2014: retomada da luta para garantir conquistas

Como parte dos acordos não foram cumpridos, a exemplo da regulamentação de todas as leis do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), a expansão da estrutura do *campus* da Uece em Itapipoca e a realização de concursos para professores efetivos, o movimento optou pelo retorno da greve em 17 de setembro de 2014.

Figura 36- Assembleia de deflagração da greve



Fonte: Sinduece- site (2018)

O movimento grevista foi retomado para garantir que as conquistas advindas da greve de 2013 fossem de fato concretizadas em sua totalidade.

O rompimento do acordo por parte do governador Cid Gomes afronta a democracia e representa grave ataque às Universidades Estaduais, que pode colocá-las à beira do colapso. É o caso, por exemplo, da existência de várias disciplinas sem professor em

quase todos os cursos de graduação. Diante da atitude antidemocrática do governador, nós, professores e estudantes, resolvemos retornar à greve com dois objetivos: exigir de Cid Gomes o cumprimento integral do acordo e realizar ampla campanha nas ruas em defesa das Universidades Estaduais (SINDUECE- POR QUE RETOMAMOS A GREVE NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS?, 2014, n.p).

As formas de atuação e negociação nesta greve foram semelhantes às anteriores, com realização de atos, divulgação da pauta na imprensa e tentativas de audiências com o governo, que novamente se negava a escutar a categoria paralisada.

Figura 37- Ato na Beira-mar



Fonte: Sinduece- site (2018)

Figura 38- Ato conjunto com o MTST em outubro



Fonte: Sinduece- site (2018)

Estas mobilizações em diversos pontos da capital eram para tentar um diálogo com Cid Gomes, que no final de sua gestão se mostrou mais intransigente do que em greves anteriores, dizendo que os grevistas tratassem de suas pautas com o governador eleito Camilo Santana.

Em reunião realizada no dia 14 de novembro de 2014, às 11h da manhã no Hotel Amuarama em Fortaleza-Ce, o governador eleito Camilo Santana recebeu uma comissão de representantes do Comando de Greve Unificado das universidades estaduais cearenses em greve desde o mês de setembro para tratar das demandas dos grevistas. Na ocasião, os representantes do movimento, entregaram ao futuro governador, um termo compromisso com as estaduais

O Governador eleito Camilo Santana expôs que as propostas feitas durante sua campanha serão cumpridas tão logo seja empossado, especialmente no tocante a realização de concurso público para docentes e servidores técnico-administrativos das universidades estaduais cearenses, sempre pautando-se pelo diálogo com a comunidade acadêmica. Comprometeu-se, ademais, com a realização de duas reuniões com os representantes do comando de greve no intuito de aprofundar o diálogo com a comunidade universitária das IEES cearenses: uma, na próxima semana com a Equipe de Transição do novo governo e outra, na primeira semana de janeiro de 2015 quando será empossado Governador. Ressaltou ainda que a primeira categoria que ele estava recebendo pós-eleição era precisamente a dos docentes das universidades estaduais cearenses (SINDUECE-INFORME, 2014, p.1).

Tal como fora prometido no final do ano de 2014, em janeiro de 2015, o governador Camilo Santana recebeu a comunidade acadêmica e assegurou a realização de concurso emergencial para professores nas três universidades estaduais, abrangendo um total de 249 vagas, concurso para servidor técnico-administrativo, além da criação do plano de cargos para esta categoria. A greve, iniciada em 17 de setembro de 2014, foi suspensa em 09 de janeiro de 2015, após este acordo com o Governador Camilo Santana.

Figura 39- Assembleia suspensão da greve em 9 de janeiro de 2015



Fonte: Sinduece- site (2018)

Podemos perceber neste movimento uma postura ainda maior de desinteresse do governo com as universidades estaduais. As tentativas de diálogo com Cid Gomes se tornaram mais difíceis ainda, dado que o mesmo não pleitearia nenhum cargo e passou a relegar para o governante seguinte, a questão da greve nas universidades estaduais.

Quadro 14- Notícias mobilizações/ greves em 2014

Título	Jornal	Data
Professores da Uece decretam greve após assembleia	O Povo	17/09/2014
Professores da Uece e Urca entram em greve	Cnews	17/09/2014
Em greve, UECE e URCA precisam de 422 vagas de professores efetivos	Verdes Mares	18/09/2014
Reitoria da UECE divulga nota sobre a retomada da greve	O Estado	18/09/2014
Professores da Uece em greve protestam nas ruas de Fortaleza	G1	26/09/2014
Greve na Uece permanecerá até o atendimento das reivindicações	Uol	09/10/2014
Deputado cobra negociação do governo para acabar a greve da Uece	Diário do Nordeste	26/11/2014
Eliane Novais cobra solução para greve de professores das universidades públicas	Alce	26/11/2014
Professores da Uece suspendem greve após quatro meses de paralisação	G1	09/01/2015
Depois de 112 dias, professores da Uece suspendem greve	O Povo	10/01/2015

Fonte: Elaboração própria (2018)

Durante todo o ano de 2015, o movimento pautou a implementação dessas conquistas, o concurso da Uece foi realizado, porém os professores não foram nomeados.

Em 29 de abril de 2016, mais uma vez foi decretada greve na universidade. Dessa vez, além das pautas recorrentes: concurso, nomeação, realização das obras de infraestrutura nas unidades do interior, foi pautada a questão do reajuste salarial dos professores que não foi cumprido em janeiro do referido ano. Essa greve somente foi encerrada em outubro de 2016, com as promessas do governador Camilo Santana de que nomearia os 81 professores aprovados do último concurso, investimento de R\$ 250 mil para reforma do *campus* da Uece em Crateús, ordem de serviço para obra do *campus* de Itapipoca e garantia de publicação no Diário Oficial de processos referentes a carreiras (promoção, progressão de salários, estágio probatório, dedicação exclusiva) e a garantia de aporte de R\$ 6 milhões para professores substitutos, no que se refere à questão da isonomia salarial entre professores efetivos e substitutos.

Com o intuito de expor mais uma fonte de pesquisa, elencamos aqui, links com vídeos de notícias relacionadas às greves e manifestações das universidades estaduais, referente ao período estudado.

Quadro 15- links de vídeos sobre a Uece

Título	Link
Primeira PARTE DIÁRIO DE CLASSE	http://www.dailymotion.com/video/x2216y2
Greve na Uece 1 (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=_MGLix5mDUk
Greve na Uece 2 (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=O2wZJ1tjHTY
Fafidam (2005)	https://www.youtube.com/watch?v=9joCY2nr_6M
Greve na UECE 2006	https://www.youtube.com/watch?v=yZ7P1AnEBMQ
GREVE-UECE 11/07 - Reportagem TV CIDADE	https://www.youtube.com/watch?v=581DpJW_wsE
Ato na Assembléia Legislativa GREVE UECE 2007	https://www.youtube.com/watch?v=qiZzeRppYkE
Greve Uece documentário - parte i- 2007	https://www.youtube.com/watch?v=udEH1Fxx8ZE
Greve Uece documentário - parte ii - 2007	https://www.youtube.com/watch?v=IIfQFjuCu1g
Greve Uece documentário - parte iii - 2007	https://www.youtube.com/watch?v=_fbs7lmlulko
Protesto contra CID Gomes – Reinauguração da Biblioteca (2007)	https://www.youtube.com/watch?v=eT9Di6z1oXc
Debate - Eleições Reitoria 2007/2008	https://www.youtube.com/watch?v=fYOauxLefc4
Uece -Novo R.U. - 2010	https://www.youtube.com/watch?v=qX5Me2Ybvns
Uece -Novo R.U. - 2010	https://www.youtube.com/watch?v=6qFdxL7G4o
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=y3xgHo8blAA
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=fRLQ-W3TnIA
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=HwbH4ZO5HU
Ocupação da Reitoria da UECE 2011	https://www.youtube.com/watch?v=o0An-mjH2fk
Professores e alunos da UECE fazem protesto na sede do governo – 2011	https://www.youtube.com/watch?v=CPUCPFCHFL0
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=fxfbvAnkS_s
Cid eu to sem aula- 2012	https://www.youtube.com/watch?v=f3SbfvmRMec
CID? Cid eu tô sem aula ...(Manifestação UECE na Secretaria da Copa 2012)	https://www.youtube.com/watch?v=_5u7PqX213Q
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=VfMDwQ3h0wk
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=hws6mOHJSnk
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=j3YWQmtn3PI&t=57s
Secretaria da Copa – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=j3YWQmtn3PI
Para a UECE não parar, efetivos JÁ! – 2012	https://www.youtube.com/watch?v=fxfbvAnkS_s
Ato - Hospital na UECE JÁ! 2012	https://www.youtube.com/watch?v=_IXB3_hIQ4E
Greve geral 2013	https://www.youtube.com/watch?v=PtmT8kX5yCM
ATO EM DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS - UECE, URCA & UEVA 2013	https://www.youtube.com/watch?v=0sNG_xCsBbQ
Manifestação em apoio aos grevistas da UECE vai em direção ao Palácio do Governador	https://www.youtube.com/watch?v=Q0G-EuqpZUM
Todos ao palácio - UECE, URCA, UEVA - 06/11/2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck
Todos ao palácio - UECE, URCA, UEVA - 06/11/2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck&t=48s
Repressão ato em 2013	https://www.youtube.com/watch?v=xJmexJWaXck&t=27s
Ocupação da Assembleia 2013	https://www.youtube.com/watch?v=RCYPEt7jaJ0
Ocupação da Assembleia 2013	https://www.youtube.com/watch?v=Vnod4iZZ87Y
Protesto pela contratação de professores na UECE	https://www.youtube.com/watch?v=iQUP6ynhnyY
Greve Geral UECE-URCA-UEVA - Caminhada da unidade	https://www.youtube.com/watch?v=6znNbsCQIH4
UECE Greve Interior e Capital 2013	https://www.youtube.com/watch?v=qzq3nQmjkl
Passeata na beira mar – 2014	https://www.youtube.com/watch?v=xFhTxw0cHJg
Professora da UECE fala da reivindicação na manifestação da Policlínica – 2014	https://www.youtube.com/watch?v=KIkG1qsl2Qk
Seminário Centro de Eventos 2014	https://www.youtube.com/watch?v=djqER2-x6UA

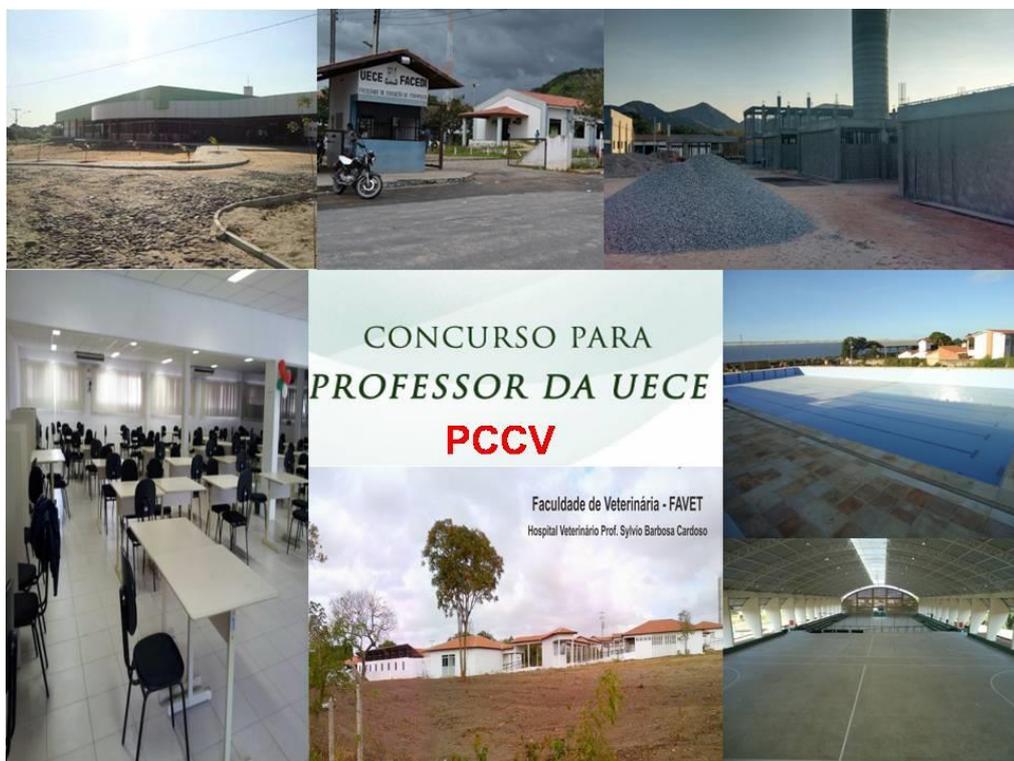
Atividade de Greve UECE 2014 O poder das Ações	https://www.youtube.com/watch?v=qOGzrpsuzuk
--	---

Fonte: Elaboração própria (2018)

Foram anos de muitas lutas e confrontos diretos com os governantes estaduais, que tratavam com descaso as demandas da educação superior. A luta se transformava no único mecanismo de defesa e de manutenção da Uece e das outras estaduais.

Verificamos, ainda, nos diferentes movimentos paredistas, como as pautas se repetiam, trazendo sempre elementos básicos para o bom funcionamento da universidade, seja na estrutura física, corpo docente e política de permanência de estudantes.

Figura 40- Conquistas das greves



Fonte: Arquivo pessoal (2018)

A figura acima, utilizamos para elencar novamente algumas das conquistas decorrentes de movimentos grevistas ao longo dos anos de 2005 a 2015, na qual foram asseguradas a reforma e ampliação da biblioteca do campus do Itaperi (primeira figura da esquerda para direita na coluna de baixo), construção do restaurante universitário (primeira figura, da esquerda para a direita), a construção do complexo poliesportivo (figura ao lado do hospital veterinário), construção do hospital veterinário (figura ao lado da biblioteca), realização de concursos públicos, a conquista do PCCV pelos professores e em 2018, pelos

servidores técnico-administrativos, reforma e ampliação da Facedi- Itapipoca (figuras ao lado o restaurante universitário), sobre esta conquista, destacamos um extrato do texto produzidos por estudantes desta faculdade, em decorrência de comemoração pela conquista:

E a greve acabou, mas a luta continua, muita coisa se concretizou, luta minha, luta sua, um concurso, professores, servidores, uma obra que saiu, já tem muretas construídas e muita gente que não viu. Não viu que a luta vale a pena, que ir às ruas é importante, garantir a existência, e se manter vigilantes. [...] Mas é preciso vigiar, o inimigo ainda vive, a nossa frente ele está! Sem a luta nada muda, nada é feito, nada existe (SANTOS e THIAGO, 2016, n.p).

Como expusemos no decurso do texto, também foram asseguradas mais bolsas de iniciação científica e de extensão, além das bolsas de auxílio e permanência. Estas são apenas algumas das conquistas advindas dos movimentos grevistas na Uece, a maior e mais importante dela, certamente é a sua defesa pela comunidade acadêmica. Como dizem os lutadores desta universidade, a Uece existe, porque resiste!

A seguir, apresentamos a síntese dos principais apontamentos deste trabalho nas considerações finais, e também, as nuances não contempladas com a realização da presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho dissertativo analisou a relação entre os movimentos grevistas ocorridos na Uece, nos governos de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, com o intuito de demonstrar a íntima relação entre estas greves e a política de ensino superior implementada por estes governantes, reforçando a tese vigente entre os militantes da universidade de que todas as melhorias na instituição são frutos de processos grevistas. E, de fato, pudemos averiguar esta forte relação.

Nosso caminho de pesquisa, inicialmente explorou a categoria trabalho, com objetivo de expor as mudanças no mundo do trabalho e os impactos para a organização dos trabalhadores após a chamada reestruturação produtiva. O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a universalização de direitos de cidadania. Como se demonstrou, no decurso desta pesquisa, o ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou pela flexibilização de leis com o fim de facilitar a abertura e disseminação de empresas de ensino superior. É nesse contexto que a expansão do ensino superior é protagonizada, fundamentalmente, pelo setor privado, inclusive beneficiado com financiamento público por meio de parcerias público/privado.

Por outro lado, a universidade pública tem sido invadida pela lógica da racionalidade empresarial, o que tem resultado no produtivismo acadêmico, na redução do tempo de curso e das respectivas grades curriculares, na imposição de contratos de gestão a exemplo do Reuni, sob a alegação do atendimento às demandas do mercado. Isto tem prejudicado também os professores que acabam inseridos e sofrendo efeitos da precarização.

Dentro do cenário de mudanças no mundo do trabalho, no contexto de mundialização do capital, expansão dos processos de financeirização e reestruturação produtiva em caráter global, percebemos os impactos destas mudanças no Brasil, apesar do mesmo ter suas particularidades, tendo em vista que o processo de industrialização aqui foi tardio, e não foi vivenciado o *Welfare State* tal como nos países de capitalismo central. Direitos trabalhistas adquiridos através de muitas políticas da classe trabalhadora são ameaçados e retirados neste cenário.

A adoção da reforma do Estado brasileiro foi a medida essencial para propalar um modelo de ensino superior esteirado no utilitarismo de mercado, descolado da formação científica sólida e voltado para os interesses da classe trabalhadora.

O estado do Ceará, no contexto de Reforma, antecipou-se às medidas nacionais e promoveu a adequação de suas universidades estaduais aos moldes estreitos do mercado, para atender às demandas de crescimento econômico. A Uece esteve a reboque deste modelo, subsidiado pelos ideários mercantis, transpostos para o interior dessa instituição, exemplo disso é a instalação do Iepro na instituição, abertura cada vez maior de cursos pagos e ampliação de parcerias com empresas para conseguir financiamento para projetos e pesquisas.

Financiamento este que fora demonstrado é bem aquém de suas necessidades, seja para subsidiar atividades básicas para a manutenção da universidade, como compra de materiais de limpeza, recursos didáticos, ou através da falta de recursos para manutenção e ampliação de sua estrutura nas diversas unidades. Carência esta de verbas, que é um dos principais motivadores das greves/ paralisações na universidade, juntamente com a falta crônica de professores e os já mencionados problemas infraestruturais. No âmbito da pauta docente, podemos citar também as questões relacionadas à carreira e salário.

Percebemos que apesar de todas estas questões que dificultam o bom funcionamento da universidade, a Uece vem se destacando no cenário nacional como uma das melhores instituições, por seguidos anos. Seus corpos docente e discente também têm seus trabalhos reconhecidos, apesar da falta de incentivo e apoio financeiro para viabilizar suas pesquisas de destaque nacional, como as citadas: vacina da dengue, pesquisas tecnológicas etc.

Vimos, portanto, que não existe uma efetiva política de ensino superior que entenda as universidades estaduais cearenses como um importante organismo para o crescimento do estado, pelo contrário, os governantes por vezes a tratam como um problema, que deveria ser repassado ao plano federal. Ironicamente, nos momentos de premiações as referidas instituições, os órgãos do governo, aparecem parabenizando a universidade por sua conquista ou a divulgam em seu *site* como se fosse uma conquista de seu governo. É um campo permeado por contradições, ao passo que as estaduais são lembradas pelos governos apenas em seus momentos de apogeu, nos momentos de crise, fecham-se os olhos para suas necessidades, como fora verificado, abrindo-se o campo de disputas entre movimento x governos.

Dessa forma, é interessante destacar que as greves emergem num contexto de luta pela manutenção da própria universidade, pois como fora relatado, os últimos governos nem mesmo sinalizam seu projeto para ensino superior público no estado, como ocorreu no período estudado por Moraes (2000) [...] quando a ascensão empresarial ao poder demandava uma disputa de hegemonia por parte desta elite. Hoje, com o crescimento vertiginoso do ensino superior privado, fica evidente que a defesa da universidade pública pertence ao movimento docente e discente.

A luta e a resistência de sua comunidade universitária se materializou na criação da Sinduece em 2002, após longos debates entre docentes da capital (grupo Em Defesa da Uece) e interior que almejavam um projeto de sindicato que valorizasse o trabalho docente, a expressão da luta pela carreira, o salário e as condições de trabalho. A universidade já tinha um sindicato que representava os docentes, mas este se ausentava das lutas, focando apenas em uma pauta, a questão do piso salarial.

Tinha-se, assim, um campo para a atuação de um sindicato que efetivamente pretendesse pautar as necessidades da universidade, fosse no âmbito da carreira docente ou nos próprios problemas mais estruturais da instituição.

Nesses anos de atuação, a Sinduece consolidou-se como importante instrumento de luta e alcançou muitas vitórias, advindas, em primeiro lugar, da organização dos docentes em torno da entidade, mas também da unidade com o movimento estudantil e com o movimento docente de outras Instituições de Ensino Superior do Estado do Ceará. Nesta pesquisa, foi possível vislumbrar a importância desta aliança com o movimento estudantil, posto que a união dos diferentes segmentos que compõe a comunidade acadêmica, tem mais força para negociar com o governo, do que apenas uma categoria. Da mesma forma ocorre quando se tem greve unificada das três universidades estaduais, onde se tem mais destaque e repercussão cobrando do governo que solucione os problemas.

Percebemos, no decurso desta pesquisa, que a Uece vive um contexto de precarização histórica, vislumbrada pela falta de professores, falta de recursos que ocasionam uma infraestrutura precária em suas unidades, principalmente no interior do estado, com prédios funcionando em locais inadequados, exemplo disso era o prédio da Cecitec em Tauá, com estrutura limitada, como era o caso da Facedi em Itapipoca, que foi o estopim do movimento grevista em 2013, quando o governador Cid Gomes doou um prédio novo para o IFCE, ao mesmo tempo em que a Facedi tinha seu funcionamento num prédio sucateado.

Neste sentido, é importante destacar ainda o protagonismo das unidades do interior na efetivação das greves de 2005 e 2013, principalmente. Em 2005, uma onda de protestos veio de Limoeiro e Itapipoca e chegou a capital com gritos de greve geral interior e capital. Em 2013, o mesmo ocorreu, após a ocupação do IFCE por estudantes e professores da Facedi, que desencadeou uma nova onda de mobilizações nas outras unidades interioranas que também sofriam com problemas infraestruturais.

Percebemos pelas pautas grevistas nos diferentes períodos, que as mesmas por vezes se repetem, como concurso, infraestrutura, assistência estudantil, problemas que são históricos na universidade, dada a falta de um projeto eficaz de viabilização de política de ensino superior de qualidade no estado. O que vemos, são posturas de descaso, por vezes respaldados na falácia de que o ensino superior é de responsabilidade da União, ou até mesmo, culpabilizar as outras estaduais (Urca e Uva) pelos problemas de financiamento da Uece.

Retomando a questão das pautas dos movimentos paredistas de 2005 à 2014, observamos ainda que estes obtiveram muitas conquistas, ao custo de muita luta e resistência diante das pressões do governo estadual, das reitorias e até mesmo da comunidade acadêmica, por vezes, contraria as greves. Pressões estas que se efetivavam por meio de decretos de ilegalidade das greves, convocação por meio das reitorias subservientes para que a comunidade acadêmica retomasse o calendário letivo, pressão dos próprios colegas que não queriam as greves, mas queriam usufruir de suas conquistas.

Neste âmbito, não podemos esquecer de pontuar os episódios de maior truculência por parte dos governos estudando, quando expulsaram da universidade estudantes e professores que ocupavam a reitoria da instituição, por meio do batalhão de choque da polícia militar, com o governador Lúcio Alcântara, e a repressão sofrida por manifestantes em 2013, quando Cid Gomes, cercou o seu palácio da Abolição com tropas especiais da polícia, impedindo o acesso das pessoas ao local e ainda autorizou a utilização de forte aparato repressivo contra os manifestantes, episódio que fora amplamente divulgado em nível nacional, dada a sua truculência.

Evidenciou-se, assim, a inexistência de diálogo com os governantes locais quando o assunto é pautar as universidades. Argumentam que não dialogam com grevistas, mas não recebem a comunidade acadêmica quando esta não se mobiliza.

Constatou-se que as conquistas no âmbito das estaduais, foram frutos de intensas greves, das quais podemos resgatar: em 2005 a conquista de concurso para professor e

reforma da biblioteca; em 2006, se obteve uma emenda orçamentária que foi fundamental para o PCCV; 2007/2008, podemos destacar o PCCV, obras de infraestrutura tão necessárias, como o complexo poliesportivo, hospital veterinário e reforma do restaurante universitário; através da campanha em 2011 e 2012, teve o concurso para professor efetivo, após anos sem contratação de professor. A greve de 2013 que proporcionou a regulamentação do PCCV, verbas para assistência estudantil, que proporcionou um aumento no número e valor de bolsas de pesquisa e permanência.

Graças também a greve de 2013, ocorreu um importante seminário para pensar a política de ensino superior, contando com a presença do governador na época, Cid Gomes. Pela primeira vez, se dialogou com o governo uma proposta de ações a serem implementadas nas universidades. Também foi conseguido a reforma e ampliação do prédio da Facedi. A greve de 2014, última do governo Cid Gomes, cobrava o cumprimento de algumas pautas acertadas com ele, que não fora implementadas em sua totalidade. Esta greve obteve como conquista, a promessa de Camilo Santana de um novo concurso, que fora realizado posteriormente, o concurso para servidores técnico-administrativo, que nunca tinha ocorrido na instituição, dada a opção dos distintos governos pela contratação de servidores temporários, reflexo também da conjuntura nacional que prioriza contratos precários. Destacamos, ainda, a elaboração do plano de cargos dos servidores técnico-administrativos, que não seguiram na luta pelo plano em 2007/2008.

Reiteramos que ficou evidenciado com esta pesquisa, que melhorias somente são obtidas na Uece, por intermédio de movimentos paredistas. Nos momentos de refluxo do movimento, cortes são aplicados e a sua estrutura sente os efeitos mais severos do descaso do governo.

As lutas se transformaram a única forma de manutenção das universidades, posto que as categorias têm sempre que permanecer alertas, seja para conquistar algo novo, seja para de fato, o governo concretizar uma promessa para encerrar greve, ou para, apesar dos limites orçamentários, fazer esta universidade crescer.

Por fim, destacamos que todo movimento de luta e resistência pela defesa da universidade pública e gratuita é tarefa diária e urgente nos atuais tempos de intensificação do conservadorismo, de recuo da democracia e de ataque frontal aos direitos da classe trabalhadora. A organização dos trabalhadores é, assim, elemento essencial na luta em defesa da manutenção de direitos e no avanço de conquistas, tendo como horizonte a transformação

radical desta sociedade, e que no caso da Uece, essas lutas são a garantia de sua sobrevivência. Como já fora mencionado, a Uece existe, porque resiste!

Evidenciamos, assim, a relevante ligação entre a criação e consolidação da Sinduece como importante mecanismo de defesa da universidade. Com efeito, as greves e lutas dessa instituição, se consolidaram como mecanismo de defesa diante do cenário de desmantelo da educação pública.

Apresentamos aqui, apenas alguns aspectos acerca da relação entre a política de ensino superior estadual e a história de lutas do movimento docente na Uece, com foco na atuação sindical por meio da Sinduece. Existem nuances que não puderam ser contempladas nesta pesquisa, podendo subsidiar novos estudos acerca da temática, tão relevante e tão pouco debatida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Danielle Coelho. **Expressões do trabalho docente precarizado: discursos e práticas dos professores substitutos da Uece.** 2014. 149f. Monografia (Graduação em Serviço Social)- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza.

ALVES, Danielle Coelho; ROCHA, Antonia Rozimar Machado e. A defesa da educação superior pública estadual no Ceará: o papel da Sinduece na organização e intensificação da luta e resistência dos docentes (p .133-147). In: RIBEIRO, Luis Tavora Furtado et al (org). **Educação brasileira em debate.** Curitiba: CRV, 2017

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de sociologia do trabalho.** Bauru: Canal 6, 2013.

_____. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.

_____. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo.** São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Trabalho e mundialização do capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização.** 2.ed. Londrina: Praxis, 1999.

ALVES, Francisco Arthur Pinheiro. **O processo de interiorização da UECE no Sertão Central.** Fortaleza: EdUECE, 2007b.

ANDES. **Dossiê Nacional: Precarização das Condições de Trabalho I.** Brasília: abril 2013.

_____. **Caderno Andes-SN nº 28: Neoliberalismo e política de C& T no Brasil- um balanço crítico (1995-2016).** Brasília: Andes, janeiro 2018

_____. **Pauta de Reivindicações dos Docentes das Instituições Federais de Ensino: Campanha 2018.** Brasília, 2018b. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-376042078.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2018

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6 Ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao Trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho.** 15.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. In **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 10 jan. 2013.

BAIMA, Eudes. Greve da Uece. **O povo**. Fortaleza, 2006.

BARBOSA, Honório. Estudantes da Fecli/Uece fazem manifestação em Iguatu. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 08 set. 2013. Disponível em: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/centrosul/educacao/estudantes-da-fecliuece-fazem-manifestacao-em-iguatu/>. Acesso em: 05 abr. 2018. Não paginado

BATISTA, Karla da Silva Costa. Estado Mínimo. In. CASTRO. Carmem Lúcia Freitas de. GONTIJO. Cynthia Rúbia Braga. AMABILE. Antonio Eduardo de Noronha. (Org) **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BENEVIDES, Renata. Professores fazem manifestação. **Diário do Nordeste**. Fortaleza 2006. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/professores-fazem-manifestacao-1.64326?page=3>. Acesso em 13 jan 2018.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo neoliberal e políticas educacionais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

BOSI, Antonio de Pádua. Precarização do trabalho docente no Brasil: novas e velhas formas de dominação capitalista (1980-2005). In Revista **Universidade e Sociedade** n.38, 2006.

BRAGA, Ruy. **A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea**. São Paulo: Xamã. 1996

BRESSER PEREIRA, Luis Carlos. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil: para uma nova interpretação da América latina**. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CAMELO, Carlos Henrique. Grevistas tentam solução para impasse. **O Povo**. Fortaleza, 2006

CAMPOS, Jadir. Pesquisa **revela alto índice de adoecimento mental entre docentes da UFPA**. 2014. Portal ANDES. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/imprensa/noticias/imp-ult-492400535.pdf>. Acessado em 15 out. 2017.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: Boschetti, Ivanete (org). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010

CEARÁ. **Constituição do Estado do Ceará**. 1989

CEARENSES desenvolvem vacina contra a dengue. **Diário do Nordeste**. Fortaleza, 18 fev. 2011. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/cearenses-desenvolvem-vacina-contr-a-dengue-1.51031>. Acesso em: 10 abr. 2018

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a Universidade**. Editora UNESP: São Paulo, 2001

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. In **Revista Brasileira de Educação**. Set /Out /Nov /Dez 2003 n. 24. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso 20 jul. 2012

CHESNAIS, François. “Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo”. In: **Redes**. Santa Cruz do Sul, v.3, n.1, p.185-212, jul 1998. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/10660/pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

_____. “A emergência de um regime de acumulação mundial predominantemente financeiro”, **Praga**, 3, editora Hucitec, São Paulo. , n.3, p.19-46, set 1997

COMANDO DE GREVE. **Carta da ocupação da Assembleia Legislativa pelos professores, servidores e estudantes das universidades estaduais**. Fortaleza, 2013

COMANDO DE GREVE. **Por que desocupamos a Assembleia Legislativa?**. Fortaleza, 2013

DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO- **POR UM CEARÁ MELHOR PRA TODOS**, 2010. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/000418457c500f26f6a25>. Acesso em: 03 abr. 2018

DIRETRIZES PARA O PLANO DE GOVERNO - **CEARA VOTA PARA CRESCER**. 2006

http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/seplan/downloads/diretrizes_para_o_plano_de_governo.pdf. Acesso em: 03 abr. 2018

ESPINOZA. Roberto Moreno. Accountability. In. CASTRO. Carmem Lúcia Freitas de. GONTIJO. Cynthia Rúbia Braga. AMABILE. Antonio Eduardo de Noronha. (Org) **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <http://eduemg.uemg.br/arquivos/2012%20-%20DICCIONARIO%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS%20VOL%201.pdf>. Acesso em 10 jan. 2018

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. Vinte e cinco anos de reforma universitária: um balanço. (149-177). In: MOROSINI, Marília Costa(org). **Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FEDERALIZAÇÃO seria solução para problemas. **O Povo**. Fortaleza, 2005

FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e liberdade**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GOMES, Fábio Guedes. Conflito social e *welfare state*: Estado e desenvolvimento social no Brasil. **Rev. Adm. Pública** vol.40 n°2 Rio de Janeiro Mar./Apr. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122006000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 20 mar. 2013.

GOVERNADOR conversa com os professores da Uece. **Diário do Nordeste**. Caderno política. Fortaleza, 2006. Numeração incorreta.

GRANEMANN, Sara. Necessidades da Acumulação Capitalista. **Revista Inscrita**, Ano VI, n° IX, p.29-32, 2004.

GUIMARAES, YANNA. Uece: 132 dias sem aula. **O Povo**. Fortaleza, 2006

HADDAD, Sergio. **Banco mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 2008

HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 6.ed. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2010

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5.ed. São Paulo: Cortez editora, 2011.

IEPRO. **Histórico**. Disponível em: <http://www.iepro.org.br/institucional/>. Acesso em: 05 abr. 2018

INEP. **Censo da Educação Superior**. Disponível em < <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> > Acesso em 01 fev. 2017

KONDER, Leandro. **Marxismo e Alienação: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação**; 2ª Ed. São Paulo: Expressão popular, 2009.

LEHER, Roberto. Educação no Governo Lula da Silva: a ruptura que não aconteceu. In: **Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LESSA, Sergio. **Mundo dos Homens: trabalho na ontologia de Lukács**- 3. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Cortez editora, 2011.

LIMA, João Alcimo Viana. **Gestão e Autonomia Universitária: A experiência da UECE**. Fortaleza: UECE, 2003

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica**. Revista Katál. Florianópolis, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 dez . 2012.

LUKÁCS, Gyorgy. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. Rio de Janeiro: Editora Ufrj, 2007

MACÁRIO, Epitácio. **Trabalho, reprodução social e educação**. Tese de doutorado defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará - UFC, agosto de 2005.

_____. **Sociedade e Indivíduo**. Fortaleza: 2009. Disponível em
<https://pt.scribd.com/doc/74022837/Epitacio-Macario-Sociedade-e-Individuo>. Acesso em: 10 out.2014.

MANIFESTAÇÃO cobra mais professores. **O Povo**, Fortaleza, 31 maio. 2011. Disponível em:
<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2011/05/31/noticiasjornalfortaleza,2250947/manifestacao-cobra-mais-professores.shtml>. Acesso em: 05 abr. 2018. Não paginado.

MANZANO, Sofia. **Economia política para trabalhadores**. Caderno ICP n 2. São Paulo, 2013.

MARTINELLI, Maria Lucia. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social**. IN: MARTINELLI, Maria Lucia. Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999. p. 19-30

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**. Livro 1(o processo de produção do capital). [tradução Rubens Enderle]. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858- esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **Manuscritos econômicos- filosóficos**. [tradução Jesus Ranieri]. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Miséria da Filosofia**. [tradução José Paulo Netto]. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MAY, Tim. **Pesquisa Social**: Questões, métodos e processos. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011

MINTO, Lalo Watanabe. **A educação da miséria**: particularidade capitalista e educação superior no Brasil. São Paulo: Outras Expressões, 2014

_____. **As reformas do ensino superior no Brasil**: o público e o privado em questão. Campinas: Autores Associados, 2006

MISES, Ludwig Von. **Liberalismo**: segundo a tradição clássica. 2.ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

MORAIS, Elvira de Sá – **A UECE e a Política Estadual do Ensino Superior**. Fortaleza - CE: Anna Blume, 2000.

MOURA, Ricardo. Greve nas universidades estaduais pode acabar hoje. **O Povo**. Fortaleza, 2008

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Crise do Socialismo e ofensiva neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 7.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Reforma Universitária do Governo Lula**: reflexões para o debate. São Paulo: Xamã, 2004.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “era Tasso”. 2008. 324f. Tese. (Doutorado em Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PARENTE, Josênio; ARRUDA, José Maria (orgs). **A era Jereissati**: modernidade e mito. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

PARTE do telhado de restaurante universitário cai e deixa estudantes da Uece feridos.

Tribuna do Ceará, Fortaleza, 1 dez. 2010. Disponível em:

<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/fortaleza/teto-de-restaurante-universitario-cai-sobre-dois-estudantes-da-uece/amp/>. Acesso em 05 abr. 2018. Não paginado.

PLANO DE GOVERNO 2003-2006. **Ceará Cidadania**: crescimento com inclusão social, 2003. Disponível em: http://www25.ceara.gov.br/content/aplicacao/gov-e/diversos/gerados/plano_governo_2003.pdf. Acesso em 02 abr. 2018.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **PNE**: para o Brasil avançar mais. Brasília: Senado Federal, 2014.

POLUIÇÃO compromete salas de aula na Feclesc. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 3 jun. 2011. Disponível em:

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/mobile/cadernos/regional/poluicao-compromete-salas-de-aula-na-feclesc-1.424973>. Acesso em: 05 abr. 2018. Não paginado.

PRIMEIRA vacina de origem vegetal no mundo combate vírus da dengue. **Uece**. Fortaleza, 17 Fev. 2011. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/1501-1o-vacina-de-origem-vegetal-no-mundo-combate-virus-da-dengue>. Acesso em: 10 abr. 2018. Não paginado.

PROFESSORES da Uece podem entrar em greve. **O Povo**. Fortaleza, 2006. Numeração incorreta.

PROFESSORES DO ESTADO unificam comando de greve. **O Povo**. Fortaleza, 2006. Numeração incorreta

PRONATEC. **Mec**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pronatec>. Acesso em: 20 maio. 2018

REGIONAL NE 1. **Carta criação Sinduece**. Fortaleza, dezembro de 2002. Não paginada

SANTOS, Ivanildo. THIAGO, Natanael. **Enfim Dezembro**. 2016

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. In. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 111, p. 430-449, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n111/a03.pdf>. Acesso 14 set. 2014.

SEDUC. **Escolas Estaduais de Educação Profissional no Ceará**. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>. Acesso em 04 abr. 2018

SEI que não está um mar de rosas, mas quero uma análise justa. **O Povo**. Fortaleza, 2005. Numeração incorreta.

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 11 de dezembro de 2002.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 06 de maio de 2005.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 16 de maio de 2005.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 24 de maio de 2005.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 22 de junho de 2005.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 05 de julho de 2005.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 10 de novembro de 2006.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 25 de julho de 2007.** Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 13 de agosto de 2007.**
Livro 1

SINDUECE, Fortaleza. **Ata da assembleia realizada no dia 14 de novembro de 2007.** Livro 1

SINDUECE. **A Uece Está Em Greve, Por Que?.** Fortaleza, 2006

SINDUECE. **Governo não dialoga e nega todas as reivindicações greve geral, interior e capital!.** Fortaleza, 2013

SINDUECE. **Informe sobre reunião dos Representantes do Comando de Greve da UECE, UVA e URCA com o Governador eleito Camilo Santana (PT).** Fortaleza, 2014

SINDUECE. **Por que retomamos a greve nas universidades estaduais?;** Fortaleza, 2014

SINDUECE. **A greve está suspensa. A luta continua!** Balanço da greve. Fortaleza, 2014.
Disponível em: <http://sinduece.org.br/noticias/a-greve-esta-suspensa-a-luta-continua-balanco-da-greve/>. Acesso em: 07 jul 2018

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Estatuto e Regimento.** Fortaleza: 2000

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório de Gestão 2007.** Fortaleza, março 2008. Disponível em: http://www.uece.br/uece/index.php/legislacao/cat_view/374-. Acesso em: 30 mar. 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Relatório de Gestão 2008**. Fortaleza, 2009. Disponível em: http://www.uece.br/uece/index.php/legislacao/cat_view/374-. Acesso em: 30 mar. 2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2016**. Fortaleza, 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/UECE%20em%20Numeros%202016.pdf>. Acesso em 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2015**. Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/UECE%20em%20Numeros%202015.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2014**. Fortaleza, 2015. Disponível em: http://www.uece.br/uece/dmdocuments/Uece_Numeros.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2013**. Fortaleza, 2014. Disponível em: http://www.uece.br/uece/dmdocuments/UECE_numeros_2013_A.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2012**. Fortaleza, 2013. Disponível em: http://www.uece.br/uece/dmdocuments/uecenumeros_2012.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2011**. Fortaleza, 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/ueceemnumeros2011.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2010**. Fortaleza, 2011. Disponível em: http://www.uece.br/uece/dmdocuments/uece_em_numero_2010.pdf. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2009**. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/ueceemnumeros2009.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ. **Uece em números 2008**. Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/dmdocuments/ueceemnumeros2008.pdf>. Acesso em: 10 out. 2017

UECE, PROPLAN. **Demanda Financeira**. 18 fev. 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/90787-mesa-tematica-traz-o-tema-financiamento-e-autonomia>. Acesso em: 10 abr. 2018

UECE, PROPGPQ. **Pós-Graduação Stricto Sensu: Mestrado e Doutorado.** Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.uece.br/propgpq/index.php/2017-03-08-15-49-45>. Acesso em 10 abr. 2018

UECE, REITORIA. **Notícia sobre falência da UECE é falsa.** 06 Jun. 2017. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/comunicados-da-reitoria/94399-2017-06-06-18-10-47>. Acesso em: 10 abr. 2018

UECE, REITORIA. **Nota Oficial:** Situação da Funece em Custeio, Obras, Nomeações e Benefícios Docentes. 20 abr. 2016. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/comunicados-da-reitoria/93325-2016-04-20-14-51-48>. Acesso em: 10 abr. 2018

UECE, REITORIA. **Terceiro Comunicado da Reitoria.** 26 set. 2012. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/comunicados-da-reitoria/43511-terceiro-comunicado-da-reitoria>. Acesso em: 10 abr. 2018

UECE, REITORIA. **Comunicado da Reitoria sobre ajuste do custeio da Uece aos cortes efetuados no orçamento estadual.** 06 jul. 2015. Disponível em: <http://www.uece.br/uece/index.php/noticias/92399-comunicado-da-reitoria-sobre-ajuste-do-custeio-da-uece-aos-cortes-efetuados-no-orcamento-estadual>. Acesso em: 10 abr. 2018

VALE, Erlenias Sobral do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reitificações e resistências do trabalho docente na Uece.** Recife: UFPE, 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2012.

VARELA, Átila. Ceará. Vende-se um Aquário. **O Povo**, Fortaleza, 05 nov. 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/11/ceara-vende-se-um-aquario.html>. Acesso em: 05 abr. 2018

VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula; LEAL, Maria Patrícia Moraes; MARQUES, Karina Martins. Uece: tempos e espaços de memória da educação superior no Ceará. In: ANDRADE, Francisco de Ari et al. **LDB 20 anos: política, história e espaços educacionais.** Fortaleza: Edições UFC, 2016.

VENÂNCIO, Anderson Albuquerque. **O Financiamento das Universidades Estaduais.** Fortaleza, 2014 (mimeo)

_____. **O Financiamento das Universidades Estaduais.** Apresentação em slides 1-58, 2014.